

ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Mestrado em Administração Militar

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS VENCIMENTOS DOS MILITARES DAS FA PORTUGUESAS, APÓS 1975

AUTOR: ASPIRANTE ADMIL JOÃO CARLOS BATISTA OURO

ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA ANA BELA SANTOS BRAVO

LISBOA, JULHO DE 2011



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Mestrado em Administração Militar

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS VENCIMENTOS DOS MILITARES DAS FA PORTUGUESAS, APÓS 1975

AUTOR: ASPIRANTE ADMIL JOÃO CARLOS BATISTA OURO

ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA ANA BELA SANTOS BRAVO

LISBOA, JULHO DE 2011

DEDICATÓRIA

À minha filha e à minha mulher.

A todos os meus familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Apesar de um Trabalho de Investigação Aplicada se revista de natureza individual, fruto de extensas horas de análise e reflexão, há contudo contributos de variada índole que não posso omitir pela importância que tiveram na prossecução do trabalho realizado.

Deste modo quero agradecer e expressar o meu reconhecimento ao Sr. Tenente-Coronel Pedro Manuel de Oliveira Guimarães, na qualidade de Director do Curso de Administração Militar, por toda a dedicação, ajuda e experiência que transmitiu quer enquanto professor das várias disciplinas técnicas do Serviço de Administração Militar, quer enquanto director do curso de ADMIL.

Gostaria ainda de agradecer a todos aqueles que directamente ou indirectamente contribuíram para o meu enriquecimento profissional, nomeadamente a todos os oficiais da Academia Militar e professores que contribuíram para a minha formação.

Ao Major Covas por toda a disponibilidade e apoio prestado.

À Doutora Inês de Carvalho da FENPROF, por todo o apoio e ajuda na pesquisa bibliográfica que em muito contribui para a realização deste trabalho.

À Dr.^a Cecília da Embaixada da Holanda, que foi incansável, na pesquisa de documentos, o que sem a sua preciosa ajuda não teria sido possível incluir a Holanda neste estudo.

Ao Sr. Coronel António Carlos Sequeira Teodora, pela sempre total disponibilidade, amizade e ajuda não só neste período, mas ao longo de toda a minha carreira militar.

Os meus profundos e sentidos agradecimentos são dirigidos à Professora Catedrática da Academia Militar, Doutora Ana Bela Bravo, não só na qualidade de orientadora deste trabalho, como pela confiança depositada para a sua concretização e por todo o entusiasmo, generosidade constante e disponibilidade que despendeu ao longo destes meses.

Aos meus camaradas, pelo espírito, camaradagem e apoio que sempre tivemos ao longo da nossa formação, o meu muito obrigado.

Finalmente quero agradecer à minha mulher e à minha filha que sempre foram o meu alento durante todos estes momentos.

A todos um meu Muito Obrigado.

Bem hajam.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS	ii
ÍNDICE GERAL	iii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	vi
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	vii
ÍNDICE DE QUADROS	xiv
LISTA DE ABREVIATURAS, SINÓNIMOS E SIGLAS.....	x
RESUMO.....	xvii
ABSTRACT	xvii
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.2 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	1
1.3 PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO	1
1.4 OBJECTIVOS	2
1.5 HIPÓTESES.....	2
1.6 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	3
1.7 METODOLOGIA ADOPTADA	3
1.8 SÍNTESE DOS CAPÍTULOS	4
PARTE I	5
CAPÍTULO 2 – FUNÇÃO PÚBLICA.....	5
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5
2.2 MISSÃO	5
2.3 ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6
2.4 RECURSOS HUMANOS: EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO	7
CAPÍTULO 3 – FORÇAS ARMADAS	8
3.1 INTRODUÇÃO	8
3.2 MISSÃO	8
3.3 ESTRUTURA	9
3.4 CONDIÇÃO MILITAR	10
3.5 A NECESSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS	11
3.6 PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO	12
3.7 EFECTIVOS DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.....	13
CAPÍTULO 4 – SISTEMA RETRIBUTIVO E CARREIRAS.....	14
4.1 SISTEMA RETRIBUTIVO.....	14
4.1.1 RENUMERAÇÃO BASE.....	15
4.1.2 PRESTAÇÕES SOCIAIS E SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	15

4.1.3 SUPLEMENTOS.....	16
4.2 ACTUAL SISTEMA RETRIBUTIVO.....	16
4.3 PERSPECTIVA DA CARREIRA	16
4.3.1 CARREIRA MILITAR.....	17
4.3.2 CARREIRA DE DOCENTE UNIVERSITÁRIA.....	17
4.3.3 CARREIRAS MÉDICAS – CARREIRA MÉDICA HOSPITALAR	18
4.3.4 CARREIRA DE JUIZ	18
PARTE PRÁTICA II.....	19
CAPÍTULO 5 – TRABALHO DE CAMPO.....	19
5.1 INTRODUÇÃO	19
5.2 MÉTODO DE ABORDAGEM.....	19
5.3 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS.....	20
5.4 ENTREVISTAS	21
5.4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	21
5.5 INQUÉRITOS.....	22
5.5.1 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	23
5.6 MEIOS UTILIZADOS.....	23
CAPÍTULO 6 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	24
6.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	24
6.2 ANÁLISE DOS INQUÉRITOS	26
6.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS.....	27
6.2.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS RESPOSTAS DOS INQUIRIDOS	28
6.3 ANÁLISE DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DOS VENCIMENTOS.....	32
6.3.1 COMPARAÇÃO ENTRE A FP E AS FA	32
6.3.2 COMPARAÇÃO ENTRE PAÍSES	34
CAPÍTULO 7 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	36
7.1 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES.....	36
7.2 REFLEXÕES FINAIS	37
7.3 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	39
7.4 INVESTIGAÇÕES FUTURAS	40
BIBLIOGRAFIA.....	41
APÊNDICES.....	45
APÊNDICE A ORGANOGRAMAS DOS DIFERENTES RAMOS DAS FA.....	46
APÊNDICE B EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS DAS FORÇAS ARMADAS	49
APÊNDICE C SUPLEMENTOS À RENUMERAÇÃO BASE	50
APÊNDICE D CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO JURIDICA DE EMPREGO.....	52
APÊNDICE E REGIME DO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE.....	55
APÊNDICE F GUIÃO DA ENTREVISTA	56
APÊNDICE G INQUÉRITO	61

APÊNDICE H ENTREVISTA 1.1	70
APÊNDICE I ENTREVISTA 1.2.....	73
APÊNDICE J ENTREVISTA 1.3.....	75
APÊNDICE L ENTREVISTA 1.4.....	77
APÊNDICE M ENTREVISTA 1.5.....	79
APÊNDICE N ENTREVISTA 1.6	81
APÊNDICE O SINOPSES DAS ENTREVISTAS	83
O.1 ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO 1	83
O.2 ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO 2	84
O.3 ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO 3	84
O.4 ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO 4	85
O.5 ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO 5	86
O.6 ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO 6	86
O.7 ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO 7	87
O.8 ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO 8	88
APÊNDICE P EVOLUÇÃO DOS VENCIMENTOS	89
P.1 EVOLUÇÃO DOS VENCIMENTOS.....	89
P.2 EVOLUÇÃO DA TAXA DE INFLAÇÃO E DA TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO VENCIMENTO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS ESTUDADAS	90
P.3 EVOLUÇÃO TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL REAL DOS VENCIMENTO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS ESTUDADAS	92
APÊNDICE Q RESULTADOS DO INQUÉRITO	95
ANEXOS	135
ANEXO A EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS DA FUNÇÃO PÚBLICA	136
ANEXO B MEDIDAS INTRODUZIDAS PELO ECDU	138
ANEXO C ACORDO ENTRE O GOVERNO E A FENPROF	140

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura A.1 – Organograma da Marinha.....	46
Figura A.2 – Organograma do Exército.....	47
Figura A.3 – Organograma da Força Aérea Portuguesa.....	48

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 6.1 – Distribuição por género.....	27
Gráfico 6.2 – Distribuição por idade.....	27
Gráfico 6.3 – Distribuição por profissões.....	27
Gráfico 6.4 – Evolução salarial da Função Pública e Militares (Coronel).....	33
Gráfico 6.5 – Comparação de vencimentos entre Países.....	35
Gráfico B.1– Evolução dos efectivos das FA.....	49
Gráfico P.1 – Evolução da Taxa de Inflação e da taxa de crescimento médio do salário de coronel.....	91
Gráfico P.2 – Evolução da Taxa de Inflação e da taxa de crescimento médio do salário do professor associado, juiz de círculo e chefe de serviço.....	91
Gráfico P3 – Evolução dos vencimentos de forma deflacionados em termos reais.....	94
Gráfico Q.1 – Distribuição das respostas à questão n.º 1.....	96
Gráfico Q.2 – Distribuição das respostas à questão n.º 2.....	97
Gráfico Q.3 – Distribuição das respostas à questão n.º 3.....	98
Gráfico Q.4 – Distribuição das respostas à questão n.º 4.....	98
Gráfico Q.5 – Distribuição das respostas à questão n.º 5.....	99
Gráfico Q.6 – Distribuição das respostas à questão n.º 6.....	100
Gráfico Q.7 – Distribuição das respostas à questão n.º 7.....	100
Gráfico Q.8 – Distribuição das respostas à questão n.º 8.....	101
Gráfico Q.9 – Distribuição das respostas à questão n.º 9.....	102
Gráfico Q.10 – Distribuição das respostas à questão n.º 10.....	103
Gráfico Q.11– Distribuição das respostas à questão n.º 11.....	104
Gráfico Q.12– Distribuição das respostas à questão n.º 12.....	105

Gráfico Q.13– Distribuição das respostas à questão n.º 13.....	106
Gráfico Q.14– Distribuição das respostas à questão n.º 14.....	107
Gráfico Q.15 – Distribuição das respostas à questão n.º 15.....	107
Gráfico Q.16 – Distribuição das respostas à questão n.º 16.....	108
Gráfico Q.17 – Distribuição das respostas à questão n.º 17.....	109
Gráfico Q.18– Distribuição das respostas à questão n.º 18.....	110
Gráfico Q.19 – Distribuição das respostas à questão n.º 19.....	111
Gráfico Q.20 – Distribuição das respostas à questão n.º 20.....	112
Gráfico Q.21 – Distribuição das respostas à questão n.º 2.....	113
Gráfico Q.22 – Distribuição das respostas à questão n.º 22.....	114
Gráfico Q.23 – Distribuição das respostas à questão n.º 23.....	115
Gráfico Q.24 – Distribuição das respostas à questão n.º 24.....	116
Gráfico Q.25.1 – Distribuição das respostas à questão n.º 25.1.....	117
Gráfico Q.25.2 – Distribuição das respostas à questão n.º 25.1.....	118
Gráfico Q.25.3 – Distribuição das respostas à questão n.º 25.1.....	119
Gráfico Q.25.4 – Distribuição das respostas à questão n.º 25.1.....	120
Gráfico Q.26.1 – Distribuição das respostas à questão n.º 26.....	121
Gráfico Q.26.2 – Distribuição das respostas à questão n.º 25.1.....	122
Gráfico Q.26.3 – Distribuição das respostas à questão n.º 25.1.....	123
Gráfico Q.26.4 – Distribuição das respostas à questão n.º 25.1.....	124
Gráfico Q.27.1 – Distribuição das respostas à questão n.º 27.....	125
Gráfico Q.27.2 – Distribuição das respostas à questão n.º 25.1.....	126
Gráfico Q.27.3 – Distribuição das respostas à questão n.º 25.1.....	127
Gráfico Q.27.4 – Distribuição das respostas à questão n.º 25.1.....	128
Gráfico Q.28 – Distribuição das respostas à questão n.º 28.....	129

Gráfico Q.29 – Distribuição das respostas à questão n.º 29.....	129
Gráfico Q.30 – Distribuição das respostas à questão n.º 30.....	130
Gráfico Q.31 – Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 13.....	132
Gráfico Q.32 – Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 17.....	133
Gráfico Q.33 – Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 18.....	133
Gráfico Q.34 – Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 19.....	134
Gráfico Q.35 – Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 20.....	134
Gráfico Q.36 – Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 21.....	134

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 5.1 – Caracterização da amostra.....	22
Quadro F.1 – Perguntas por blocos temáticos.....	59
Quadro O.1 – Análise de resultados da questão 1.....	83
Quadro O.2 – Análise de resultados da questão 2.....	84
Quadro O.3 – Análise de resultados da questão 3.....	84
Quadro O.4 – Análise de resultados da questão 4.....	85
Quadro O.5 – Análise de resultados da questão 5	86
Quadro O.6 – Análise de resultados da questão 6.....	86
Quadro O.7 – Análise de resultados da questão 7.....	87
Quadro O.8 – Análise de resultados da questão 8.....	88

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela B.1 – Evolução dos efectivos das FA.....	49
Tabela P.1 – Evolução dos vencimentos base (brutos) de 1979 a 2011.....	89
Tabela P2 – Evolução Taxa Crescimento nominal dos vencimentos das categorias profissionais estudadas.....	90
Tabela P3 – Evolução dos vencimentos de forma deflacionados em termos reais.....	92
Tabela P4 – Evolução da Taxa da Variação Anual Real dos vencimentos.....	93
Tabela Q.1 – Coeficiente de Alpha de Cronbach.....	95
Tabela Q.2 – Frequência das respostas da questão 1.....	95
Tabela Q.3 – Frequência das respostas da questão 2.....	96
Tabela Q.4 – Frequência das respostas da questão 3.....	97
Tabela Q.5 – Frequência das respostas da questão 4.....	98
Tabela Q.6 – Frequência das respostas da questão 5.....	99
Tabela Q.7 – Frequência das respostas da questão 6.....	99
Tabela Q.8 – Frequência das respostas da questão 7	100
Tabela Q.9 – Frequência das respostas da questão 8.....	101
Tabela Q.10 – Frequência das respostas da questão 9.....	102
Tabela Q.11 – Frequência das respostas da questão 10.....	102
Tabela Q.12 – Frequência das respostas da questão 11.....	103
Tabela Q.13 – Frequência das respostas da questão 12.....	104
Tabela Q.14 – Frequência das respostas da questão 13.....	105
Tabela Q.15 – Frequência das respostas da questão 14.....	106
Tabela Q.16 – Frequência das respostas da questão 15.....	107
Tabela Q.17 – Frequência das respostas da questão 16.....	108

Tabela Q.18 – Frequência das respostas da questão 17.....	109
Tabela Q.19 – Frequência das respostas da questão 18.....	110
Tabela Q.20 – Frequência das respostas da questão 19.....	111
Tabela Q.21– Frequência das respostas da questão 20.....	112
Tabela Q.22 – Frequência das respostas da questão 21.....	113
Tabela Q.23 – Frequência das respostas da questão 22.....	114
Tabela Q.24 – Frequência das respostas da questão 23.....	115
Tabela Q.25 – Frequência das respostas da questão 24.....	116
Tabela Q.26.1 – Frequência das respostas da questão 25.1.....	117
Tabela Q.26.2 – Frequência das respostas da questão 25.2.....	118
Tabela Q.26.3 – Frequência das respostas da questão 25.3.....	119
Tabela Q.26.4 – Frequência das respostas da questão 25.4.....	120
Tabela Q.27.1 – Frequência das respostas da questão 26.1.....	121
Tabela Q.27.2 – Frequência das respostas da questão 26.2.....	122
Tabela Q.27.3 – Frequência das respostas da questão 26.3.....	123
Tabela Q.27.4 – Frequência das respostas da questão 26.4.....	124
Tabela Q.28.1 – Frequência das respostas da questão 27.1.....	125
Tabela Q.28.2 – Frequência das respostas da questão 27.2	126
Tabela Q.28.3 – Frequência das respostas da questão 27.3.....	127
Tabela Q.28.4 – Frequência das respostas da questão 27.4.....	128
Tabela Q.29 – Frequência das respostas da questão 28.....	128
Tabela Q.30 – Frequência das respostas da questão 29.....	129
Tabela Q.31 – Frequência das respostas da questão 30.....	130
Tabela Q.32: Distribuição estatística das respostas.....	131
Tabela Q.33: Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 13.....	131

Tabela Q.34: Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 14.....	132
Tabela Q.35: Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 15.....	132
Tabela A.1 - Evolução dos efectivos na AP.....	136
Tabela A.2 – Evolução do emprego por ministérios, segundo a orgânica do XVIII Governo Constitucional.....	136
Tabela A.3 – Evolução do emprego por categorias profissionais, segundo a orgânica do XVIII Governo Constitucional.....	137

LISTA DE ABREVIATURAS, SINÓNIMOS E SÍGLAS

1.º TEN	Primeiro-Tenente
ADMIL	Administração Militar
AM	Academia Militar
AP	Administração Pública
Art.º	Artigo
ASP	Aspirante
BDAP	Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública
CEE	Comunidade Económica Europeia
CCEM	Conselho Chefes do Estado-Maior
CF	Capitão Fragata
CMG	Capitão-de-Mar-e-Guerra
COR	Coronel
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSDN	Conselho Superior da Defesa Nacional
CSM	Concelho Superior de Magistratura
DGAEP	Direcção-Geral de Administração e Emprego Público
DL	Decreto-Lei
ECDU	Estatuto da Carreira de Docente Universitário
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
FA	Forças Armadas
FENPROF	Federação Nacional de Professores
FP	Função Pública
Hn	Hipótese n
INE	Instituto Nacional de Estatística
LOBOFA	Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
LPM	Lei de Programação Militar

LSM	Lei de Serviço Militar
MAJ	Major
MDN	Ministério da Defesa Nacional
N.º	Número
OTAN	Organização Tratado Atlântico Norte
PALOP	Países Amigos Língua Oficial Portuguesa
PREC	Processo Revolucionário em Curso
PROF.	Professor
QOP	Quadro Orgânico de Pessoal
SFN	Sistema de Forças Nacional
SMO	Serviço Militar Obrigatório
TCOR	Tenente-coronel
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TPO	Tirocínio para Oficiais
UE	União Europeia

RESUMO

Nas últimas quatro décadas, houve alterações nas carreiras da administração pública, além de transformações de natureza estrutural na política, economia e sociedade portuguesa. Com o decorrer dos anos tem-se vindo a verificar que o vencimento dos militares não tem evoluído comparativamente a profissões que até então estavam equiparadas à profissão militar em termos de vencimento.

Perante esta situação, é oportuno que se investigue a evolução dos vencimentos dos militares portugueses, num contexto nacional e europeu, desenvolvendo-se então o presente Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema “Análise da evolução dos vencimentos dos militares das Forças Armadas Portuguesas, após 1975”.

Para aprofundar esta questão propus-me a responder à seguinte questão de investigação:

“Os militares das Forças Armadas estão remunerados de forma equitativa em relação a outras categorias profissionais da Função Pública?”

Para responder a esta questão, foi efectuada uma análise comparativa, com base em determinadas referências nacionais e internacionais. Assim, para efeitos de comparação analisou-se a evolução salarial da Função Pública, nomeadamente da carreira dos Magistrados, Docentes Universitários e Médicos, uma vez que no passado já estiveram equiparadas à carreira militar, assim como de três países para além de Portugal: Espanha, Bélgica e Holanda. A razão da escolha dos três países tem como fundamento o facto de pertencerem à UE, embora possuam diferentes contextos económicos e sociais; por uma razão de proximidade (no caso de Espanha), a Holanda e a Bélgica, por serem semelhantes a Portugal no que concerne à superfície territorial.

Para um melhor enquadramento do tema e da questão, são formulados objectivos e hipóteses, quer ao nível do poder de compra dos militares, quer ao nível da carreira da Administração Pública versus carreira Militar, comparando estas hipóteses interna e externamente.

Desta forma, o trabalho divide-se em duas partes fundamentais. Na primeira parte efectua-se o enquadramento teórico do tema do trabalho. A segunda parte reporta-se ao trabalho de campo, à análise e discussão dos resultados obtidos e às conclusões e recomendações.

A metodologia da parte teórica baseia-se na análise documental existente. Os dados usados na parte prática resultaram da realização de entrevistas, inquéritos e da análise documental.

Chegou-se assim à conclusão, após estudo de diferentes variáveis que os militares encontram-se mal renumerados em termos nominais.

Palavras-Chave: FUNÇÃO PÚBLICA, MILITARES, EUROPA, VENCIMENTOS

ABSTRACT

In the last four decades there have been some changes in the careers of public administration, apart from the changes in the nature of the political structure, economy and Portuguese society. Over the years it has been acknowledged that the military's salary has not evolved in comparison to professions that, until then, were treated in a similar fashion to that of the military one, especially with regards to salary.

It is appropriate to investigate the evolution of the salary of the Portuguese military, within a national and European context, reason that leads to the development of the present Applied Research Work, related to the theme “Analysis of the Evolution of the Income of Portuguese Armed Forces, after 1975”.

To examine this issue I have set myself the following research question:

“The armed forces personnel are paid fairly in relation to other professional categories of the Civil Service?”

In order to answer this question, a comparative analysis has been made, based on certain national and international references. Therefore, for comparison purposes, the wage of Civil Employees has been analysed, namely those of magistrates, lecturers and doctors, since in the past these were compared to the military, and in three other countries besides Portugal. These include Spain, Belgium and The Netherlands. The reason why these countries were chosen is founded on the fact that they are members of the European Union and these countries have different social and economic contexts, for a proximity reason (in the case of Spain), and for what concerns the territorial surface (Netherlands and Belgium, for having a similar surface area to Portugal).

For a better background of the issue certain objectives and hypotheses have been formulated, both in terms of purchasing power of the military and also in terms of Military versus careers in the Public Administration, comparing these hypotheses internally and externally.

Therefore, the work consists of two fundamental parts. In the first part the theoretical background of the theme is carried out. The second part refers to field work, analysis and discussion of the results, conclusions and recommendations.

The methodology of the theoretical part is based on the analysis of the existing document. The data used in the practical part results from interviews, surveys and documented analysis.

This way we conclude, after studying different variables, that the military is underpaid.

Keywords: PUBLIC FUNCTION, MILITARY, EUROPE, REMUNERATION

“Não existe opinião pública, existe opinião publicada”

Winston Churchill

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

No âmbito da estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar, o autor desenvolveu o presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), subordinado ao tema “Análise da evolução dos vencimentos dos militares das FA Portuguesas, após 1975”, tema genérico do relatório.

O presente trabalho foi elaborado entre Março e Julho de 2011, sendo de extrema importância para a formação do aluno, desenvolvendo diversas competências, tanto ao nível metódico, como de pesquisa que um trabalho científico impõe.

1.2 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Nas últimas quatro décadas, nomeadamente após 1975, houve alterações nas carreiras na administração pública, além de alterações de natureza estrutural na política, economia e sociedade portuguesa.

Com o decorrer dos anos tem-se vindo a verificar, que o vencimento dos militares não têm evoluído, comparativamente a profissões que já estiveram equiparadas à profissão militar em termos de vencimento.

Perante esta situação, é oportuno que se investigue de forma académica, a evolução dos vencimentos dos militares portugueses, num contexto nacional e europeu.

Neste sentido, com base na análise destas mesmas alterações, pretende-se verificar na sua essência, até que ponto estas mudanças se repercutiram sobre a actualidade.

1.3 PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO

O objecto de estudo desta investigação é a análise da evolução dos vencimentos dos militares das Forças Armadas Portuguesas, após 1975. Pretendendo-se verificar, face aos indicadores económicos de referência e efectuando comparações a nível interno e externo, isto é, comparando Portugal aos outros três países escolhidos, se a evolução dos vencimentos das Forças Armadas Portuguesas tem sido justa aos olhos do investigador e dar resposta à seguinte pergunta.

Os militares das Forças Armadas estão remunerados de forma equitativa em relação a outras categorias profissionais da Função Pública?

Como questões derivadas foram consideradas as seguintes:

- Terão os militares perdido poder de compra ao longo destes últimos anos? E comparativamente com outras profissões equiparadas?
- Terão os vencimentos dos militares acompanhado a evolução dos vencimentos dessas profissões consideradas equiparadas?
- Num contexto europeu, terão os vencimentos dos militares portugueses à altura dos militares europeus?
- Terão os militares de hoje uma maior capacidade de progressão na carreira militar?

1.4 OBJECTIVOS

Para dar resposta ao problema formulado, visando o enquadramento teórico do tema e a investigação de campo, definiram-se os seguintes objectivos específicos:

- Analisar a evolução da carreira militar paralelamente à evolução das carreiras da administração pública, em termos de enquadramento legal e quanto às remunerações;
- Verificar como têm evoluído as remunerações dos militares nas últimas três décadas;
- Verificar se os vencimentos dos militares das Forças Armadas Portuguesas estão equiparados a Militares de Países da União Europeia.
- Verificar se as progressões na carreira dos militares estão equiparadas às carreiras da administração pública.

1.5 HIPÓTESES

Para dar resposta ao problema da investigação, formularam-se as seguintes hipóteses:

- H1 – Os vencimentos na Função Pública, nas categorias analisadas, evoluíram de forma equitativa;
- H2 – Os vencimentos na Função Pública, têm evoluído de modo semelhante aos das Forças Armadas;
- H3 – Os militares dos Países da União Europeia, auferem mais, em termos relativos, que os militares Portugueses;

H4 – A evolução da carreira militar é mais lenta que nas categorias da FP em estudo;

1.6 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Este trabalho consistirá em analisar a evolução do vencimento do posto de coronel dentro das Forças Armadas, comparativamente com a evolução do vencimento dos docentes universitários com a categoria de professores associados, dos médicos com categoria de chefes de serviço, assim como dos magistrados com categoria de juiz de circulo. Tal escolha recai sobre o Decreto-Lei n.º 42152 de 12 FEV 59, onde se estabelece uma equiparação, em termos remuneratórios, às categorias anteriormente citadas.

Ainda a referir a existência de outros trabalhos contemporâneos, que encerram matérias semelhantes e abordagens análogos, pois já há algum tempo que tem vindo a ser estudada esta problemática da evolução dos vencimentos da Função Pública em equiparação com as Forças Armadas. Procura-se assim aprofundar a análise e actualizar os dados estatísticos, assim como aferir as percepções sobre a matéria.

1.7 METODOLOGIA ADOPTADA

O presente trabalho foi realizado de acordo com as orientações para a redacção de trabalhos fornecida pela Academia Militar (Academia Militar, 2008) e segundo as normas de citação da American Psychological Association (2008), pois as normas da Academia Militar deixam ao critério do investigador a escolha das normas de citação.

Para a realização do trabalho, dividiu-se o mesmo em duas partes de forma a escolher o método mais apropriado para dar resposta à pergunta de investigação supracitada.

No que concerne à parte teórica, procedeu-se a uma revisão de literatura que constituiu o referencial teórico do estudo, recorreu-se à análise de livros, decretos-lei, páginas da internet, revistas e ainda a dissertações de mestrado de autores que abordaram a temática da Função Pública.

Esta pesquisa de carácter exploratório visa testar a estrutura actual dos vencimentos da Função Pública e dos Militares e suscitar, também, outras hipóteses que pudessem aprimorar uma estrutura correcta. As pesquisas de carácter exploratório, segundo Marconi e Lakatos (2002), baseiam-se na pesquisa empírica, com a finalidade de desenvolver hipóteses à questão de investigação supramencionada.

Para a realização da segunda parte do trabalho, ou seja a parte prática, realizaram-se entrevistas, inquéritos e análise documental de modo a verificar a fidelidade das hipóteses enunciadas.

Os procedimentos para a recolha de dados para a realização de entrevistas, deram-se

em grande parte ao contacto privilegiado com as entidades com responsabilidade financeira da Marinha e do Exército Português, assim como entidades com responsabilidade política.

1.8 SÍNTESE DOS CAPÍTULOS

A estrutura deste TIA divide-se em duas partes fundamentais, ou seja, parte teórica e a parte prática.

Relativamente à parte teórica, esta engloba o enquadramento teórico que serve de suporte ao trabalho de campo, sendo composto por 4 Capítulos: Introdução; Enquadramento da Função Pública, Enquadramento das Forças Armadas; Comparação entre Sistemas Remuneratórios, respectivas carreiras da Função Pública e das Forças Armadas.

A segunda parte do Trabalho é composta por três capítulos, onde se procede a uma análise empírica baseada em dados estatísticos, onde se expõe o trabalho de campo realizado em termos de entrevistas exploratórias, inquéritos, estudo caso comparativo e se analisam os resultados obtidos, assim como as conclusões a que estes permitirão chegar.

PARTE I

CAPÍTULO 2 – FUNÇÃO PÚBLICA

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O termo administrar para Afonso Queiró (1976), remonta as suas origens às expressões latinas *ad ministrare* (servir) e *ad manus trahere* (manejar). Deste modo administrar seria *“agir ao serviço de determinados fins e com vista a realizar certos resultados”*.

Segundo João Caupers (2009), parece evidente que noções tão amplas carecem de um mínimo de operatividade: nem toda a acção humana que vise prosseguir certos fins ou obter certos resultados é administração. De resto, a maior parte das acções humanas visam atingir fins ou obter resultados.

Assim sendo, administrar é uma actividade que se materializa na combinação de meios humanos, materiais e financeiros realizada no seio de uma organização, isto é, administrar é uma acção humana que consiste exactamente em prosseguir certos objectivos através do funcionamento da organização.

2.2 MISSÃO

A Administração Pública (AP) tem como principal incumbência a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

“À Administração Pública competirá, no seu conjunto e a cada uma das suas instituições, garantir o estado adequado dos diferentes subsistemas sociais que contribuem para o desenvolvimento e a qualidade de vida, bem como a segurança e coesão nacionais, pelo cumprimento das respectivas missões, de acordo com as políticas públicas definidas pelo Governo e outros órgãos de soberania, bem como apoiar a preparação e a avaliação da sua execução” (Neves, 2010, p.23).

Os seus órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à Lei e devem actuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da justiça, da proporcionalidade, da imparcialidade e da boa fé.

2.3 ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A AP, numa primeira abordagem é uma estrutura organizada bastante complexa, composta por órgãos que integram pessoas colectivas e serviços administrativos; numa segunda abordagem, é um corpo de indivíduos que colocam a sua inteligência e capacidade de trabalho ao serviço da organização para que trabalhem.

Segundo, Paulo Moura (2001, p.17) *“a natureza moral dos órgãos integrantes de uma pessoa colectiva postula que a formação, exteriorização e execução da sua vontade seja efectuada por indivíduos, pelo que, em última análise, a satisfação das necessidades colectivas é levada a cabo por indivíduos”*.

Neste sentido, surge a Função Pública (FP), como o corpo constituído pelo conjunto de indivíduos que, de forma subordinada e hierarquizada, prestam o seu trabalho, como profissionais especializados, no desempenho de funções próprias e permanentes dos diversos serviços e pessoas colectivas que integram a AP.

Tradicionalmente a AP é entendida num duplo sentido, isto é, sentido orgânico e sentido material, em que no primeiro a AP é o sistema de órgãos, serviços e agentes do estado e de outras entidades públicas, que têm como objectivo a satisfação regular e contínua das necessidades colectivas, por outro lado, em sentido material, a AP é a própria actividade desenvolvida por aqueles órgãos, serviços e agentes.

Em relação ao sentido orgânico, é possível distinguir na AP três grupos de entidades: nomeadamente a Administração Directa do Estado, que integra todos os órgãos, serviços¹ e agentes integrados na pessoa colectiva Estado que, de modo directo e imediato e sob a dependência hierárquica do Governo, desenvolvem um actividade tendente à satisfação das necessidades colectivas²; a Administração Indirecta do Estado, que integra as entidades públicas, distintas da pessoa colectiva “Estado”, dotadas de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira que desenvolvem uma actividade administrativa que prossegue fins próprios do Estado³, compreendendo três tipos de entidades, serviços personalizados, fundos personalizados e entidades públicas empresariais; por último, o terceiro e grande grupo de entidades que compõem a AP é a Administração Autónoma (AU), *“tratando-se de entidades que prosseguem interesses próprios das pessoas que as constituem autonomamente e com independência a sua*

¹ Serviços Centrais (Direcções-gerais organizadas em Ministérios) e Serviços Periféricos (Direcções Regionais e Governos Cívicos)

² Disponível em <http://www.dgap.gov.pt>, 27 de Junho de 2011 às 18:15m

³ Disponível em <http://www.dgap.gov.pt>, 27 de Junho de 2011 às 18:55m

*orientação e actividade, estas entidades agrupam-se em Administração Regional, Administração Local e Associações Públicas*⁴(Dec. – Lei n.º4, 2004).

2.4 RECURSOS HUMANOS: EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Sendo extremamente importante para tomada de decisões na gestão de recursos humanos⁵ o conhecimento do efectivo da AP, esta procedeu, a partir de 1979, a uma série de inquéritos, com o objectivo de conhecer a Administração em termos de estrutura dos efectivos que empregava, bem como a sua evolução no tempo.

Na análise dos dados verifica-se um crescimento muito acelerado dos efectivos da FP até meados da década de 80, motivado quer pelas alterações sociais, políticas e estruturais ocorridas, quer pelo regresso massivo dos funcionários que exerciam a sua actividade nas colónias, após a sua independência. Esses funcionários foram integrados na AP Portuguesa.

Nos anos 80 começou a sentir-se a necessidade de controlar aquele crescimento, tendo sido implementado a partir de 1982, e mais efectivamente com a legislação de 1984, um sistema de planeamento de efectivos, congelando as novas admissões na função pública, subordinando-as a um controlo selectivo, com vista a uma maior tecnicidade dos seus efectivos e procurando a desaceleração da taxa média de crescimento anual.

Segundo Teresa Castelo-Branco (2008), as áreas da educação, da saúde e das forças armadas e forças de segurança absorvem grande parte dos efectivos: 33% são docentes, 11,6% pessoal de saúde e 15,3% nas forças armadas e de segurança.

⁴ Disponível em <http://www.dgap.gov.pt> , 27 de Junho de 2011 às 19:40m

⁵ Ver Anexo A – Evolução dos efectivos da FP.

CAPÍTULO 3 – FORÇAS ARMADAS

3.1 INTRODUÇÃO

A existência das Forças Armadas (FA) está profundamente ligada à essência do Estado e ao conceito de soberania e de independência nacional.

Segundo o Coronel Mira Vaz (2002), as FA não têm uma origem divina, justificando a sua existência em determinado momento histórico por se tornarem indispensáveis à afirmação soberana das unidades políticas, estando estas destinadas a desaparecer no dia em que os Estados acharem que podem prescindir dos seus serviços.

No século XX várias foram as reorganizações militares. Umas, como resultado das transformações políticas verificadas em 1911, 1926 e 1976, que procuraram melhorar os aspectos estruturais e de funcionamento.

“Ao fazer-se o balanço destas reestruturações, verifica-se a preocupação constante de modernizar e utilizar racionalmente os meios disponíveis. No entanto, apesar de ser nesse século que o valor do factor humano foi reconhecido como principal motor do desenvolvimento e transformação das estruturas organizativas, constata-se que, por um lado, não foi dada prioridade ao recurso que é o principal agente de mudança, o Homem, e, por outro, não foram lidos os “sinais do tempo” que possibilitaram prever o futuro e saber para onde se dirigir” (Sequeira, 2003, p.301).

3.2 MISSÃO

A Constituição da República Portuguesa (CRP)⁶, no art. 275º, estipula que *“as Forças Armadas estão ao serviço do povo português”* cabendo-lhes *“a defesa militar da República”* e bem assim, nos termos da lei, *“a satisfação dos compromissos internacionais⁷ do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte”*. Contempla ainda a CRP a incumbência das FA *“colocar em missões de prontidão civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, e em acções de cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação”*.

⁶ A actual Constituição Portuguesa foi redigida pela Assembleia Constituinte eleita na sequência das primeiras eleições gerais livres no país em 25 de Abril de 1975

⁷ Compromissos Internacionais não são compromissos que nos sejam impostos por terceiros, são igualmente nossos “interesses” – nacionais – só que “assumidos em conjunto” com outros

Deste modo, para o Vice-almirante João Pires Neves (2007), questionar eventualmente a missão das FA é, pois, questionar a própria CRP.

A Lei Orgânica de Bases de Organização das FA (LOBOFA)⁸ estabelece como Missão-genérica das FA, a defesa militar contra qualquer agressão ou ameaça externa e que as Missões específicas das FA, decorrentes das missões enunciadas anteriormente, são as definidas pelo Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), mediante proposta do Ministro da Defesa Nacional, sob projecto do Conselho de Chefes do Estado-Maior (CCEM).

Assim sendo, as FA têm participado em missões humanitárias e de paz sob a égide da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) e da Organização das Nações Unidas (ONU), tentando procurar satisfazer os compromissos internacionais do Estado no que concerne à área militar, tendo ainda desenvolvido diversas acções nos projectos e programas de cooperação técnico-militar, particularmente com os Países Amigos Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Segundo Sequeira (2003), são estas iniciativas que cada vez mais prestigiam o nosso país e garantem a Portugal um papel relevante no panorama internacional.

No âmbito nacional, as FA têm apoiado numerosas missões de interesse público, nomeadamente de busca e salvamento, de fiscalização marítima e de apoio às populações, em especial na prevenção e combate de fogos florestais em situação de catástrofes naturais, decorrentes de factos extraordinários que obrigam à sua intervenção e que, em todos os casos, vão de encontro à satisfação das necessidades das populações.

Os acontecimentos que se têm presenciado nos últimos anos, particularmente os decorrentes dos atentados de 11 de Setembro de 2001, vieram despertar a necessidade das FA assumirem ainda parte nas missões de luta contra o terrorismo transnacional, em quadro legal próprio e em coordenação com outras forças e serviços de segurança.

3.3 ESTRUTURA

A estrutura das FA compreende o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), os três ramos das FA⁹, Marinha, Exército, Força Aérea e os órgãos militares de comando das Forças Armadas.

“No âmbito organizacional, o sistema das Forças Armadas é constituído, prioritariamente, por unidades modulares, cujas características se adequem ao actual quadro de intervenção, preparadas para actuar integradas em Forças conjuntas ou combinadas, designadamente em situações de parceria com forças aliadas. Estas forças,

⁸ Lei nº 111/91, de 29 de Agosto

⁹ Ver Apêndice A – Organograma dos 3 Ramos das Forças Armadas

integradas ao nível de um Estado-Maior conjunto e com elevadas capacidades de mobilidade e auto-suficiência, poderão intervir tanto em missões de paz e humanitárias, como em missões primárias da soberania nacional” (Sequeira, 2003, p.304).

Os três ramos das FA apresentam uma organização muito semelhante. No topo da estrutura, encontram-se os Chefes de Estado-Maior, com o posto de almirante ou general, Marinha, Exército ou Força Aérea respectivamente, sendo os principais colaboradores do Ministro da Defesa Nacional e do CEMGFA para todos os assuntos específicos dos respectivos ramos, de acordo com as áreas de responsabilidade superiormente definidas, que comandam os respectivos ramos.

No essencial a sua estrutura organizativa inclui: um Estado-Maior, Órgãos Centrais de Administração e Direcção, Órgãos de Conselho, Órgãos de Inspeção, Órgãos de Implantação Territorial, Elementos da componente Operacional do Sistema de Forças.

3.4 CONDIÇÃO MILITAR

Segundo Fraga (2003), a condição militar vocaciona-se num elevado sentido de missão e noção do dever, factores imprescindíveis ao alto grau de coesão e espírito de corpo, que devem caracterizar as FA. São estes factores que, aliados aos riscos, exigências e sujeições próprias da condição militar, impõem o respeito de todos os cidadãos e o apreço da Nação, justificando, em contra partida, a consagração de especiais compensações e regalias.

O estatuto da condição militar está completamente diferenciado de qualquer outra das funções do Estado. Importa salientar o que se encontra preceituado nas Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar:

Um militar apesar de ser um elemento que tem como profissão a utilização de armas, é um cidadão. Os valores da profissão militar, como profissão ao serviço de um Estado democrático, têm de ser firmes com valores morais, espirituais e sociais que definem o carácter fundamental da Nação, tais como: a justiça, a verdade, a honestidade, a dignidade humana, a igualdade, a imparcialidade, e responsabilidade pessoal. Por conseguinte umas FA nacionais não podem deixar de espelhar e ser orientadas por estes valores.

O reconhecimento da ligação entre as FA e a Nação é formalmente afirmado nas fórmulas do juramento de bandeira, numa postura de fidelidade quando se afirma “*guardar e fazer guardar a Constituição da República*”. Esta afirmação pretende assumir os riscos sem reservas “*mesmo com o sacrifício da própria vida*”, juramento que é realizado em acto público, fazendo a distinção do empenhamento em valores entre os militares e a sociedade civil.

O conceito das FA encerra em si duas áreas que se sobrepõem: a primeira resulta

do teor da Constituição traduzido em valores da sociedade que dão origem a posturas éticas; a segunda surge de conceitos éticos resultantes da postura no campo de batalha, que se interpõem com a vida e a morte, conceitos que estão interiorizados com os militares profissionais.

As FA adquiriram uma forte visibilidade pública, associada a um conjunto de valores éticos e deontológicos, onde o colectivo se sobrepõe ao individual. O reconhecimento da soberania social, a submissão, a aventura (onde se incluem actividades com risco em nome de valores consensualizados), o sacrifício de interesses pessoais, a restrição de alguns direitos e garantias, os valores morais, espirituais e sociais, são valores que estão em causa pela necessidade de os manter e desenvolver por razões que se associam directamente às características próprias das FA.

Os militares em RV/RC, ao estabelecerem contacto com a organização, vão atravessar um período de ressocialização que passa pela interiorização de um conjunto de valores que têm forte reconhecimento social, valores que para alguns são objecto de rejeição e para outros são motivo de atracção.

3.5 A NECESSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

Na sociedade actual, por vezes questiona-se acerca da necessidade da existência das FA, por variadíssimas razões, nomeadamente com a entrada de Portugal na CEE, em 1986, as hipóteses de um golpe militar reduziram-se drasticamente, tendo baixado inevitavelmente o peso das FA, o facto da *tropa* profissional ter substituído o serviço militar obrigatório (SMO), quebrando um antigo elo com a ideia de nação, e por último e não tão menos importante, o facto de Portugal não parecer agora alvo de qualquer ameaça militar externa.

Contudo, segundo Cavaco Silva¹⁰, nenhuma instituição simboliza e assume a dimensão nacional como as FA, subordinadas ao poder político democrático, elas constituem o último recurso do Estado quando tudo o resto falha.

As FA ao longo da história têm evidenciado, em variadíssimas situações, a necessidade da sua existência, tanto no papel que as FA tiveram no PREC¹¹, nomeadamente na reabilitação da moral e da eficiência das FA, tanto na sua utilização, ou participação em missões internacionais, na sua participação em 1998, na recolha dos cidadãos nacionais em situação precária na Guiné-Bissau e na ajuda, ao povo e Estado daquele País, participação em missões internacionais, como instrumento de potenciação da

¹⁰ Presidente da República

¹¹ Sigla que designa o Processo Revolucionário em Curso, que teve lugar após a Revolução de 25 de Abril de 1974. Caracteriza-se por uma forte movimentação político-social ocorrida em Portugal durante os anos de 1974/75

nossa presença e acção externas, assim como o seu emprego em situações de calamidade pública, entre outras.

De realçar que a razão de ser das FA não se cinge, no plano militar, à eventualidade de eminência de uma agressão, ou existência de ameaças credíveis que se perfilam, *“a defesa nacional de que elas se constituem instrumento fundamental, concebe-se em obediência a uma política que tem carácter permanente, que se exerce em todo o tempo e em qualquer lugar”* (Neves, 2007, p.243).

Sendo na implícita assumpção deste pressuposto que o Governo estabelece no seu Programa que as FA são o instrumento essencial para a defesa militar do País e assim sendo, confirma como sua missão principal assegurar a sua defesa, a defesa de um País que é soberano, livre e independente, querendo continuar a sê-lo, não pretendendo, por nunca, alienar a sua segurança e muito menos ser um qualquer Estado Exíguo¹², como outros são e por isso prescindem de FA.

3.6 PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO

O desenvolvimento da sociedade, quanto às exigências que o homem pôs em prática através do decurso da história, provocou grandes alterações no âmbito da gestão de conflitos armados, e noutros, proporcionou um acentuado desenvolvimento tecnológico belicista, desenvolvimento que se acentuou num ritmo cada vez mais acelerado a partir da I Guerra Mundial. Após a Guerra-Fria, pela abolição dos exércitos de massas, foram criadas forças altamente qualificadas e capazes de executar, com eficácia, operações cirúrgicas contra alvos específicos bem identificados. Esta nova situação veio alterar todos os princípios até aí seguidos, originando uma acentuada redução¹³ nos efectivos, melhoramento de equipamento e condições de vida dos militares, com o propósito de prestigiar as FA e proporcionar a atracção dos jovens às fileiras. A conscrição deixou de ser posta em prática em parte dos países ocidentais por não haver necessidade de se manterem as nações em armas e pelo peso financeiro inerente.

Actualmente as FA enfrentam a seguinte situação: em vez de solicitarem à sociedade que lhes envie os recursos humanos de que necessitam, elas têm agora de, concorrendo com outras organizações, procurar cativá-los, apresentando-lhes ofertas de emprego capazes de exercer a atractividade. Perante esta situação as FA têm ainda de conseguir afirmar-se como instituição qualificante perante as outras entidades com que

¹²Estado que não consegue garantir os fins para que foi criado, isto é, garantir a segurança, o bem-estar e a justiça social.

¹³ Redução também motivada pelo fim da Guerra Colonial.

concorre no mercado de trabalho, para que os profissionais que nelas serviram não encontrem dificuldades de reinserção na vida civil activa.

3.7 EFECTIVOS DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS

Segundo Luís, & Bacalhau (2001), a identificação das necessidades das FA decorre de um profundo trabalho de análise da conjuntura internacional que conduz à caracterização das grandes opções para a defesa militar do país, ao estabelecimento das novas missões para as FA, à definição do Sistema de Forças Nacional (SFN) e à caracterização do seu dispositivo e das estruturas associadas às necessidades de organização geral das FA e dos seus Ramos.

Deste modo, a questão da dimensão da Instituição Militar justifica alguma reflexão. No final da guerra colonial o efectivo das FA rondava os 227.373, tendo contudo sofrido uma grande quebra após 1974, com o final da mesma, atingindo o valor de 76.641 elementos. Assim sendo o efectivo ao longo dos anos foi diminuindo, tendo nos meados dos anos 90 sido objecto de sucessivas reduções com impacto na quantidade dos efectivos e no seu dispositivo territorial¹⁴.

Entre os anos de 2000 a 2009, o sistema de forças existente foi sustentado em pessoal com efectivos médios de 47.200 militares, contudo tende ainda a diminuir nos próximos anos.

Para tal, contribuirá o progressivo abandono, no Exército, do regime da conscrição Serviço Militar Obrigatório (SMO). Deste modo, a optimização e racionalização que se pretende alcançar na caracterização das necessidades em pessoal, para as FA, determina que se considerem as três figuras estatutárias: pessoal militar, “militarizado” e civil.

O objectivo estrutural em pessoal, para sustentar o SFN, de modo a fazer face a cargos exteriores aos Ramos, especificadamente no EMGFA, na cooperação técnico-militar, em funções no estrangeiro e ainda o pessoal da reserva na efectividade de serviço, aponta para efectivos no máximo de 43.000. De salientar que segundo o anuário estatístico da defesa nacional 2009, o efectivo de militares das FA seria de 34.565, relevando deste modo um défice de pessoal.

¹⁴ Ver Apêndice B – Evolução dos Efectivos das FA

CAPÍTULO 4 – SISTEMA RETRIBUTIVO E CARREIRAS

4.1 SISTEMA RETRIBUTIVO

Por resolução do Concelho de Ministros de 19 de Novembro 1986, foi criada uma Comissão para o Estudo do Sistema Retributivo da Função Pública. Semelhante Comissão visava preparar as linhas orientadoras da reforma do sistema retributivo vigente há cerca de 50 anos, a qual veio a iniciar-se com a publicação do DL 184/89¹⁵, de 2 de Junho.

Em virtude das recomendações efectuadas pela Comissão para o Estudo do Sistema Retributivo da FP, o Governo decidiu proceder a uma reforma do sistema retributivo *“no sentido de lhe devolver coerência e de o dotar de equidade, quer no plano interno, que no âmbito do mercado de trabalho”*. Tratava-se ainda, de acordo com o Governo, de uma *“reforma de carácter estrutural”*, de que há muito carece a matéria salarial da função pública, de modo *“a pôr cobro à vasta teia de subsistemas retributivos e de renumerações acessórias praticadas, os quais originaram a complexidade e desconexão características do actual sistema”* (Dec. – Lei 184/89).

O Decreto-Lei n.º 184/89, publicado em Junho de 1989 e do qual se retiraram as passagens supracitadas, diz ainda ser *“propósito enformador, essencial à flexibilização da gestão futura do sistema retributivo da função pública, o reconhecimento de realidades funcionais específicas (...) traduzido na criação de soluções retributivas autónomas para os corpos especiais da saúde, ensino e investigação, defesa e representação externa do Estado”*, tendo assim aberto as portas à evolução autónoma das carreiras e renumerações, justificando deste modo uma eventual divergência nos vencimentos.

Posteriormente, um novo diploma Decreto-Lei n.º 353-A/89¹⁶, publicado cerca de dez meses mais tarde e destinado a estabelecer as regras sobre o estatuto remuneratório cujos princípios gerais tinham já sido fixados no Decreto-Lei n.º 184/89, referia como princípios enformadores do NSR:

“Reconverter o sistema em vigor há mais de 50 anos, substituindo a tabela de letras por novas escalas indiciárias, sem se visar um aumento generalizado da função pública, mas antes proceder a uma reforma estrutural susceptível de comportar continuadas melhorias qualitativas e quantitativas”.

¹⁵ Define os princípios gerais em matéria de emprego público, renumerações e gestão de pessoal da função pública

¹⁶ Regulamenta a reforma do sistema retributivo de uma forma geral

Deste modo, o sistema retributivo vigente até Outubro de 1989 assentava num vencimento principal, referenciado por uma letra, e num conjunto de vencimentos acessórios que iam desde as diuturnidades¹⁷, às gratificações especiais pelo desempenho de funções.

A partir de Outubro de 1989¹⁸, o sistema retributivo da função pública (Dec. - Lei 184/89), passou a estruturar-se tendo em conta princípios como a equidade interna e externa, sendo composto apenas pelos elementos seguintes: Remuneração Base, Suplementos, Prestações Sociais e Subsídios de Refeição.

4.1.1 RENUMERAÇÃO BASE

Segundo o Dec. – Lei 184/89 a remuneração base é a contrapartida pecuniária devida aos funcionários públicos e aos agentes administrativos pela ocupação de um dado lugar na hierarquia de um serviço público sendo determinada pelo índice correspondente à categoria e escalão em que o funcionário está posicionado.

Relativamente ao escalão é cada uma das posições remuneratórias criadas no âmbito das carreiras horizontais ou de cada categoria integrada na carreira.

Através da Portaria conjunta n.º 904-A/89, de 16 de Outubro, o Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças fixaram, em cumprimento do n.º 2 do art. 4º do DL 353-A/89, a remuneração base mensal correspondente ao índice 100¹⁹ das carreiras do regime geral e especial, dos cargos dirigentes e das carreiras diplomáticas e de inspecção de alto nível²⁰.

A remuneração base²¹ anual é abonada em treze mensalidades, uma das quais corresponde ao subsídio de Natal, havendo ainda direito a subsídio de férias nos termos da lei. Regimes diferenciados de prestação de trabalho podem determinar, no âmbito dos corpos especiais, variações na atribuição de posições indiciárias.

4.1.2 PRESTAÇÕES SOCIAIS E SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO

As prestações sociais constituem a segunda componente do sistema retributivo, sendo uma decorrência do direito à segurança social consagrado no art. 63.º da Constituição. *“Constituem abonos de segurança social que espelham a solidariedade social devida ao acréscimo de encargos suportados pelo agregado familiar do funcionário ou agente com a satisfação de algumas necessidades básicas”* (Moura, 2001, p.277).

¹⁷ Consistiam no pagamento de determinadas quantias em função de cada cinco anos de serviço prestado

¹⁸ O Novo Sistema Retributivo, entrou em vigor a 1 de Outubro de 1989

¹⁹ Este valor é anualmente objecto de actualização através de Portaria do Ministro das Finanças, que fixa a percentagem do aumento daquele índice e fixa o respectivo valor

²⁰ O índice 100 dos militares das FA, das carreiras docentes, das carreiras de investigação científica, e das carreiras médicas foi fixado, respectivamente, pelas portarias 117/90, de 14 de Fevereiro, 1002-A e B/89, de 18 de Novembro, 171/90, de 6 de Março, 56/90 de 14 de Fevereiro

²¹ Obtida multiplicando o índice correspondente ao escalão em que o funcionário ou agente se encontra posicionado pelo valor vigente para o índice 100

As prestações sociais são assim constituídas pelo abono de família e prestações complementares, bem como pelo subsídio de refeição e prestações de natureza social atribuídas no âmbito da acção social complementar (Dec. – Lei 184/89).

4.1.3 SUPLEMENTOS

Os suplementos²² constituem a terceira componente do sistema retributivo²³ (Michel, 1983), envolvendo tal como as prestações sociais um acréscimo à renumeração base.

Os suplementos são atribuídos em função de particularidades específicas da prestação de trabalho e só podem ser considerados os que se fundamentem em trabalho extraordinário, nocturno, em dias de descanso semanal ou feriados, em disponibilidade permanente ou outros regimes especiais de prestação de trabalho, assim como em trabalho prestado em condições de risco, penosidade ou insalubridade, incentivos à fixação em zonas de periferia, trabalho em regime de turnos, falhas, e ainda em participação em reuniões, comissões ou grupos de trabalho, não acumuláveis com trabalho extraordinário, nocturno, em dias de descanso semanal ou feriados.

4.2 ACTUAL SISTEMA RETRIBUTIVO

O Sistema retributivo da FP evolui assim de tabela de letras, para índices e recentemente para níveis, isto é, diferentes posições remuneratórias que constam de uma tabela única, desde 1 de Janeiro de 2009.

A tabela salarial como a conhecíamos deixou assim de existir. Com as alterações legislativas deste Governo (Portaria n.º 1553-C/2008, 31 de Dezembro), passa a existir uma tabela remuneratória na qual todos os trabalhadores da AP serão "encaixados". Uns terão posição remuneratória fixa, outros não, conforme a carreira e categoria com que transitam. A juntar ao vencimento que auferiam anteriormente, soma-se a actualização salarial de 2,9%.

4.3 PERSPECTIVA DA CARREIRA

Um grupo profissional é o conjunto de categorias e lugares respectivos de uma profissão, ao qual corresponde uma carreira entendida como a faculdade de preencher lugares sucessivamente mais hierarquizados do grupo.

²² Ver Apêndice C – Suplementos à renumeração base.

²³ A existência de suplementos que acrescem à renumeração principal é uma característica comum à generalidade dos países, havendo quem sustente que a sua instituição pode legitimar o subjectivismo e favoritismo ou, pelo menos, representa uma introdução do humano e social no universo da Função Pública.

Deste modo a carreira²⁴ é o conjunto hierarquizado de categorias, sendo a categoria o título que possibilita o exercício pelo seu beneficiário de cada um dos lugares a que correspondem postos de trabalho que lhe são reservados.

A característica mais importante da carreira é a estabilidade, relacionada à permanência dos objectivos de serviço público, cuja prossecução está a cargo do respectivo grupo profissional. Por conseguinte, estas características estabilidade e permanência emergem, por um lado no conjunto de direitos estatutários reconhecidos à *priori* aos que ingressam na carreira, por outro lado na imodificabilidade da situação jurídica detida, ainda que, por razões de serviço, as funções que estão concretamente cometidas deixem de poder ser desempenhadas.

4.3.1 CARREIRA MILITAR

O Estatuto dos Militares das Forças Armadas define cada uma das carreiras militares como o conjunto hierarquizado de postos, a que corresponde o exercício de cargos e o desempenho de funções diferenciadas entre si, sendo conteúdo funcional genérico da carreira de oficiais habilitados com licenciaturas²⁵, o exercício de funções de comando de forças, direcção ou chefia, estado-maior e execução e o desempenho de funções técnico-científicas que requeiram elevado grau de conhecimento e especialização.

O conteúdo funcional de cada um dos postos/categorias que constituem a carreira de oficiais encontra-se definido de acordo com os objectivos e missões estratégicos de cada um dos ramos das Forças Armadas, Marinha, Exército e Força Aérea.

Relativamente à carreira militar, tendo em conta os oficiais do exército, tem-se que: alferes, tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel e general.

O que o tempo médio, desde que se ingressa na carreira, até coronel é de 31 anos, tendo que realizar ao longo da carreira obrigatoriamente um Curso de Promoção a Capitão e outro de Promoção a Oficial Superior.

4.3.2 CARREIRA DE DOCENTE UNIVERSITÁRIA

O estatuto da carreira Docente Universitária define como funções genéricas dos docentes universitários: prestar o serviço docente que lhes for atribuído, desenvolver, individualmente ou em grupo, a investigação científica, contribuir para a gestão democrática da escola e participar nas tarefas de extensão universitária, não se exigindo apenas ao docente de carreira que leccione.

²⁴ Ver Apêndice D – Constituição da relação jurídica de emprego.

²⁵ Após processo de Bolonha, habilitados com mestrado.

Relativamente à carreira universitária, esta inicia-se, por assistente e estagiário, seguindo-se as categorias de assistente e leitor, professor auxiliar, professor associado/professor auxiliar com agregação, professor associado com agregação e por último professor catedrático.

O tempo médio, desde que se ingressa na carreira até professor associado é de 27 anos, exigindo provas documentais públicas para o acesso aos sucessivos postos da hierarquia, sendo bastante selectivo dado o seu elevado grau de exigência.

4.3.3 CARREIRAS MÉDICAS – CARREIRA MÉDICA HOSPITALAR

O regime legal das carreiras médicas aplicável ao pessoal médico dos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde consagra a existência de 3 carreiras médicas: carreira médica de clínica geral, carreira médica hospitalar e carreira médica de saúde pública, as quais reflectem a diferenciação e qualificação profissionais.

Para efeitos de estudo será considerado o caso do médico clínica geral, com dedicação exclusiva de 35 horas por semana. Assim sendo, a carreira de médico inicia-se por internato geral, seguindo-se internato complementar, assistente, assistente graduado e chefe de serviço e por fim director de serviço.

O tempo médio, desde que se ingressa na carreira até chefe de serviço, é de 23 anos, sendo necessário para a promoção a chefe de serviço a realização de provas públicas de entre assistentes graduados com pelo menos 3 anos de antiguidade.

4.3.4 CARREIRA DE JUIZ

A magistratura judicial é constituída por juízes do Supremo Tribunal de Justiça, ou seja os juízes conselheiros, juízes das Relações, os desembargadores e por último os juízes de direito, sendo a sua função administrar a justiça, de acordo com as fontes a que, segundo a lei, deva recorrer e fazer executar as suas decisões. As funções de cada uma das categorias decorrem das competências cometidas às instâncias judiciais constitutivas do sistema judicial português.

Relativamente à evolução na carreira, foi considerada a seguinte: juiz de direito com 3 anos, juiz de direito com 7 anos, juiz de direito com 11 anos, juiz de direito com 15 anos, juiz de direito com 18 anos e juiz Tribunal de circulo/equiparado.

O tempo médio, desde que se ingressa na carreira até juiz de círculo ou equiparado é de 21 anos, sendo estes classificados, pelo menos, de 3 em 3 anos pelo Conselho Superior de Magistratura, na sequência de inspecção judicial. A promoção a juiz de círculo tem por base a ordenação resultante da antiguidade, de acordo com a lista de antiguidade na categoria de juiz de direito.

PARTE PRÁTICA II

CAPÍTULO 5 – TRABALHO DE CAMPO

5.1 INTRODUÇÃO

Segundo Quivy e Compenhoudt (2008 p.109) *“O trabalho exploratório tem como função alargar a perspectiva de análise, travar conhecimento com o pensamento de autores cujas investigações e reflexões podem inspirar as do investigador, revelar facetas do problema nas quais não teria certamente pensado por si próprio e, por fim, optar uma problemática apropriada”*.

Neste sentido, na parte teórica foi feito um enquadramento da FP, assim como das FA e por último, analisou-se as principais definições do Sistema Retributivo Português, procedendo-se a uma comparação entre o antigo e o moderno sistema, terminando com uma análise e comparação entre as carreiras da FP e os militares das FA.

Concluído o enquadramento teórico do tema e dando continuidade à prossecução dos objectivos definidos, segue-se a parte prática.

O objectivo desta parte prática é verificar os conceitos teóricos desenvolvidos na parte teórica e tentar encontrar respostas, tanto para os objectivos, assim como para as hipóteses levantadas no capítulo 1.

Assim sendo, o presente capítulo inicia-se com o método de abordagem, fazendo-se posteriormente uma referência aos procedimentos e técnicas utilizadas para a obtenção de informação, assim como os meios utilizados nas várias fases desta investigação, finalizando-se com uma breve conclusão.

5.2 MÉTODO DE ABORDAGEM

Seguindo Sarmento (2008), para responder à questão de partida, procedeu-se a um diagnóstico das necessidades de informação e selecção de variáveis relevantes, sobre as quais foram recolhidas, registadas e analisadas as informações, aplicando vários métodos que se enunciam. A análise documental, através da pesquisa exaustiva de informação, foi o ponto de partida para o desenvolvimento e a tomada de consciência sobre a problemática em estudo. Esta pesquisa documental começou em bibliotecas tanto de estabelecimentos de ensino superior como militares, sindicatos, ordens profissionais, ministérios, Conselho Superior de Magistratura, Instituto Nacional de Estatística e Direcção-geral de Administração

e Emprego Público, completando com a pesquisa na base de dados e arquivos da Repartição de Abonos (RA).

O método inquisitivo²⁶, que é baseado no interrogatório escrito ou oral, sendo constituído por inquéritos e entrevistas, de modo a verificar os conceitos teóricos desenvolvidos na parte teórica e deste modo tentar encontrar respostas, tanto para os objectivos, como para as hipóteses levantadas na introdução.

Assumiram ainda papéis relevantes as conversas informais que foram surgindo no âmbito da problemática deste trabalho contribuindo decisivamente para uma melhor visão e abordagem do tema.

5.3 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

A investigação deste trabalho principiou com os primeiros contactos com a RA²⁷, onde foi feita uma pesquisa às bases de dados e arquivos da referida unidade.

Em simultâneo foi efectuada a pesquisa bibliográfica realizada em diversas bibliotecas, quer civis, quer militares. Ao longo do período para a elaboração do trabalho, muitas foram as deslocações aos sindicatos dos Professores (FENPROF), médicos e magistrados, assim como às ordens e ministérios correspondentes, Concelho Superior de Magistratura (CSM), Direcção-geral da Administração de Emprego Público (DGAEP), e ainda ao Instituto Nacional de Estatística (INE), a fim de ser recolhida diversa informação acerca da temática desenvolvida.

Foram realizados três tipos de métodos de investigação, nomeadamente, análise documental, entrevistas e inquéritos, sendo os dois últimos realizados com amostras diferentes para que a percepção sobre as hipóteses da investigação fosse mais alargada, que, segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p. 188), foram aplicados “*a um conjunto de inquiridos*”, de forma a poder verificar as hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses podem possuir.

Assim as entrevistas foram direccionadas às personalidades que estão directamente ligadas às FA Portuguesas e não só, pretendem-se recolher opiniões junto de personalidades alheias à vivência militar, como magistrados, médicos, professores, políticos entre outros.

Para além da análise de campo procedeu-se ainda ao tratamento de informação estatística acerca da evolução das séries temporais de vencimentos das quatro categorias em estudo.

²⁶ Método baseado no interrogatório escrito e oral

²⁷ Onde existiram diversas conversas informais com o Major Covas e Alferes Trindade

5.4 ENTREVISTAS

Foram efectuadas entrevistas individuais semi-estruturadas, uma vez que os entrevistados responderam às perguntas previamente elaboradas e constantes de um guião²⁸, e além disso, falaram sobre outros assuntos relacionados com o tema do trabalho. As perguntas dos guiões das entrevistas visavam verificar as hipóteses do trabalho descritas no subcapítulo 1.5 de modo a encontrar uma solução que contribuísse para a resolução da questão fundamental evocada.

A técnica de entrevista utilizada foi a directa, pois segundo Barañano (2004) este é um tipo de entrevista em que o entrevistador apresenta ao entrevistado uma série de questões por uma determinada ordem, às quais o entrevistado pode dar respostas tão longas quanto entenda.

Através da realização das entrevistas procurou-se que os entrevistados transmitissem a sua opinião em relação a determinados assuntos, possibilitando que estes justificassem as suas respostas.

Posteriormente estas foram transcritas para melhor se proceder à sua análise qualitativa (análise de conteúdo), através de quadros que Guerra (2006 p.73), define como sendo “*sínteses dos discursos que contêm a mensagem essencial da entrevista e são fiéis (...) ao que disseram os entrevistados*”. Estes quadros permitem reduzir o montante de material a trabalhar e por conseguinte facilitar a comparação longitudinal das entrevistas e a percepção da saturação das entrevistas.

5.4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Na presente investigação foram realizadas seis entrevistas para que tal como mencionado anteriormente, se consiga fundamentar e verificar as hipóteses definidas previamente.

²⁸ Ver Apêndice F – Guião da Entrevista.

A tabela seguinte reflecte as variáveis da amostra às quais a entrevista foi aplicada:

Tabela 5.1: Caracterização da amostra

Entrevistados	Género	Posto	Função
1	Masculino	Capitão Mar e Guerra	Comandante da Esquadrilha de escoltas oceânicos
2	Masculino	Capitão-de-fragata	Consultor Interno SAP Logística
3	Masculino	Major	Chefe da Secção de Abonos e Descontos da Ra/Dsp
4	Masculino	1º Tenente MED	Médico e Professor na Universidade Técnica de Lisboa
5	Feminino	Dr.ª Elsa Fontainha	Professora Auxiliar (com nomeação definitiva; em dedicação exclusiva)
6	Feminino	Dr.ª Ana Ferreira	Vereadora na Câmara Municipal de Azambuja com os pelouros da Educação, Fundos Comunitários e Reabilitação Urbana

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme Apêndice N

5.5 INQUÉRITOS

O inquérito assume uma metodologia de investigação que pretende apreender “as opiniões de terceiros sobre o objecto que se investiga” (Sarmento, 2008, p.21).

No presente inquérito²⁹ colocam-se algumas afirmações relacionadas com as hipóteses de investigação. No final da investigação, estas afirmações irão ajudar a confirmar ou refutar (total ou parcialmente) algumas das hipóteses de investigação.

O inquérito surgiu aquando da realização da pesquisa bibliográfica, tendo sido submetido a testes de coerência e validação a “*indivíduos pertencentes à população e a especialistas no domínio técnico-militar em investigação*” (Sarmento, 2008,p.28). Seguidamente, foi submetido a um pré-teste³⁰ no qual, após verificação das respostas, foram corrigidos alguns erros, dando assim origem ao inquérito definitivo.

O referido inquérito foi disponibilizado na *internet*, permitido obter uma “*elevada taxa de respostas*” (Sarmento, 2008, p.29), por administração directa³¹, utilizando a plataforma

²⁹ Ver Apêndice G – Guião do Inquérito.

³⁰ Aplicação do questionário a 10 militares da população alvo e posterior análise.

³¹ Quando é o próprio inquirido que o preenche.

Google Docs³² a 262 indivíduos, ficando *online* desde o dia 15 de Junho de 2011 às 17h00 até ao dia 03 de Julho de 2010 às 12h00. Para divulgação do mesmo foi enviado por correio electrónico, para a lista dos contactos do autor deste trabalho um *link* com uma hiperligação para o respectivo site.

Foi colocado o *link* do site em redes sociais do *Hi5* e *Facebook* de forma a obter o maior número de respostas possíveis ao inquérito. Foi ainda enviado para o sindicato dos professores, magistrados e médicos o *link* do inquérito para preenchimento, a fim de ser divulgado pela base de dados dos respectivos sindicatos.

Os resultados dos inquéritos foram recebidos através da mesma plataforma e posteriormente analisados quantitativamente através de um software estatístico³³.

5.5.1 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

A amostra é do tipo não-probabilística (Bryman & Cramer, 1993), constituída por 262 elementos. O motivo de se ter optado por uma amostra não-probabilística deve-se ao facto da população em estudo ser muito grande e encontrar-se bastante dispersa, o que, com o tempo disponível para a sua realização, não daria para obter uma amostra representativa da população.

5.6 MEIOS UTILIZADOS

Para o tratamento de dados resultantes dos inquéritos, depois da validação das respostas e verificação de erros (Sarmiento, 2008), procedeu-se ao seu tratamento estatístico utilizando um software estatístico, o *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 17, sendo as tabelas e quadros realizados no *Microsoft Excel* 2007.

Para as entrevistas presenciais foi utilizado um gravador, para que deste modo facilitasse a sua transcrição para a análise do seu conteúdo.

³²Plataforma online que permite a realização de diversos tipos de documentos, entre os quais, inquéritos.

³³ Statistical Package for the Social Sciences.

CAPÍTULO 6 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As entrevistas³⁴ efectuadas visavam saber a opinião concreta dos entrevistados sobre determinados conteúdos, tendo assim um carácter exploratório, assumindo-se como uma mais-valia, pois permitiu a descoberta de informação e auxiliou na resposta às questões da investigação. As respostas foram subordinadas a uma análise qualitativa de quadros (Guerra 2006)³⁵. Seguidamente apresenta-se a análise concludente das seis entrevistas que foram efectuadas.

Na questão 1 da entrevista, **“Qual é na sua opinião a situação actual das Forças Armadas Portuguesas relativamente à remuneração dos militares no activo, tendo em conta a formação académica?”**, nesta questão as respostas divergem, pois dois dos entrevistados não tecem qualquer opinião, tanto por falta de conhecimento, como por se tratar de uma questão demasiado complexa. Por outro lado, dois dos entrevistados consideram que a remuneração é a adequada, contudo para o Sr. Capitão-de-fragata Silva Rocha, não se deverá ter só em atenção as habilitações académicas, pois aos militares são exigidas horas extraordinárias dispendidas nesta profissão (serviços, missões, etc.), sem qualquer remuneração extra. Para o Sr. 1º Tenente Vera Cruz e para a Dr.ª Elsa Fontainha, a remuneração dos militares das FA esta aquém da graduação académica, função e responsabilidade solicitada aos mesmos.

Na questão 2 da entrevista, **“Como tem visto a evolução salarial dos militares após 1975, é algo do qual que está a par?”**, verifica-se que os civis entrevistados, ao contrário dos militares, não estão a par da evolução dos vencimentos dos militares. Por outro lado, os militares mostram estar a par da situação, sendo as respostas unânimes, isto é, consideram que a evolução salarial dos militares tem-se limitado a evoluir por comparação com outras carreiras públicas sem haver um estudo prévio e sem estar integrada num planeamento de edificação de capacidades, de estruturação institucional e de operação. Contudo verificou-se que a perda da indexação a algumas profissões da FP, foi um factor preponderante para a evolução lenta e negativa dos vencimentos dos militares.

Na questão 3 da entrevista, **“No seu entender os militares após 1975, têm vindo a perder poder de compra? Porquê?”**, na opinião da maioria dos entrevistados, os militares após 1975, têm vindo a perder poder de compra, tal situação deve-se às carreiras e

³⁴ Ver Apêndice H a N – Entrevistas.

³⁵ Ver apêndice O - Sinopses das entrevistas.

salários congelados, recente corte dos vencimentos, assim como pelo facto da carreira militar não ter acompanhado a evolução salarial dos outros corpos especiais da FP. Segundo o Sr. Major Covas o motivo principal para esta situação, cinge-se á falta de poder reivindicativo dos militares, pois ao contrário das outras profissões da FP não se fazem representar por sindicatos.

Na questão 4 da entrevista, **“Tem ideia se os vencimentos dos nossos militares estão equiparados ao de militares da União Europeia? Acharia justo que houvesse igualdade?”**, relativamente a esta questão os entrevistados são da opinião de que os vencimentos não estão equiparados aos homólogos militares da UE. Contudo no seu ponto de vista, tal equiparação não seria justa, pois caso houvesse uma igualdade de vencimentos, exigiria a equiparação de todos os vencimentos da sociedade, ou seja, de todas as profissões da FP. Segundo os entrevistados, seria justo que houvesse igualdade de vencimentos entre os militares Portugueses e os da EU, caso existisse umas FA Europeias. Na opinião da Dr.^a Ana Ferreira, apesar de não ter conhecimento de que se estarão equiparados os vencimentos, considera muito justo a igualdade de valores entre o que os militares Portugueses auferem e os militares da UE.

Na questão 5 da entrevista, **“Acha que estão equiparadas, a carreira militar e as carreiras da função pública em termos legais?”**, à excepção da Dr.^a Ana Ferreira, que não tem conhecimento que lhe possibilite tecer quaisquer comentários acerca do assunto em questão, os restantes entrevistados, dizem não estar equiparada a carreira militar ás carreiras da FP. Segundo o Sr. Capitão Mar e Guerra Novo Palma inicialmente verificam-se grandes alterações nos regimes das carreiras públicas, gerais e especiais, e só depois, em regra sob pressões de vária ordem, alteram-se as dos militares por comparações restritas.

Na questão 6 da entrevista, **“E quanto às remunerações, fazendo uma equiparação entre a carreira militar e as carreiras da função pública como acha que evoluíram?”**, nesta questão as respostas são bastante divergentes, pois para o Sr. Capitão Mar e Guerra Novo Palma não é possível comparar a evolução de ambas as carreiras em termos remuneratórios. Na opinião de três entrevistados, a evolução salarial dos militares tem sido mais lenta e menos robusta que a da FP, tendo estagnado em relação ás carreiras da FP, tal facto deve-se na opinião dos entrevistados à perda da indexação nomeadamente juizes, médicos, professores. Na opinião da Dr.^a Elsa Fontainha, os vencimentos terão evoluído de forma idêntica fazendo uma equiparação entre a carreira militar e as carreiras da FP.

Na questão 7 da entrevista, **“Terão os militares de hoje uma maior capacidade de progressão na carreira militar, que os funcionários da Função Pública? Porquê?”**, Em relação a esta questão as respostas não são unânimes. Segundo o Sr. Capitão Mar e Guerra Novo Palma os militares estão inseridos numa organização que é hierarquizada por definição, existindo padrões internacionais que têm vindo a ser duma forma geral respeitados e aplicados na maioria dos países, daí, na sua opinião, os militares de hoje

terem uma maior capacidade de progressão na carreira militar que os funcionários da FP. Segundo o Sr. Capitão-de-fragata Silva Rocha, o facto dos militares terem maior capacidade de progressão na carreira que os funcionários da FP deve-se às promoções dos militares não estarem sujeitas a uma aprovação financeira prévia ao contrário das promoções dos civis. Outro motivo apresentado por este entrevistado será a fixação de número de anos de serviço em cada posto, sendo assim um “*persi*”, determinante para a progressão na carreira dos militares. Na opinião do Sr. Major Covas, a progressão da carreira militar, dada a sua especificidade, não se poderá comparar à evolução das carreiras da FP.

Na questão 8 da entrevista, **“No seu ponto de vista, seria justo os elementos das Forças Armadas auferirem o mesmo montante que os elementos da Função Pública, tendo como base de comparação, profissões com as mesmas habilitações literárias e responsabilidades que a mesma exige?”**, as opiniões dos entrevistados dividem-se, pois para alguns entrevistados uma vez que não é possível comparar a carreira militar com as demais não se pode avaliar a justeza da medida, não sendo assim comparável ambas as carreiras. Contudo no ponto de vista do Sr. 1º Tenente Vera Cruz, o juramento que não se pede a mais nenhum funcionário público (“dar a vida pela pátria...”) deverá ter uma correspondência económica assim como de regalias, ideia partilhada pela Dr.^a Elsa Fontinha que na sua opinião deverão ter equiparação em termos de vencimento as carreiras em questão, contudo no seu parecer, existe um factor adicional (em particular o risco em missões em teatros de guerra/conflito) que deverão ser devidamente compensadas.

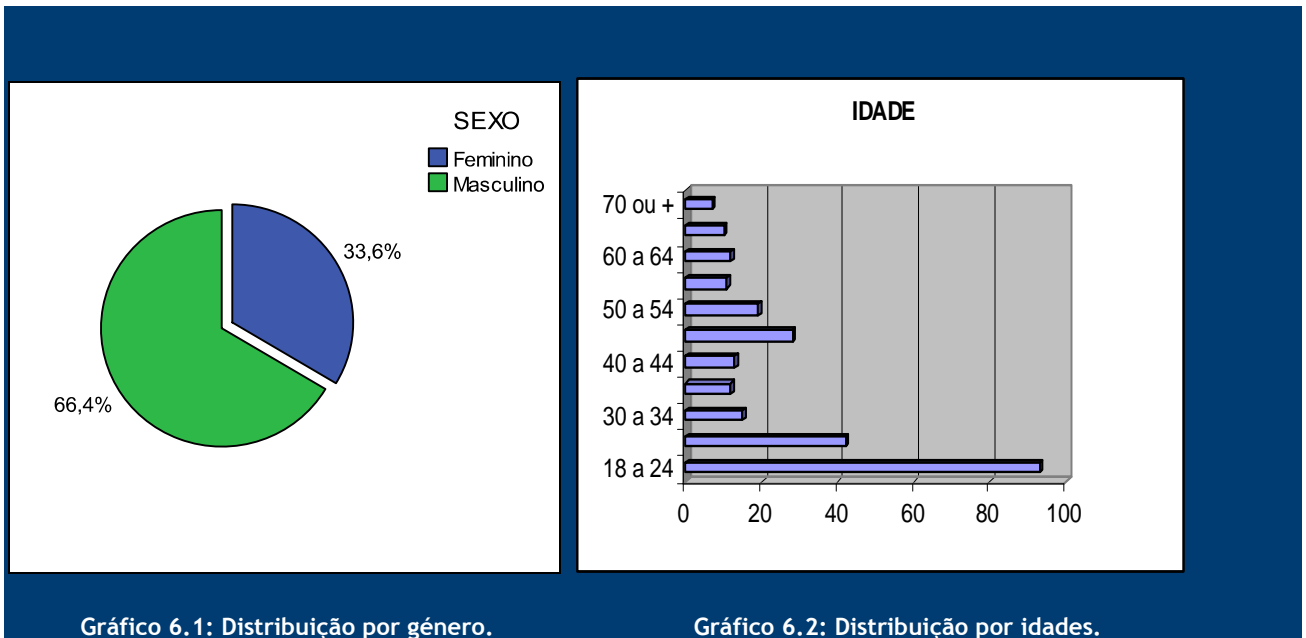
6.2 ANÁLISE DOS INQUÉRITOS

Esta metodologia de investigação, inquérito, pretende apreender “*as opiniões de terceiros sobre o objecto que se investiga*” (Sarmiento, 2008, p.21). Os inquéritos foram elaborados com base nas hipóteses de investigação com o objectivo final de ajudar, juntamente com outros dados, nomeadamente as entrevistas e pesquisa bibliográfica a comprovar a sua total ou parcial confirmação ou não confirmação.

Os dados recolhidos foram tratados em SPSS conforme Apêndice Q.

6.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS

A população inquirida é constituída por 262 elementos, 174 do sexo masculino e 88 do sexo feminino, conforme se mostra no gráfico 5.1. Quanto ao nível etário, de acordo com o gráfico 5.2, a idade da maioria os inquiridos situa-se entre os 18 e os 24 anos.



Fonte: Elaborado pelo autor, conforme análise estatística em SPSS.

Relativamente à profissão, pode-se verificar no gráfico 6.3 que 121 inquiridos (46.2%) são militares, 49 inquiridos (18.7%) docentes universitários, 32 inquiridos (12.2%) são médicos, 16 inquiridos (6.1%) magistrados, havendo ainda 44 inquiridos (16.8%), que apresentam outra profissão.

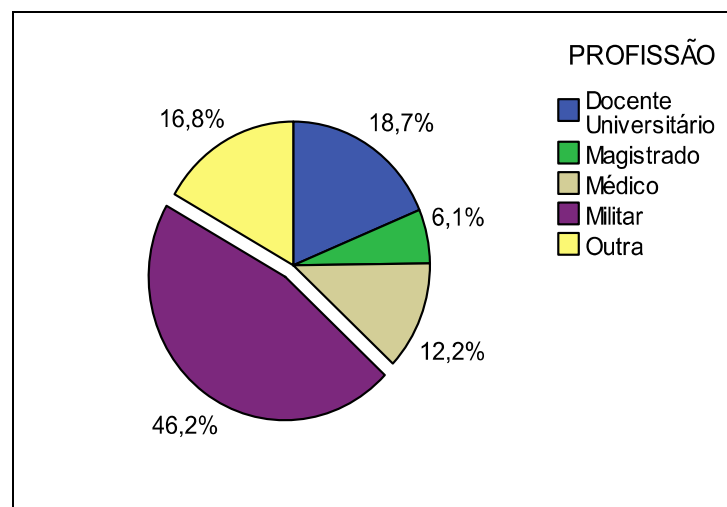


Gráfico 6.3: Distribuição por profissões.

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme análise estatística em SPSS.

6.2.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS RESPOSTAS DOS INQUIRIDOS

No que respeita à questão 4 (Q4), **“Está a par da evolução do vencimento da Função Pública nos últimos anos?”**, 190 dos inquiridos (72.5%) responderam que sim, enquanto 72 inquiridos (27.5%) responderam que não. Obteve-se assim uma resposta bastante positiva em relação à percepção dos inquiridos sobre a evolução dos vencimentos da FP.

Em relação à questão 5 (Q5), **“Está a par da evolução do vencimento dos militares nos últimos anos?”**, 158 dos inquiridos (60.3%) responderam que sim, 104 dos inquiridos (39.7%) disseram que não estão a par da evolução dos vencimentos. Na sua generalidade os inquiridos revelaram estar conscientes da temática em questão.

Quanto à questão 6 (Q6), **“Está a par da evolução das carreiras da Função Pública nos últimos anos?”**, 181 dos inquiridos (69.1%) responderam que sim, enquanto 81 inquiridos (30.9%) responderam que não, alcançando uma resposta positiva em relação à apreensão dos inquiridos sobre a evolução das carreiras da FP.

No que respeita à questão 7 (Q7), **“Está a par da evolução da carreira Militar nos últimos anos?”**, 172 dos inquiridos (65.6%) responderam que sim, enquanto 90 inquiridos (34.4%) responderam que não. Relevando os inquiridos de uma forma geral, conhecimento em relação à evolução da carreira militar nos últimos anos.

Em relação à questão 8 (Q8), **“Na sua opinião os Funcionários Públicos estão satisfeitos com a sua progressão na carreira?”**, 249 dos inquiridos (95%) responderam que não consideram que os funcionários públicos estejam satisfeitos, 10 dos inquiridos (3.8%) disseram que sim, que na sua opinião os funcionários públicos estão satisfeitos, enquanto 3 inquiridos (1.1%) não têm opinião acerca da pergunta em questão.

Quanto à questão 9 (Q9), **“Na sua opinião seria mais fácil progredir nas carreiras da Função Pública há uns anos atrás?”**, 228 dos inquiridos (87%) responderam que sim, enquanto 32 inquiridos (12.2%) responderam que na sua opinião não seria mais fácil progredir nas carreiras da FP há uns anos atrás, enquanto 2 inquiridos (0.8%), abstiveram-se de responder à questão.

No que respeita à questão 10 (Q10), **“Na sua opinião os Militares estão satisfeitos com a sua progressão na carreira?”**, 234 dos inquiridos (89.3%) responderam que não, enquanto 26 inquiridos (9.9%) responderam que consideram que os militares estão satisfeitos com a sua progressão na carreira, 2 inquiridos (0.8%), não responderam à questão.

Em relação à questão 11 (Q11), **“Onde obteve essa percepção?”**, sendo uma questão que permitia mais que uma resposta, 144 dos inquiridos (55%) responderam ter sido através da televisão, enquanto 138 dos inquiridos (52%) através da imprensa escrita e

por último 30 inquiridos (50%) responderam outra.

Quanto à questão 12 (Q12), **“Na sua opinião seria mais fácil progredir na carreira militar há uns anos atrás?”**, 227 dos inquiridos (86.6%) responderam que sim, enquanto 33 inquiridos (12.6%) responderam que na sua opinião não seria mais fácil progredir na carreira militar há uns anos atrás, enquanto 2 inquiridos (0.8%), abstiveram-se de responder à questão.

No que respeita à questão 13 (Q13), **“Qual das seguintes profissões acha que está melhor renumerada, tendo em conta a sua formação, função e responsabilidade?”**, 120 inquiridos (45.8%) responderam ser os magistrados (juiz de circulo) que na sua opinião se encontram melhor renumerados, enquanto 68 inquiridos (26%) responderam que consideram ser os médicos (chefe de serviço), 41 inquiridos (15.6%) responderam docentes universitários (professor associado), enquanto 33 inquiridos (12.6%) referiram os militares (coronel) como sendo a profissão que se encontra melhor renumerada.

Fazendo uma correlação entre esta questão e a questão n.º3³⁶, à excepção dos magistrados, que na sua opinião são os coronéis quem auferem mais, tendo em conta a sua formação, na maioria todas as outras profissões, julgam ser os magistrados quem se encontram melhor renumerados.

Em relação à questão 14 (Q14), **“Qual das seguintes profissões acha que evolui mais rapidamente na carreira?”**, 81 dos inquiridos (30.9%) entendem que a carreira que evolui mais rápido é a de magistrado (juiz de circulo), 68 inquiridos (26%) responderam que consideram ser a dos médicos (chefe de serviço), 60 dos inquiridos (22.9%) responderam ser a carreira de docente universitários (professor associado), por último 53 dos inquiridos (20.2%), entendem ser a carreira militar (coronel).

Correlacionando esta questão com a n.º3, verifica-se que os magistrados entendem que é a profissão militar quem evolui mais rapidamente. Enquanto os docentes universitários, médicos e militares dizem ser os magistrados quem progride mais rapidamente na carreira.

Quanto à questão 15 (Q15), **“Concorda que dentro da Função Pública, funcionários com as mesmas habilitações literárias, e postos equivalentes possam auferir diferentes vencimentos base?”**, 154 dos inquiridos (58.8%) responderam que não concordam, enquanto 108 dos inquiridos (41.2%) responderam que na sua opinião dever-se-ia receber diferentes vencimentos base, mesmo tendo as mesmas habilitações literárias.

³⁶ Ver Apêndice Q – Tabela Q.33: Correlação da questão n.º 3 com a questão n.º13.

Fazendo a correlação entre esta questão e a n.º3, em termos médios, só os magistrados não concordam que dentro da FP, funcionários com as mesmas habilitações literárias, e postos equivalentes possam auferir o mesmo vencimento base.

No que respeita à questão 16 (Q16), **“Concorda que um coronel deveria auferir o mesmo que um médico, tendo em conta o nível de habilitações literárias, função e responsabilidade?”**, 147 dos inquiridos (56.1%) responderam que concordam que um coronel aufera tanto quanto um médico tendo em conta o nível de habilitações literárias, função e responsabilidade.

Em relação à questão 17 (Q17), **“Concorda que um coronel deveria auferir o mesmo que um docente universitário, tendo em conta o nível de habilitações literárias, função e responsabilidade?”**, 147 dos inquiridos (56.1%) responderam que concordam que um coronel aufera mais que um docente universitário.

Quanto à questão 18 (Q18), **“Concorda que um coronel deveria auferir o mesmo que um magistrado, tendo em conta o nível de habilitações literárias, função e responsabilidade?”**, 158 dos inquiridos (60.3%) responderam que concordam que um coronel aufera tanto como um juiz de círculo.

No que respeita à questão 19 (Q19), **“Concorda que um médico deveria auferir o mesmo que um magistrado, tendo em conta o nível de habilitações literárias, função e responsabilidade?”**, 164 dos inquiridos (62.6%) responderam que concordam que um chefe de serviço aufera tanto como um juiz de círculo.

Em relação à questão 20 (Q20), **“concorda que um médico deveria auferir o mesmo que um docente universitário, tendo em conta o grau académico, função e responsabilidade?”**, 157 dos inquiridos (59.9%) responderam que concordam que um chefe de serviço aufera tanto como um professor associado.

Quanto à questão 21 (Q21), **“concorda que um magistrado deveria auferir o mesmo que um docente universitário, tendo em conta o nível de habilitações literárias, função e responsabilidade?”**, 163 dos inquiridos (62.2%) responderam que concordam que um juiz de círculo aufera tanto como um professor associado.

No que respeita à questão 22 (Q22), **“Acha que os vencimentos dos militares têm evoluído paralelamente aos da função pública?”**, 229 dos inquiridos (87.4%) responderam que na sua opinião os vencimentos não têm evoluído paralelamente, enquanto 29 dos inquiridos (11.1%) responderam que sim, que têm evoluído paralelamente, 4 dos inquiridos (1.5%), abstiveram-se de responder a esta questão.

Em relação à questão 23 (Q23), **“Quais as razões que indicaria para uma distinta evolução?”**, 122 dos inquiridos (27.3%) indicaram a actividade sindical como a principal razão para a distinta evolução dos vencimentos entre a FP e as FA, 120 dos inquiridos (26.8%) indicaram para a desigual evolução motivos políticos, 91 dos inquiridos (20.4%), apresentaram como motivo a afirmação das profissões na sociedade, 76 dos

inquiridos (17%), responderam ordens profissionais e 38 dos inquiridos (8.5%) apresentaram como razão para uma diferente evolução que não as razões apresentadas anteriormente.

Quanto à questão 24 (Q24), **“Concorda que os militares portugueses deveriam auferir o mesmo que outros militares da União Europeia, tendo em conta o rendimento médio do País?”**, 209 dos inquiridos (79.8%) responderam que concordam que os militares portugueses deveriam auferir o mesmo que os seus homólogos da UE, enquanto 53 dos inquiridos (20.2%) responderam que na sua opinião não deverão auferir o mesmo.

No que respeita à questão 25 (Q25), **“Atribua no seu ponto de vista, maior ou menor importância em termos de estatuto e utilidade social para as seguintes profissões, em que o 1 é mais importante e o 4 menos importante”**, em relação à profissão militar, nomeadamente ao posto de coronel, 118 dos inquiridos (45%) atribuíram a classificação de 2 (dois), quanto aos professores associados, 81 dos inquiridos (30.9%) atribuíram a classificação de 1 (um), em relação aos chefes de serviço, 133 dos inquiridos (50.8%) atribuíram a classificação de 1 (um), no que concerne aos juizes de circulo, 100 dos inquiridos (38.2%) atribuíram a classificação de 2 (dois).

No que concerne à questão 26 (Q26), **“Ordene as seguintes profissões quanto ao grau de especialização (formação), em que o 4 corresponde à necessidade de maior especialização”**, relativamente a coronel, 80 dos inquiridos (30.5%) atribuíram a classificação de 3 (três), quanto aos professores associados, 93 dos inquiridos (35.5%) atribuíram a classificação de 4 (quatro) assim como aos chefes de serviço, 132 dos inquiridos (50.4%) atribuíram a classificação de 4 (quatro), relativamente aos juizes de circulo, 89 dos inquiridos (34%) atribuíram a classificação de 3 (três),

Em relação à questão 27 (Q27), **“Classifique as seguintes profissões quanto à exigência na selecção da admissão em que o 1 corresponderá à profissão em que a exigência é maior”**, em relação à profissão militar, nomeadamente ao posto de coronel, 100 dos inquiridos (38.2%) atribuíram a classificação de 1 (um). Relativamente aos professores associados, 78 dos inquiridos (29.8%) atribuíram a classificação de 2 (dois). Em relação aos chefes de serviço, 133 dos inquiridos (50.8%) atribuíram a classificação de 1 (um). Quanto aos juizes de circulo, 86 dos inquiridos (32.8%) atribuíram a classificação de 2 (dois).

Quanto à questão 28 (Q28), **“No seu ponto de vista os funcionários da Função Publica têm perdido poder de compra ao longo dos últimos anos?”**, 245 dos inquiridos (93.5%) responderam que na sua opinião os funcionários da FP têm vindo a perder poder de compra ao longo dos últimos anos, por outro lado 17 dos inquiridos (6.5%) responderam que os FP não têm vindo a perder poder de compra.

Em relação à questão 29 (Q29), **“Na sua opinião os militares têm perdido poder de compra ao longo dos últimos anos?”**, 238 dos inquiridos (90.8%), julgam que os militares têm vindo a perder poder de compra enquanto 24 dos inquiridos (9.2%), acreditam que os militares não têm perdido poder de compra.

No que concerne à questão 30 (Q30), “**Comparativamente a outros Países da União Europeia, acha que os militares Portugueses em termos relativos recebem o mesmo?**”, 235 dos inquiridos (89.7%) responderam que na sua opinião os militares Portugueses não auferem o mesmo que outros militares da União Europeia, enquanto 27 dos inquiridos (10.3%) responderam que acreditam que os militares auferem o mesmo que os seus homólogos da União Europeia.

6.3 ANÁLISE DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DOS VENCIMENTOS

6.3.1 COMPARAÇÃO ENTRE A FP E AS FA

Para a comparação foram definidas como padrão a renumeração base ilíquida e como variáveis as várias carreiras da função pública, nomeadamente docentes universitários (professor associado), médicos (chefe de serviço) e magistrados (juiz de círculo).

Não tendo sido considerado quaisquer subsídios, horas extraordinárias e redução de horas de trabalho, de salientar que a ter em conta as horas extraordinárias da FP, iria alterar em muito o vencimento auferido, em contrapartida os militares estão disponíveis 24 horas por dia, não auferindo mais por isso.

De salientar que os médicos, auferem uma grande percentagem do seu vencimento em horas extras, chegando assim a receber o dobro do vencimento base.

Para efeitos de comparação, todas as carreiras foram consideradas no 1º escalão, considerou-se ainda, relativamente à carreira dos médicos, que estes se encontram em exclusividade de serviço a trabalhar 25 horas semanais.

Tem-se como base para esta equiparação o art.º 23º do Dec. – Lei nº 42152 de 12 FEV 59, que segundo o mesmo, para efeitos de vencimentos, os professores civis e catedráticos, que não acumulam as suas funções na AM com outras funções públicas estranhas à mesma, são equiparados ao posto de Coronel.

Apesar de o Decreto-Lei, supracitado já ser antigo, manteve-se actual durante alguns anos, conforme se constatou na Comunicação de Serviço Interno nº 1/179 da Repartição de Vencimentos do Centro Financeiro do Exército (actual Repartição de Abonos) e comprovado pelos valores da altura³⁷.

³⁷ Docente Universitário – 22.500 Escudos; Director de Serviço – 22.500 Escudos; Juiz Círculo – 25.000 Escudos; Chefe de Serviço – 22.500 Escudos.

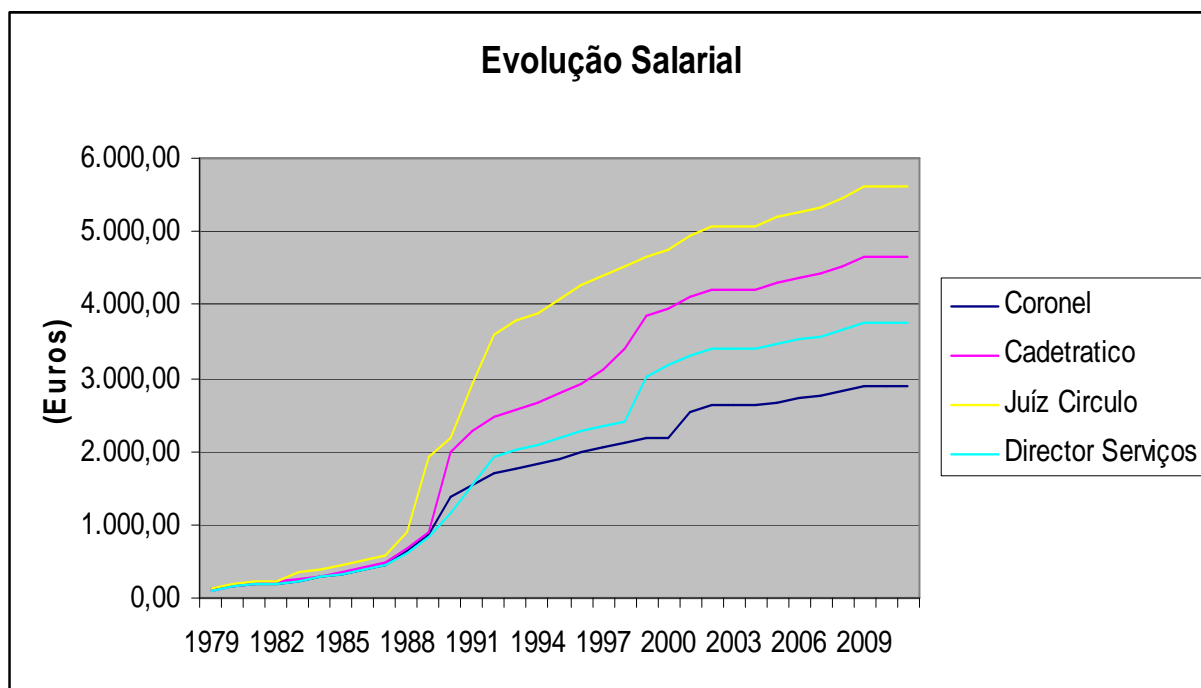


Gráfico 6.4 – Evolução salarial da Função Pública e Militares (Coronel).

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme tabela P1.

Analisando a evolução salarial da FP versus militares³⁸, poder-se-á verificar que os valores³⁹ em 1979 são muito idênticos, sendo o coronel quem auferia mais, assim sendo prever-se-ia uma evolução semelhante entres as profissões em questão.

Com a aprovação do novo estatuto da carreira docente universitária (ECDU) no início dos anos 80⁴⁰ os docentes universitários obtiveram a criação do regime de dedicação exclusiva, que veio representar um acréscimo salarial de 50% relativamente ao simples tempo integral. A equiparação salarial à magistratura, aprovada pela Assembleia da República em 1987, com a introdução de um sistema de acréscimos salariais significativos, de acordo com a antiguidade, veio, posteriormente, contribuir ainda para uma maior dignificação da carreira e consequentemente uma maior evolução salarial.

Nos anos 80/90 as curvas separam-se bastante, foi assim preponderante a aplicação do NSR, baseado em índices e escalas indiciárias, tal como mencionado anteriormente, assim como a alteração de Estatutos da FP.

O Dec. – Lei 184/89 de 02 de Junho, que estabelece os princípios gerais em matéria de emprego público, renumerações e gestão de pessoal da função pública, veio corrigir os manifestos desajustamentos que o sistema retributivo comportava, como ainda actualizá-lo ao novo quadro de exigências de conhecimentos requeridos aos funcionários públicos, especialmente em resultado da adesão de Portugal às comunidades Europeias.

³⁸ Ver Apêndice P – Evolução salarial da FP e FA.

³⁹ Renumeração base ilíquida.

⁴⁰ Ver Anexo B – Medidas introduzidas pelo ECDU.

Assim sendo, denotam-se grandes alterações a nível de vencimento na passagem do ano de 1989 para 1990.

Contudo, é o Dec. – Lei 57/90 de 14 de Fevereiro que veio estabelecer o esquema actual do NSR, tendo em conta por um lado a definição de uma justa estrutura indiciária e, por outro lado, afiançar a sua indispensável articulação e harmonização com as restantes estruturas indiciárias especial e geral.

As diferentes carreiras da FP sofreram, deste modo, grandes alterações, tanto a nível de estatuto como remuneratório. Como exemplo, a carreira de docente que com o Dec-lei 408/89, viu definida a sua nova estrutura salarial, assim como as regras de integração. O mesmo se passou com a carreira médica, derivado ao Dec-lei 73/90, e mais tarde com o Dec-lei 198/97 que alterou as escalas indiciárias das carreiras médicas.

Prosseguindo a análise do gráfico, verifica-se que o Dec-lei 76/96 e 212/97 veio actualizar o valor do índice 100 para as carreiras de docentes do ensino superior, havendo ainda um acréscimo de 4% e 3.1%, derivado à intervenção da FENPROF junto do governo.⁴¹

Para a referida alteração foi tido em conta, inegavelmente caracterizadas por níveis de exigência crescente, traduzidos na obrigatoriedade de submissão, as avaliações nos diferentes momentos do seu desenvolvimento, bem como na incontornável necessidade da prévia obtenção de graus e títulos académicos de pós-graduação com vista ao provimento em categorias de acesso. As carreiras docentes do ensino superior devem ser naturalmente entendidas e consideradas como carreiras de referência, no âmbito dos corpos especiais da Administração Pública.

Em 2008 com a entrada de vigor da Portaria 1553-C/2008, que veio aprovar a tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, as diferenças remuneratórias entre as diferentes profissões da FP e o posto de Coronel, são evidentes, em termos nominais, conforme gráfico 6.4.

De salientar que em termos reais, tal evolução é a mesma quando se analisam os vencimentos reais, deflacionados por categorias, segundo os dados do Apêndice P (Tabela P3), explicando-se pelo facto das taxas de crescimentos anual dos vencimentos nas quatro profissões serem iguais por lei a partir de 1990, (Dec. – Lei 184/89) isto é, equidade interna.

6.3.2 COMPARAÇÃO ENTRE PAÍSES

Não é só em Portugal que se fala em equiparação de salários, os nossos homólogos espanhóis há algum tempo têm vindo a reivindicar aumentos, em virtude de não haver equiparação em termos de vencimento *“la remuneración mensual, que de acuerdo*

⁴¹ Ver Anexo C – Acordo entre o Governo e a FENPROF.

con la Ley de Presupuestos Generales del Estado para el año 2005, van a percibir los profesores universitarios comparándola con los miembros de las fuerzas armadas y con los de la carrera judicial⁴², comparando assim o professor universitário, coronel e o magistrado.

Foi ainda notícia na Bélgica o facto do vencimento de um juiz estar subvalorizado em comparação com os oficiais da polícia *“Le premier est que les salaires des magistrats belges sont aujourd'hui `sous-évalués par rapport à ceux des officiers de la police⁴³”*, entendendo-se assim que terá havido também á semelhança de Portugal e Espanha, equiparação em termos de vencimento entre a carreira da FP e das FA.

O gráfico seguinte mostra os vencimentos das profissões da FP dos países que estamos a analisar em comparação com as FA.

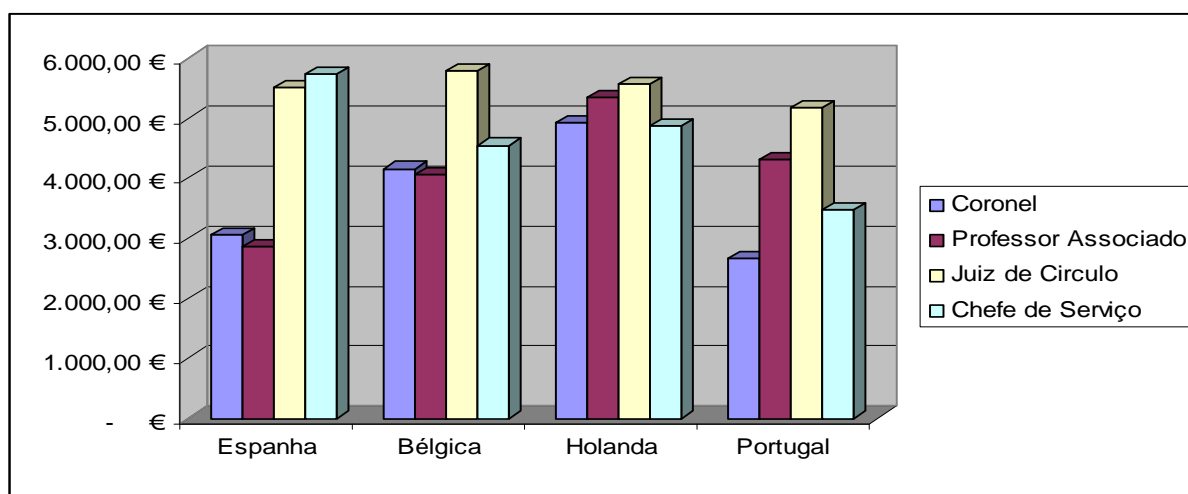


Gráfico 6.5 – Comparação de vencimentos entre Países.
Fonte: Elaborado pelo autor, conforme documentos mencionados em bibliografia.

Relativamente a Espanha, são os médicos que auferem mais, seguindo-se os juízes, coronéis e docentes universitários.

Em relação à Bélgica são os juízes que auferem maior vencimento, seguido dos médicos, coronéis e dos docentes universitários.

Quanto à Holanda, são os juízes que auferem mais, logo de seguida encontram-se os docentes universitários, coronéis e médicos.

Relativamente a Portugal, são os juízes que se encontram melhor remunerados, seguindo-se os docentes universitários, médicos e coronéis.

Comparando agora entre profissões, Portugal é o único país, dos estudados, em que os coronéis se encontram pior remunerados em relação às categorias da FP estudadas. No que concerne aos juízes estes mantêm a liderança dos vencimentos. De salientar que só em Espanha não se encontram no topo dos melhor remunerados, cedendo o lugar aos médicos.

⁴² http://webpages.ull.es/users/feteugt/general/boletin_universidad_7.pdf, 11 de Junho de 2011 às 23:15m.

⁴³ <http://www.dhnet.be/infos/faits-divers/article/53148/le-salaire-des-magistrats-belges-sous-la-loupe.html>, 18 de Junho de 2011 às 20:45m.

CAPÍTULO 7 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

H1 – Os vencimentos na Função Pública, nas categorias analisadas, evoluíram de forma equitativa;

Esta hipótese foi totalmente validada pelo levantamento de dados estatísticos da evolução da taxa de crescimento real e da taxa de inflação, de acordo com o Anexo P..

De salientar que as taxas de crescimento real são iguais a partir de 1994, isto é, todas negativas entre as categorias em estudo. Assim sendo, todas as classes perderam o mesmo poder de compra em trâmites estritos deste termo porque a taxa de inflação é superior às taxas de crescimento nominal dos vencimentos, ou seja, as taxas de crescimento reais são negativas para todas as classes mas iguais para todas elas. Assim sendo, os vencimentos das categorias estudadas, apesar de evoluírem de forma negativa, é transversal a todas essas categorias.

H2 – Os vencimentos na Função Pública, têm evoluído de modo semelhante ao das Forças Armadas;

Esta hipótese não foi validade através dos resultados tanto dos inquéritos, como das entrevistas e ainda da análise documental.

Relativamente ao inquérito poder-se-á verificar na pergunta n.º 22, que 229 dos inquiridos (87.4%) responderam que na sua opinião os vencimentos não têm evoluído paralelamente.

Analisando ainda a pergunta n.º 6 das entrevistas a evolução salarial dos militares tem sido mais lenta e menos robusta que a da FP, tendo estagnado em relação às carreiras da FP. Tal facto deve-se na opinião dos entrevistados à perda da indexação dos militares aos juízes.

No que concerne à análise documental, observando o quadro n.º6.4, verifica-se que esta questão não se confirma com base na análise estatística. Assim, as percepções dos militares de que os seus vencimentos evoluíram menos, situando-se a partir de 1988 a um nível claramente mais baixo do que as outras categorias profissionais da F.P. Apesar de inicialmente os vencimentos entre algumas categorias da função pública e alguns militares estarem equiparados, essa mesma equiparação é inexistente nos dias de hoje, tendo assim evoluído de forma desigual.

H3 – Os militares dos Países da União Europeia, auferem mais, em termos relativos, que os militares Portugueses;

Esta resposta foi totalmente validade, tanto pelos resultados do inquérito como pela análise documental.

Relativamente à questão n.º 30 do inquérito, 235 dos inquiridos (89.7%) responderam que na sua opinião os militares Portugueses auferem menos que outros militares da UE.

Através da análise documental (ver gráfico 6.4), verificasse que em termos relativos os militares Portugueses auferem menos que os seus homólogos dos Países em estudo. Tendo como referência as categorias de juiz de círculo, chefe de serviço e professor associado, denota-se uma grande disparidade em termos remuneratórios para a carreira militar.

H4 – A evolução da carreira militar é mais lenta que nas categorias da FP em estudo;

Esta hipótese foi totalmente validada através de inquéritos, assim como de análise documental.

Através dos inquéritos, verifica-se na questão n.º 14, que na opinião dos inquiridos as carreiras que evoluem mais rapidamente são a de magistrado, médico, docente universitário e militar respectivamente.

Segundo a análise documental, as opiniões recolhidas junto dos inquéritos espelham a realidade uma vez que um magistrado até chegar a juiz de círculo demora em média 21 anos, um médico até chefe de serviço demora sensivelmente 23 anos, um docente universitário demora 27 anos em média a atingir a categoria de professor associado e por fim um militar encontra-se no topo da carreira mais lenta a evoluir, uma vez que demora em média 31 anos a atingir o posto de coronel.

7.2 REFLEXÕES FINAIS

O presente trabalho de Investigação Aplicada ao Exército Português partiu da premissa de que os vencimentos dos militares não têm evoluído favoravelmente comparativamente a outras profissões da função pública que, até já estiveram equiparadas à profissão militar em termos de vencimento no passado.

Deste modo para se dar resposta à questão de partida, terá que se verificar se os

objectivos propostos inicialmente foram atingidos.

Da investigação efectuada resultou que os militares foram a profissão em que a evolução remuneratória menos se fez sentir, tendo sido uma evolução bastante lenta e menos robusta que a evolução salarial da FP. Tendo já existido equiparação do coronel à categoria de juiz de círculo, chefe de serviço e professor associado, contudo, nos dias de hoje encontra-se completamente desfasada essa equiparação, tanto derivado à perda da indexação aos magistrados, assim como pelo facto dos militares não terem poder reivindicativo, tal como as restantes profissões, ao se fazerem representar pelos sindicatos, e ainda, pelo facto de nos dias de hoje, os militares se encontrarem afastados da política, contrariamente aos anos em que existia equiparação entre as profissões dos corpos especiais da função pública.

Da presente investigação resultou ainda que os magistrados, categoria de juiz de círculo são quem se encontra melhor renumerados, assim como são a profissão em estudo que mais rapidamente progride na carreira. Em matéria de habilitações de ingresso e condições de progressão, a carreira de docente universitária é a mais exigente, requerendo a titularidade de um doutoramento, de salientar ainda que os docentes universitários não usufruem de qualquer regime específico do exercício da actividade⁴⁴ em matéria de disponibilidade, reserva e aposentação. Por outro lado a carreira de oficial exige maior resistência física e sacrifício pessoal e familiar, tanto pelos serviços que são exigidos aos militares como pelas deslocações dentro e fora do país.

Relativamente à percepção de que a população tem em relação à perda do poder de compra dos militares assim como da função pública, estão correctas embora ao contrário do que os inquiridos julgam, essa mesma perda do poder de compra, ou seja o peso da inflação, todas as classes perdem pois as taxas de crescimento real são negativas e iguais para as 4 classes., sendo equitativa, isto é, foi igual para todas as categorias profissionais em estudo. Tais percepções da população prendem-se pelo facto de se basearem na evolução geral das carreiras, ou seja têm percepção que estas têm sofrido numerosas dificuldades, nomeadamente pela redução do número de vagas dificultando assim o acesso aos lugares de topo carreira, congelamento de salários, entre outros factores, poderão estar na origem dessas mesmas percepções. Por conseguinte, na sua opinião, a carreira militar tem sido a mais prejudicada, embora como anteriormente dito, todas as carreiras estudadas estão iguais, relativamente à perda do poder de compra.

A entrada em vigor do Decreto-Lei 184/89 veio definir os princípios que o novo sistema retributivo viria a estruturar-se, assentando fundamentalmente na equidade externa e interna. A interna é garantida pelos estatutos de cada carreira verificando-se através da

⁴⁴ Conforme Apêndice E – Regime do Exercício de Actividade

tabela P4 que existe equidade a partir 1994, pois os valores da taxa de crescimento real, entre as diferentes categorias são iguais. A externa, inter-classes profissionais não se verifica pois há discrepâncias na evolução dos vencimentos, quer em termos reais, quer nominais. Assim sendo, a equidade só se verifica em relação as taxas crescimento anual, pois são iguais para toda a função pública mas, a evolução das carreiras de forma autónoma, com Estatutos próprios, trouxe de facto divergência acentuada em termo remuneratórios entre as quatro carreiras em estudo.

Contudo parece considerar-se que é justo categorias profissionais diferentes terem estatutos autónomos, logo diferenciados. Todavia o Estatuto dos militares das FA deveria ser revisto, de modo a que a profissão militar pudesse acompanhar a evolução salarial das restantes categorias que em tempos tiveram equiparação remuneratória.

No que concerne aos homólogos militares da UE, de destacar que terá existido também, tal como à semelhança de Portugal, equiparação entre determinadas profissões da FP e aos militares. Quanto à renumeração e tendo como referência as profissões da FP em estudo, poder-se-á verificar que os militares Portugueses recebem menos em termos relativos que os militares dos Países em estudo.

Pode agora responder-se à questão de partida: **Os militares das Forças Armadas estão renumerados de forma equitativa em relação a outras categorias profissionais da Função Pública?** Tendo em conta todos os factores anteriormente enunciados, poder-se-á concluir que os militares em termos nominais não se encontram bem remunerados.

7.3 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

Para a realização desta investigação surgiram alguns obstáculos que condicionaram a profundidade do estudo: o limite de páginas imposto que é notoriamente reduzido para um trabalho deste índole, o reduzido número de dias para a sua realização, não permitindo efectuar um maior número de entrevistas e inquéritos, assim como a extrema dificuldade de acesso à informação, por se tratar de uma temática que muitos responsáveis não quiseram assumir publicamente a sua opinião relativamente ao assunto em questão.

O acesso à informação foi ainda muito restrito relativamente aos médicos e quase inexistente no que concerne aos magistrados.

O facto da amostra em estudo ser não-probabilística não permite que se possa *“generalizar os dados obtidos à população total”* (Bryman e Cramer, 1993, p. 123).

Uma outra limitação prende-se com o facto das normas da Academia Militar para a redacção de trabalhos escritos serem omissas em diversas matérias.

7.4 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Tendo em conta que este tema e as várias questões deste trabalho poderão ser abordadas de outras formas e perspectivas, tendo ainda noção que muito mais poderia ser dito e feito, pois o tema não se esgotou na elaboração desta investigação, considero de extrema relevância efectuar um estudo com vista a determinar as variáveis responsáveis pela evolução desigual dos vencimentos entre a FP e as FA.

Considero ainda oportuno estudar o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, assim como o das profissões da FP em estudo, de modo a perceber quais as diferenças que levaram à perda da equidade externa.

BIBLIOGRAFIA

INTERNET

- A Administração Pública como Objecto de Estudo (2008) – *Ciência da administração*. Consultado em 4 de Abril de 2011, no seguinte site: <http://www.slideshare.net/anamsantos74/c-adm-i-1-a-ap-como-objecto-de-estudo-09-10>.
- American Psychological Association (2008). *Style Guide Primer – Publication Manual of the American Psychological Association*. Consultado em 12 de Abril de 2011, em <http://library.sacredheart.edu/APA%20Style%20Guide.pdf>.
- Atención Primaria del Colegio de Médicos (2009). *Retribuciones de cuatro tipos de Médico de atención primaria*. Consultado no dia 11 de Junho de 2011 no seguinte site: http://www.actasanitaria.com/fileset/doc_56476_FICHERO_NOTICIA_111917.pdf.
- Boletín oficial del estado (22 de Junho de 2011). *Ministerio de Economía y Hacienda*. Consultado em 24 de Junho de 2011 no seguinte site: <http://www.boe.es/boe/dias/2011/06/22/pdfs/BOE-A-2011-10828.pdf>.
- DH.be (29 de Outubro de 2002). *Le salaire des magistrats belges sous la loupe*. Consultado no dia 4 de Junho de 2011 no seguinte site: <http://www.dhnet.be/infos/faits-divers/article/53148/le-salaire-des-magistrats-belges-sous-la-loupe.html>.
- Direcção-Geral Administração de Emprego Público (2005). *Recursos Humanos na Administração Pública*. Consultado no dia 27 de Junho de 2011 no seguinte site: <http://www.dgap.gov.pt/index.cfm?OBJID=a5de6f93-bfb3-4bfc-87a2-a7292719839>.
- Droit- Medical (16 de Abril de 2009). *Grille des salaires 2009 spécifique pour les médecins*. Consultado no dia 2 de Junho de 2011 no seguinte site: <http://droit-medical.com/conventions-collectives/444-grille-salaire-2009-specifique-medecins-pharmaciens-sages-femmes-hospitalisation-privee>.
- El Boletín de Universidad (Fevereiro 2005). *Las retribuciones del profesorado universitario*. Consultado no dia 11 de Junho de 2011 no seguinte site: http://webpages.ull.es/users/feteugt/general/boletin_universidad_7.pdf.
- El cuerpo de ingenieros del ejército del aire (n/d). *Retribuciones, Devengos - media mensual*. Consultado no dia 14 de Junho de 2011 no seguinte site: <http://www.ejercitodelaire.mde.es/stweb/ea/ficheros/pdf/FB41188D966AC23FC125755F004D649.pdf>.

Información a Funcionários del Estado (27 de Fevereiro de 2011). Tabla de retribuciones para el año 2011.Consultado no dia 09 de Maio de 2011 no seguinte site:
<http://www.clasespasivas.net/foro/viewtopic.php?f=10&t=9074>.

Intermediair (s.d). Consultado no dia 11 de Junho de 2011 no seguinte site:
<http://www.intermediair.nl/overzicht/sollicitatie/salariskompas/9650/salariskompas.html>.

LIVROS

- Academia Militar (2008), *Orientações para redacção de trabalhos*. Lisboa: Academia Militar.
- Barañano, A. M. (2004), *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão* (1.^a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Bryman, A. & Cramer D. (1993), *Análise de dados em ciências sociais – Introdução às técnicas utilizando o spss* (2^o ed.). Oeiras: Celta Editora LDA.
- Caupers, J. (2009), *Introdução ao Direito Administrativo*. (10.^a ed.). Lisboa: Âncora Editora
- Fraga, I. (1992), *O processo de socialização militar na Academia da Força Aérea e a Nação, AFA*. Lisboa: Edições Caleidoscópio.
- Guerra, I. (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Principia Editora.
- Lakatos, Eva M. & Marconi, Mariana de A. (2002), *Técnicas de Pesquisa*. (5^a Edição). S. Paulo: Atlas.
- Maria, S.B. (2005), *As Forças Armadas Portuguesas. Desafios numa Sociedade em Mudança*. Lisboa: Edições Caleidoscópio.
- Matos, S. L. & bacalhau, M. (2001), *As Forças Armadas em Tempo de Mudança: Uma sondagem à opinião pública nas vésperas do século XXI*. Lisboa: Edições Cosmo.
- MDN (2008), *Anuário Estatístico da Defesa Nacional 2009*. Lisboa: MDN.
- Neves, A. (2010), *Governação Pública em Rede: Uma aplicação a Portugal*. (1^a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Neves, J.M.P. (2007), *As Forças Armadas e a Defesa Nacional*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- Moura, P. (2001), *Função Pública: Regime Jurídico, Direitos e Deveres dos Funcionários e Agentes*. Voume 1. (2^a ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Queiró, A. (1976), *Lições de Direito Administrativo*. (2.^a ed.). Coimbra: Edições Coimbra.
- Quivy, R., Campenhoudt, L. (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (4^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rocha, I. (2007), *Constituição da República Portuguesa: As 8 versões após 25 de Abril -*

1976, 1982, 1989, 1992, 1997, 2001, 2004, 2005. Lisboa: Porto Editora

Sarmiento, M. (2008), *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Vaz, N. (2002), *Civilização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais*. Lisboa: Edições Cosmos.

REVISTAS

Belchior, V. (2004). *Relacionamento da Instituição Militar com o Poder Político e a Sociedade*. (Nº 2428). Lisboa: Revista Militar.

Claro, Carlos; Rainha, Paulo; Santos, José. (1998). *Análise Evolutiva e Comparativa do Sistema Retributivo*. Lisboa: Boletim da EPAM

Eanes, A.R. (2008). *Os Valores da Nação e o Papel das Forças Armadas nas Sociedades Desenvolvidas*. (Nº 2479). Lisboa: Revista Militar.

Michel, G. (1983). *Les rémunérations accessoires dans la fonction publique*. (Nº 28). Paris: *Revue Française d'Administration Publique*.

Neves, J. P. (2007). *As Forças Armadas e a defesa nacional*. (Nº 2428). Lisboa: Revista Militar.

Sequeira, L. (2003). *Questões de Defesa Nacional: Decisões Necessárias*. (Nº 2415). Lisboa: Revista Militar.

LEGISLAÇÃO

Assembleia da República. (2009). Lei nº7/2009 de 12 de Fevereiro. Diário da República, 1.^a Série, n.º30, 927.

Assembleia da República. (2009). Lei nº7/2009 de 12 de Fevereiro. Diário da República, 1.^a Série, n.º30, 927.

Ministérios da Administração Interna e das Finanças. (1976). Decreto-Lei n.º330/76, de 07 de Maio. Diário da República, 1.^a Série, n.º 107, 1025 – 1026.

Ministério das Finanças. (1958). Decreto-Lei n.º 42046/58, de 23 de Dezembro. Diário da República, 1.^a Série, n.º 278, 1445-1451.

Ministério da Defesa Nacional. (1990). Lei n.º 57/90 de 14 de Fevereiro. Diário da República, 1.^a Série, n.º38, 589-594.

Ministério da Defesa Nacional. (1991). Lei n.º 111/91 de 29 de Agosto. Diário da República,

1.^a Série, n.º198, 4490-4494.

Ministério da Defesa Nacional. (1995). Lei nº172/95 de 7 de Abril. Diário da República, 1.^a Série, n.º83, 311-317.

Ministério da Defesa Nacional. (2004). Lei nº4/02004 de 15 de Janeiro. Diário da República, 1.^a Série, n.º12, 2035-2036.

Ministério da Defesa Nacional. (2009). Lei nº50/2009 de 27 de Fevereiro. Diário da República, 1.^a Série, n.º41, 1359-1360.

Ministério da Defesa Nacional e das Finanças (1994). Lei nº172/94 de 25 de Junho. Diário da República, 1.^a Série, n.º145, 3342-3344.

Ministério da Educação (1996). Lei nº76/96 de 18 de Junho. Diário da República, 1.^a Série, n.º139, 1564.

Ministério da Saúde (1990). Lei nº73/90 de 6 de Março. Diário da República, 1.^a Série, n.º54, 958-970.

Presidência do Conselho De Ministros. (1998). Decreto-Lei n.º 47/98, de 07 de Março. Diário da República, 1.^a Série, n.º 56, 892- 897.

Presidência do Conselho de Ministros. (1989). Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro. Diário da República, 1.^a Série, n.º 238, 4530 (02) – 4530 (18).

Presidência do Conselho de Ministros. (1989). Decreto-Lei n.º184/89, de 02 de Junho. Diário da República, 1.^a Série, n.º 126, 2149 – 2156.

Presidência do Conselho de Ministros. (1989). Portaria nº904-A/89/90 de 16 de Outubro. Diário da República, 1.^a Série, n.º238, 5530 (18-19).

Presidência do Conselho de Ministros. (2008). Portaria nº1553-C/2008 de 31 de Dezembro. Diário da República, 1.^a Série, n.º252, 9300 (430).

Presidência do Conselho de Ministros. (1989). Decreto-Lei 408/89 de 18 de Novembro. Diário da República, 1.^a Série, n.º266, 5088 (2-3).

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças. (1990). Portaria nº115/90 de 14 de Fevereiro. Diário da República, 1.^a Série, n.º38, 588.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças. (1990). Portaria nº1002-A/89 de 18 de Novembro. Diário da República, 1.^a Série, n.º266, 5088–(4).

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças. (1990). Portaria nº171/90 de 06 de Março. Diário da República, 1.^a Série, n.º54, 932.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças. (1990). Portaria nº56/90 de 14 de Fevereiro. Diário da República, 1.^a Série, n.º20, 330.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Exército. (1959). Portaria nº42152/59 de 12 de Fevereiro. Diário da República, 1.^a Série, n.º36, 185

APÊNDICES

ORGANOGRAMAS DOS DIFERENTES RAMOS DAS FA

A.1 MARINHA

A Marinha⁴⁵ é o ramo das FA que desenvolve diária e permanentemente uma actividade operacional de interesse público, militar e diplomático na área mais estratégica para Portugal, o Mar. Tem como missão cooperar, de forma integrada, na defesa militar de Portugal, através da realização de operações navais⁴⁶.

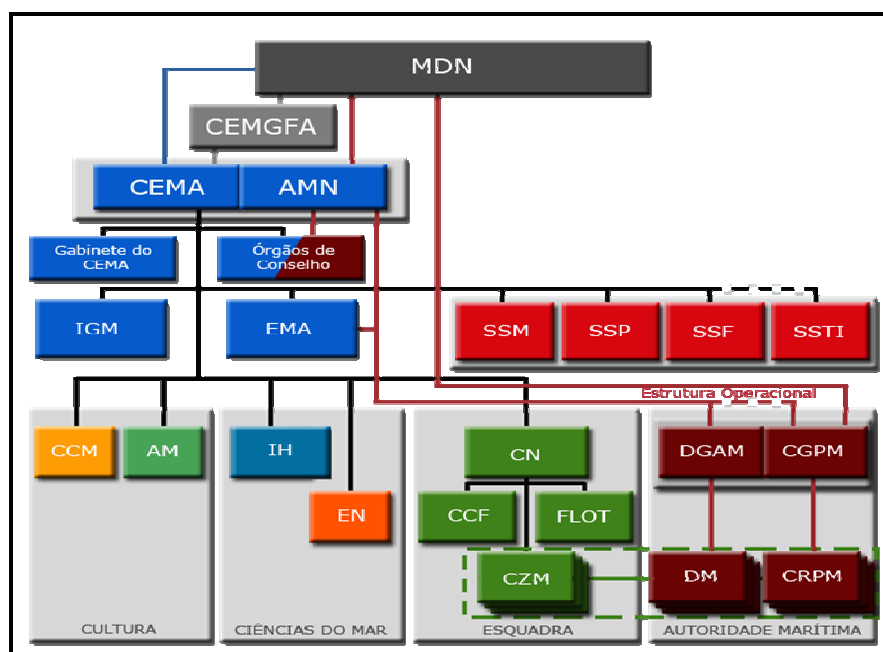


Figura A.1 – Organograma da Marinha.

Fonte: Sítio da Marinha Portuguesa, disponível em <http://marinha.pt> (29 de Junho de 2011).

⁴⁵ Também designada por **Marinha de Guerra Portuguesa** ou **Armada Portuguesa**.

⁴⁶ De acordo com o Decreto-Lei nº 49/93, de 26 de Fevereiro.

A.2 EXÉRCITO

O Exército tem como missão principal participar, de forma integrada, a defesa militar da República, nos termos do disposto na Constituição e na lei, sendo fundamentalmente vocacionado para a geração, preparação e sustentação de forças da componente operacional do sistema de forças.

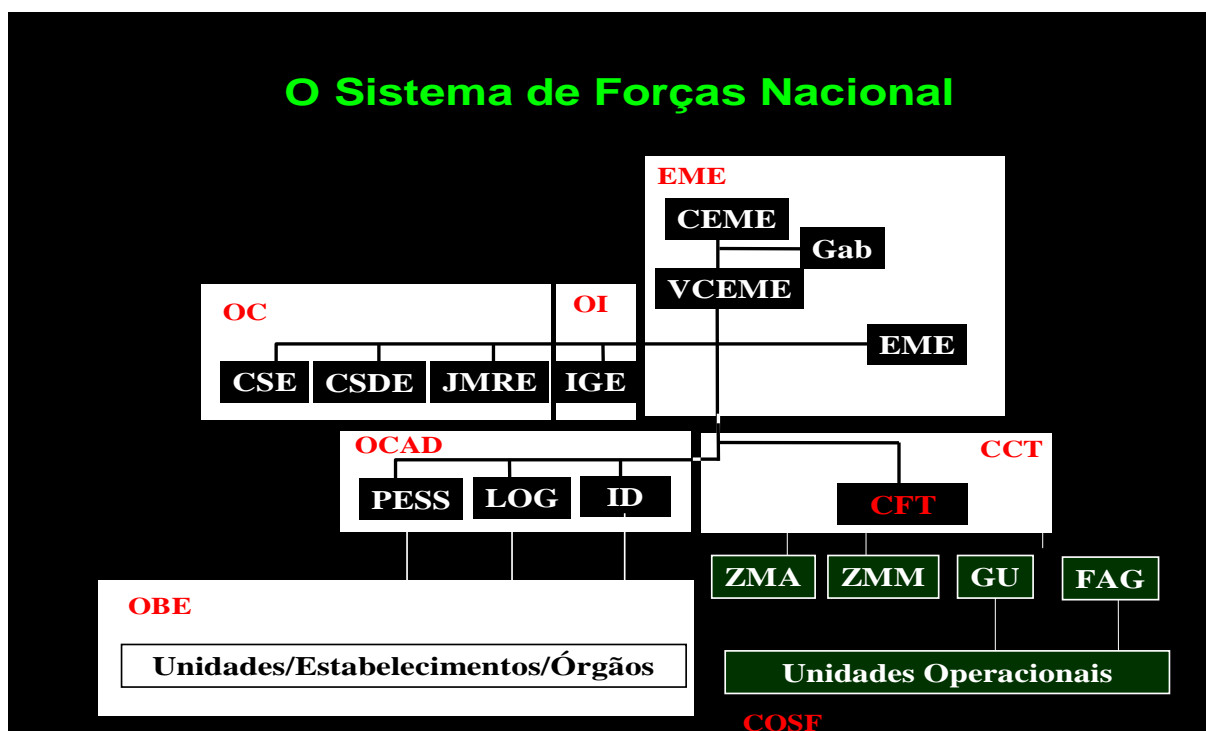


Figura A.2 – Organograma do Exército.

Fonte: Decreto-lei nº231/2009.

A.3 FORÇA AÉREA

A Força Aérea Portuguesa foi criada em 1 de Julho de 1952, constituindo-se como ramo independente, em paralelo com o Exército e com a Armada e integrando as aviações incorporadas naqueles ramos.

Sendo a parte integrante do sistema de forças nacional e tem por missão cooperar, de forma integrada, na defesa militar da República, através da realização de operações aéreas, e na defesa aérea do espaço nacional.

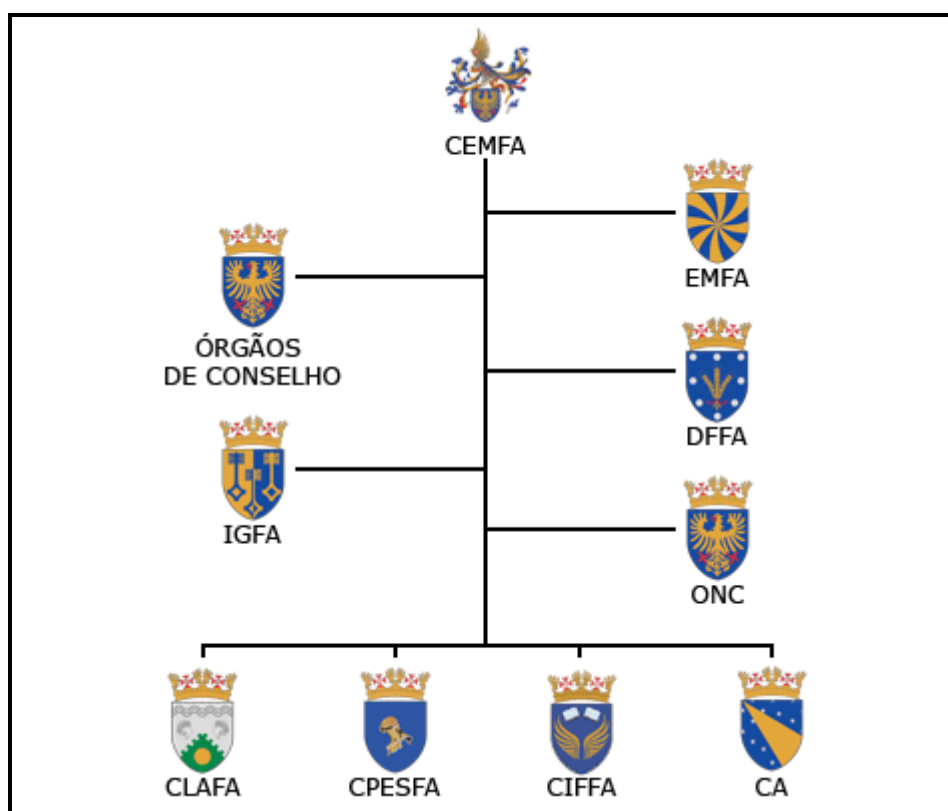


Figura A.3 – Organograma da Força Aérea Portuguesa.

Fonte: : Sítio da Força Aérea, disponível em <http://forcaaerea.pt> (29 de Junho de 2011).

APÊNDICE B

EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS DAS FORÇAS ARMADAS

Tabela B.1: Evolução dos efectivos das FA.

ANOS	MARINHA	EXÉRCITO	FORÇA AÉREA	TOTAL
1974	19.123	200.000	8.250	227.373
1985	19.032	42.102	15.507	76.641
1990	15.275	40.798	11.586	67.659
1995	18.153	51.818	12.063	82.034
2000	12.763	44.075	6.951	63.789
2005	11.745	21.606	7189	40.540
2009	9.694	17.781	7.090	34.565

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados do Anuário Estatístico da Defesa Nacional.

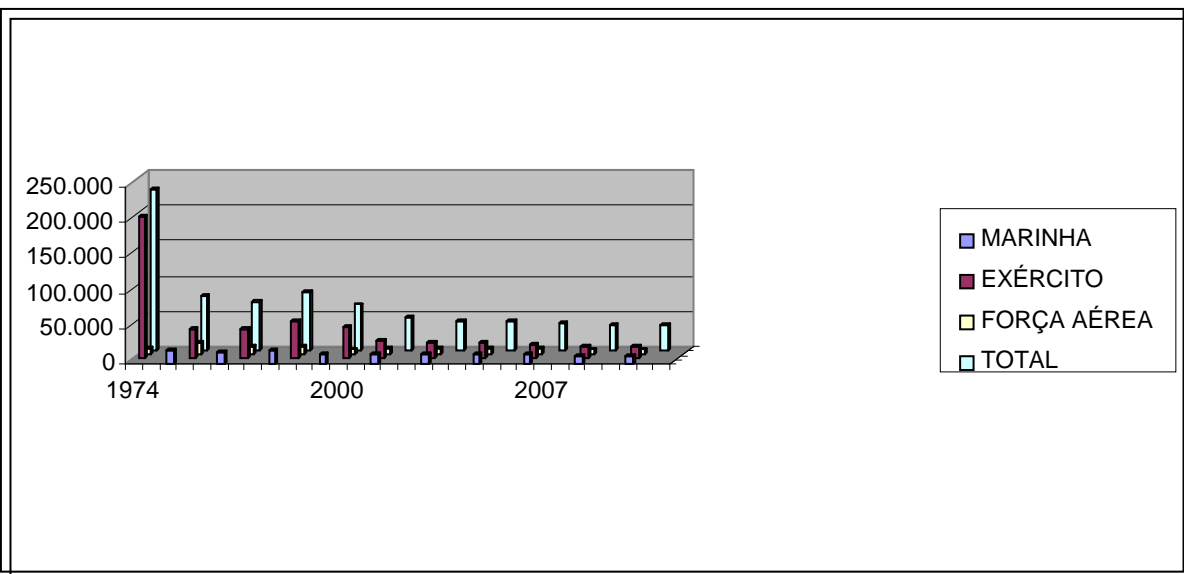


Gráfico B.1: Evolução dos efectivos das FA.

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme dados da tabela B.1.

APÊNDICE C

SUPLEMENTOS À RENUMERAÇÃO BASE

Carreira Militar

Os suplementos à remuneração base na carreira militar são as seguintes:

- Suplemento da condição militar, fixado em 20% da remuneração base mensal auferida, com fundamento no regime especial de trabalho, designadamente no ónus e restrições específicas da função militar (Decreto-Lei nº 50/2009);
- Suplemento devido pelo desempenho de funções específicas da especialidade do militar, correspondente a valor fixo actualizado de acordo com os aumentos da administração pública⁴⁷⁴⁸;

Os militares têm direito a subsídio de residência (Decreto-Lei nº 172/94, com as alterações provocadas pelo DL 60/95), quando estejam colocados (nomeação por imposição) a mais de 30 km do concelho onde têm a sua residência habitual. Este subsídio reveste a natureza de ajudas de custo e é insusceptível de descontos para efeitos de aposentação (Decreto-Lei 60/95), contudo na prática por despacho do TGen VCEME para haver direito o militar tem de estar na situação de “deslocado”, se não tiver esta condição não lhe é conferido o abono.

Carreira Docente Universitária

Na carreira docente universitária não existem, neste data, suplementos que acresçam à remuneração base, específicos desta carreira, existindo somente suplementos remuneratórios pelo desempenho de funções específicas da carreira, excepto para os professores com exclusividade de serviço, que recebem um suplemento por se encontrarem nessa situação.

⁴⁷ Correspondente a um universo restrito de militares, sendo abrangidos designadamente: pára-quedistas, enquanto aptos para o salto; pessoal navegante permanente (pilotos) e pessoal navegante não permanente (engenheiros e mecânicos de voo, navegadores); operadores de câmara hipobárica (submarinos).

⁴⁸ Estes suplementos também conferem direito a acréscimo de tempo de serviço para efeitos de aposentação, mediante o pagamento das quotas respectivas.

Carreiras Médicas – Carreira Médica Hospitalar

Na carreira médica hospitalar o cumprimento de horário semanal de 42 horas, o qual só pode ter lugar em regime de dedicação exclusiva, confere direito ao pagamento de um suplemento correspondente a 25 % da respectiva renumeração base mensal.

A prática do horário semanal de 42 horas confere, também, direito a um acréscimo de 25% no tempo de trabalho efectivo para efeitos de aposentação.

Magistratura Judicial e Magistratura do Ministério Público

A magistratura judicial e magistratura do Ministério Público têm direito à percepção dos seguintes suplementos:

- Subsídio de fixação, atribuído a magistrados judiciais e a magistrados do Ministério Público que exerçam funções nas regiões autónomas e aí não disponham de casa própria;
- Subsídio de compensação, atribuído aos magistrados judiciais que não disponham de casa de habitação mobilada nas localidades onde exerçam a sua função, tendo em conta os preços correntes no mercado local de habitação;
- Compensação pelo serviço urgente efectuado aos sábados, domingos e feriados⁴⁹.

Os magistrados judiciais e os magistrados do Ministério Público têm direito ao reembolso das despesas resultantes da sua deslocação e do agregado familiar e transporte de bagagem, qualquer que seja o meio de transporte utilizado, quando sejam colocados por promoção ou por transferência que não seja a seu pedido.

Os magistrados têm ainda direito a:

- Entrada e livre trânsito em gares, cais de embarque e aeroportos;
- Uso, porte e manifesto de armas de defesa e aquisição das respectivas munições;
- Isenção de quaisquer derramas lançadas pelas autarquias locais;
- Utilização gratuita de transportes colectivos públicos, terrestres e fluviais.

⁴⁹ O respectivo pagamento está suspenso.

APÊNDICE D

CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO

Enquadramento

Os estatutos próprios dos corpos especiais podem introduzir adaptações ao regime geral do pessoal da função pública em matéria de regime de gestão, mas não em matéria de emprego público.

Desta disciplina legal estrita foram excluídos os militares dos três ramos das FA, cujo estatuto profissional, na medida em que constitui o desenvolvimento jurídico das “Base Gerais do Estatuto da Condição Militar” (Lei 11/89, de 1 de Junho), prevê situações específicas em matéria de ingresso na carreira de oficial.

Assim sendo, o n.º2 do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 407/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, determinou, expressamente, que nessa matéria são aplicáveis ao pessoal docente universitário, médico e magistrados as normas dos respectivos estatutos.

Carreira Militar

Em matéria de constituição da relação jurídica de emprego, os militares podem encontrar-se em uma de duas situações: no quadro permanente ou em regime de contrato.

Os militares dos quadros permanentes, nos termos do respectivo Estatuto, “servem as Forças Armadas como profissionais”, com base num vínculo caracterizado pela sua permanência” e adquirem essa qualidade com o ingresso no primeiro posto do respectivo quadro especial⁵⁰. O ingresso faz-se na sequência da conclusão de mestrado nas academias militares ou, em caso de licenciatura obtida em estabelecimentos não militares de ensino, após a conclusão com aproveitamento do curso de formação – estágio de adaptação técnico-militar definido para início de carreira.

No âmbito das Forças Armadas os militares em regime de contrato visam suprir necessidades transitórias e específicas por um período de tempo limitado, que não pode ser inferior a 24 meses, nem superior a 6 anos.

⁵⁰ Em cada uma das carreiras militares – Oficiais, Sargentos e praças – o quadro especial é o conjunto de lugares distribuídos por postos segundo a mesma formação de base ou afim.

Carreira Docente Universitária

Na carreira docente universitária, a constituição da relação jurídica de emprego tem por base três situações distintas:

- O contrato administrativo de provimento, nas categorias de assistente estagiário e de assistente;
- O contrato além quadro, na categoria de professor auxiliar;
- A nomeação, nas categorias de professor associado e de professor catedrático.

O ingresso na categoria de assistente estagiário faz-se por concurso documental, sendo a área de recrutamento constituída por licenciados com informação final mínima de Bom. Contudo também se pode ingressar na carreira docente universitária na categoria de assistente – individualidades titulares do grau mestre ou equivalente legal ou titulares de um grau ou diploma conferido por universidade portuguesa ou estrangeira que comprove à semelhança do grau de mestre, nível aprofundado de conhecimento numa área científica e capacidade para a prática de investigação – e na categoria de professor auxiliar – individualidades habilitadas com o grau de doutor ou equivalente.

A apreciação das soluções legais adoptadas em matéria de constituição da relação jurídica de emprego e das características revestidas pelo ingresso fundamentam a convicção de que a carreira docente universitária como conjunto hierarquizado de categorias e como faculdade de preencher lugares sucessivamente mais hierarquizados do grupo profissional, caracterizada pela estabilidade e permanência, está unicamente referenciada às categorias de ingresso, pese embora o anacronismos da contratação além quadro – professor associado e professor catedrático.

Sendo assim, a carreira docente universitária em sentido próprio perfila-se como a mais exigente em matéria de ingresso, considerada a habilitação académica mínima exigida: Doutoramento.

Carreiras Médicas – Carreira Médica Hospitalar

O ingresso nas carreiras médicas depende da prévia obtenção de uma específica habilitação profissional consubstanciada num grau, isto é, num título de habilitação profissional que é requisito de provimento em categorias da carreira, mas que não confere, por si só, qualquer vinculação à função pública.

Após a conclusão da licenciatura são identificáveis dois patamares de formação, cujo cumprimento é requisito indispensável de ingresso na carreira.⁵¹

- O internato geral, destinado à profissionalização médica;
- O internato complementar, tendo por objectivo a especialização médica.

Na carreira médica hospitalar o ingresso opera-se na categoria de assistente e está condicionado à posse do grau de especialista, atribuído mediante aprovação em exame, após a conclusão do internato de especialização.

O ingresso na carreira está dependente da existência de vaga, realiza-se por concurso e o provimento em lugar da categoria de ingresso reveste a forma de nomeação.

Assinale-se que relativamente às demais carreiras em apreciação, a carreira médica hospitalar apresenta uma característica não despiciente para esta análise: a formação específica necessária – internato geral e internato complementar – é realizada fora da carreira e entre a sua obtenção e o ingresso na carreira não existe qualquer relação de automatismo. Nas restantes carreiras, a formação específica considerada adequada é obtida em regime com as características de período probatório, isto é, já na carreira, ainda que em nomeação provisória.

Magistratura Judicial e Magistratura do Ministério Público

A constituição da relação jurídica de emprego dos magistrados judiciais e dos magistrados do Ministério Público, tem por base, exclusivamente, a nomeação.

O ingresso na carreira da magistratura judicial e na carreira da magistratura do Ministério Público faz-se de entre cidadãos portugueses, licenciados em Direito, após frequência com aproveitamento de cursos e estágios de formação para comarcas ou lugares de ingresso, segundo a graduação obtida naqueles cursos e estágios e, respectivamente, nas categorias de juiz de direito e de delegado do procurador da República.

⁵¹ Neste sentido, o Decreto-Lei nº 73/90, de 6 de Março, qualifica-os expressamente como formação pré-carreira e remete a sua regulamentação para um diploma autónomo do das carreiras.

APÊNDICE E

REGIME DO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE

Carreira Militar

Os militares com mais de 20 de serviço militar podem requerer a passagem à situação de reserva. Na situação de reserva os militares podem encontrar-se em duas situações: na efectividade de serviço ou fora da efectividade de serviço.

Os militares que transitem para a situação de reserva a seu pedido só podem regressar à efectividade de serviço, a requerimento e desde que haja interesse para o serviço.

Assim que completem, seguida ou interpoladamente, 5 anos na situação de reserva fora da efectividade de serviço transitam para a situação de reforma.

A cessação de funções pode ocorrer por limite de idade que é atingido aos 65 anos ou por decurso de um determinado número de anos na reserva fora da efectividade de serviço.

Carreira Docente Universitária

O pessoal docente universitário não dispõe de qualquer regime específico relacionado com o exercício da actividade, ocorrendo a cessação de funções por limite de idade, aos 70 anos.

Carreiras Médicas – Carreira Médica Hospitalar

Na carreira médica hospital aos médicos com idade superior a 55 anos, que trabalhem em regime de dedicação exclusiva há pelo menos 5 anos com horário de 42 horas, pode ser concedida, a seu pedido, a redução de 1 hora em cada ano de horário de trabalho semanal até perfazerem 35 horas semanais sem perda de regalias.

Magistratura Judicial e Magistratura do Ministério Público

Os magistrados judiciais e os magistrados do Ministério Público cessam funções por limite de idade, incapacidade ou por terem atingido 60 anos de idade e 36 anos de serviço.

APÊNDICE F
GUIÃO DA ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Curso de Administração Militar

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

ENTREVISTA NO ÂMBITO DO TRABALHO:

**“ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS VENCIMENTOS DOS
MILITARES DAS FA PORTUGUESAS, APÓS 1975”**

AUTOR: Aspirante ADMIL João Carlos Batista Ouro

ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Bela Bravo

LISBOA, 08 DE JUNHO DE 2011

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Esta entrevista insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares, especialidade Administração Militar, subordinado ao tema “Análise da evolução dos vencimentos dos militares das FA Portuguesas, após 1975”.

O objectivo da entrevista é recolher algumas opiniões acerca do actual panorama do Exército Português, no que concerne à sua evolução salarial e de estatuto até aos dias de hoje, tendo por base de comparação carreiras civis, tais como: a carreira de docentes universitários, a medicina e a magistratura, de salientar que as referidas carreiras em 1959 teriam a mesma equiparação em termos de vencimento, daí se ter seleccionado estas profissões.

Esta entrevista é direccionada às personalidades que estão directamente ligadas às forças armadas portuguesas e não só, pretende-se recolher opiniões junto de personalidades alheias à vivência militar, magistrados, médicos, professores entre outros.

A abertura das suas respostas é fundamental para que os resultados do estudo nos forneçam informação fundamental e verdadeira.

Desta forma solícito a V. Ex.^a que me conceda esta entrevista que servirá de suporte para atingir os objectivos desta investigação.

O meu muito obrigado pela sua colaboração,

Atenciosamente:

João Carlos Batista Ouro

ASP ADMIL

GUIÃO DA ENTREVISTA

Tema: “Análise da evolução dos vencimentos dos militares das FA Portuguesas, após 1975”.

Entrevistador: Aspirante de Administração Militar João Carlos Batista Ouro

Entrevistado:

Data:

Local:

Objectivos Gerais:

- Analisar a evolução da carreira militar paralelamente à evolução das carreiras da administração pública, em termos de enquadramento legal e quanto às remunerações;
- Verificar como têm evoluído as remunerações dos militares nas últimas três décadas;
- Verificar se os vencimentos dos militares das F.A Portuguesas, estão equiparados ao vencimento de Militares de Países da União Europeia;

Perguntas por Blocos Temáticos:

Blocos	Objectivos específicos	Formulário de perguntas	Notas
Bloco 1 Apresentação	- Apresentação do entrevistador;	Qual o seu nome completo? Qual o seu posto? Qual a sua arma ou serviço? Qual a função que desempenha? (no caso de o entrevistado não ser militar) Há quanto tempo desempenha essa profissão? Qual o seu nome completo? Qual a sua profissão? Há quanto tempo desempenha essa profissão?	

<p>Bloco 2</p> <p>Situação actual</p>	<p>- Conhecer a situação actual das Forças Armadas Portuguesas ao nível salarial.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qual é na sua opinião a situação actual das Forças Armadas Portuguesas relativamente á remuneração dos militares no activo, tendo em conta a formação académica? 2. Como tem visto a evolução salarial dos militares após 1975, é algo que está a par? 3. No seu entender os militares após 1975, têm vindo a perder poder de compra? Porquê? 4. Sabe se os vencimentos dos nossos militares estão equiparados ao de militares da União Europeia? Acharia justo que houvesse igualdade? 	
<p>Bloco 3</p>	<p>- Analisar a evolução da carreira militar paralelamente à evolução das carreiras da administração pública, em termos de enquadramento legal e quanto às remunerações</p>	<ol style="list-style-type: none"> 5. Acha que estão equiparadas, a carreira militar e as carreiras da função pública em termos legais? 6. E quanto às remunerações, fazendo uma equiparação entre a carreira militar e as carreiras da função pública como acha que evoluíram? 7. Terão os militares de hoje uma maior capacidade de progressão na carreira militar, que os Funcionários da Função Pública? Porquê? 8. No seu ponto de vista, seria justo os elementos das forças armadas auferirem o mesmo montante que os elementos da Função Pública, tendo como base de comparação, profissões com o mesmo grau académico e responsabilidades que a mesma exige? 	

Quadro F.1: Perguntas por Blocos Temáticos

GUIÃO COM AS PERGUNTAS PARA ENTREVISTA:

QUAL O SEU NOME COMPLETO?

QUAL O SEU POSTO?

QUAL A SUA ARMA OU SERVIÇO?

QUAL A FUNÇÃO QUE DESEMPENHA?

HÁ QUANTO TEMPO DESEMPENHA ESSA PROFISSÃO?

1-QUAL É NA SUA OPINIÃO A SITUAÇÃO ACTUAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS RELATIVAMENTE À REMUNERAÇÃO DOS MILITARES NO ACTIVO, TENDO EM CONTA A FORMAÇÃO ACADÉMICA?

2- COMO TEM VISTO A EVOLUÇÃO SALARIAL DOS MILITARES APÓS 1975, É ALGO DO QUAL QUE ESTÁ A PAR?

3- No SEU ENTENDER OS MILITARES APÓS 1975, TÊM VINDO A PERDER PODER DE COMPRA? PORQUÊ?

4- TEM IDEIA SE OS VENCIMENTOS DOS NOSSOS MILITARES ESTÃO EQUIPARADOS AO DE MILITARES DA UNIÃO EUROPEIA? ACHARIA JUSTO QUE HOUVESSE IGUALDADE?

5- ACHA QUE ESTÃO EQUIPARADAS, A CARREIRA MILITAR E AS CARREIRAS DA FUNÇÃO PÚBLICA EM TERMOS LEGAIS?

6- E QUANTO ÀS REMUNERAÇÕES, FAZENDO UMA EQUIPARAÇÃO ENTRE A CARREIRA MILITAR E AS CARREIRAS DA FUNÇÃO PÚBLICA COMO ACHA QUE EVOLUÍRAM?

7- TERÃO OS MILITARES DE HOJE UMA MAIOR CAPACIDADE DE PROGRESSÃO NA CARREIRA MILITAR, QUE OS FUNCIONÁRIOS DA FUNÇÃO PÚBLICA? PORQUÊ?

8- NO SEU PONTO DE VISTA, SERIA JUSTO OS ELEMENTOS DAS FORÇAS ARMADAS AUFERIREM O MESMO MONTANTE QUE OS ELEMENTOS DA FUNÇÃO PÚBLICA, TENDO COMO BASE DE COMPARAÇÃO, PROFISSÕES COM O MESMO GRAU ACADÉMICO E RESPONSABILIDADES QUE A MESMA EXIGE?

Terminei assim o meu questionário, agradeço a ajuda que com o seu precioso contributo me facultou. Gostaria, no entanto, de deixar ao seu critério, se assim o entender, a abordagem de algum assunto, que qualifique de importante e que, porventura, não tenha sido abordado.

Muito Obrigada pela Colaboração.

APÊNDICE G

INQUÉRITO

INTRODUÇÃO

O presente questionário não tem respostas certas ou erradas, sendo estritamente confidencial e exclusivo para efeitos de investigação.

INSTRUÇÕES

Para responder ao questionário, deverá assinalar com uma cruz (X) a resposta com que mais se identifica. Agradece-se que responda a todas as questões colocadas.

Caso tenha alguma dúvida ou necessite de esclarecimentos, é favor contactar:

Aspirante de Administração Militar João Carlos Batista Ouro

Telm: 964149268

E-mail: ouro.jcb@mail.exercito.com

AUTOR: Aspirante ADMIL João Carlos Batista Ouro

ORIENTADORA: Professora Doutora Ana Bela Bravo

LISBOA, 16 DE JUNHO DE 2011



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Curso de Administração Militar

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

INQUÉRITO NO ÂMBITO DO TRABALHO:

“ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS VENCIMENTOS DOS MILITARES DAS FOÇAS ARMADAS PORTUGUESAS, APÓS 1975”

INQUÉRITO

Este inquérito insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares, especialidade Administração Militar, subordinado ao tema “Análise da evolução dos vencimentos dos militares das Forças Armadas Portuguesas, após 1975”. O objectivo deste inquérito é recolher algumas opiniões acerca do actual panorama do Exército Português, no que concerne à sua evolução salarial e de estatuto até aos dias de hoje, tendo por base de comparação carreiras civis, tais como: a carreira de docentes universitários, a medicina e a magistratura de salientar que as referidas carreiras em 1959 teriam a mesma equiparação em termos de vencimento, daí se ter seleccionado estas profissões. Esta entrevista é direccionada às personalidades que estão directamente ligadas às Forças Armadas Portuguesas e não só, pretende-se recolher opiniões junto de personalidades alheias à vivência militar, como magistrados, médicos,

professores entre outros. O rigor das suas respostas é fundamental para que os resultados do estudo nos forneçam informação fundamental e verdadeira. Desta forma solícito a V. Ex.^a que me conceda este inquérito que servirá de suporte para atingir os objectivos desta investigação.

Identificação

1- SEXO *

☐

Masculino

☐

Feminino

2 - IDADE *

Análise comparativa entre carreiras na Administração Pública e a sua evolução.

3- PROFISSÃO *

☐

Militar

☐

Médico

☐

Magistrado

☐

Docente Universitário

☐

Outra

4 - Está a par da evolução do vencimento da Função Pública nos últimos anos? *

☐

Sim

☐

Não

5 - Está a par da evolução do vencimento dos militares nos últimos anos? *

☐

Sim

☐

Não

6 - Está a par da evolução das carreiras da Função Pública nos últimos anos? *

☐ Sim

☐ Não

7 - Está a par da evolução da carreira militar nos últimos anos? *

☐ Sim

☐ Não

8 - Na sua opinião, os funcionários públicos estão satisfeitos com a sua progressão na carreira? Tendo em conta o congelamento da progressão automática, alterações de estrutura de carreiras e redimensionamento dos quadros de pessoal.

☐ Sim

☐ Não

9 - Na sua opinião seria mais fácil progredir nas carreiras da Função Pública há uns anos atrás?

☐ Sim

☐ Não

10 - Na sua opinião os militares estão satisfeitos com a sua progressão na carreira?

☐ Sim

☐ Não

11 - Onde obteve essa percepção?

☐ TV

☐ Imprensa escrita

☐ Outra

12- Na sua opinião seria mais fácil progredir na carreira militar há uns anos atrás?

☐ Sim

☐ Não

13- Qual das seguintes profissões acha que está melhor renumerada, tendo em conta a sua formação, função e responsabilidade? *

☐ Militar (Oficial)

☐ Docente Universitário (Professor associado)

☐ Médico (Director de Serviços)

☐ Magistrado (Juiz de Circulo)

14 - Qual das seguintes profissões acha que evolui mais rapidamente na carreira? *

☐ Militar (Coronel)

☐ Docente Universitário (Professor Associado)

☐ Médico (Chefe de Serviço)

☐ Magistrado (Juiz de Circulo)

15 - Concorda que dentro da Função Pública, funcionários com as mesmas habilitações Académicas, e postos equivalentes possam auferir diferentes vencimentos-base? *

☐ Sim

☐ Não

16 - Concorda que um coronel deveria auferir o mesmo que um médico, tendo em conta o grau académico, função e responsabilidade? *

- ☐ SIM, concordo
- ☐ NÃO concordo, deveria receber mais
- ☐ NÃO concordo, deveria receber menos

17 - Concorda que um coronel deveria auferir o mesmo que um docente universitário, tendo em conta o nível de habilitações literárias, função e responsabilidade? *

- ☐ SIM, concordo
- ☐ NÃO concordo, deveria receber mais
- ☐ NÃO concordo, deveria receber menos

18 - Concorda que um coronel deveria auferir o mesmo que um magistrado, tendo em conta o nível de habilitações literárias, função e responsabilidade? *

- ☐ SIM, concordo
- ☐ NÃO concordo, deveria receber mais
- ☐ NÃO concordo, deveria receber menos

19 - Concorda que um médico deveria auferir o mesmo que um magistrado, tendo em conta o nível de habilitações literárias, função e responsabilidade? *

- ☐ SIM, concordo
- ☐ NÃO concordo, deveria receber mais
- ☐ NÃO concordo, deveria receber menos

20 - Concorda que um médico deveria auferir o mesmo que um docente universitário, tendo em conta o grau académico, função e responsabilidade? *

- ☐ SIM, concordo
- ☐ NÃO concordo, deveria receber mais
- ☐ NÃO concordo, deveria receber menos

21 - Concorda que um magistrado deveria auferir o mesmo que um docente universitário, tendo em conta o nível de habilitações literárias, função e responsabilidade? *

- ☐ SIM, concordo
- ☐ NÃO concordo, deveria receber mais
- ☐ NÃO concordo, deveria receber menos

22 - Acha que os vencimentos dos militares têm evoluído paralelamente aos da Função Pública?

- ☐ Sim
- ☐ Não

23 - Quais as razões que indicaria para uma distinta evolução: *

- ☐ Motivos Políticos
- ☐ Actividade Sindical
- ☐ A afirmação das Profissões na sociedade
- ☐ Ordens Profissionais
- ☐ Outra

24 - Concorda que os militares portugueses deveriam auferir o mesmo que outros militares da União Europeia, tendo em conta o rendimento médio do País? *

☐ Sim

☐ Não

25 - Atribua no seu ponto de vista, maior ou menor importância em termos de estatuto e utilidade social para as seguintes profissões, em que o 1 é mais importante e o 4 menos importante. *

	1	2	3	4
Militar (Coronel)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Docente Universitário (Professor Associado)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Médico (Chefe de Serviço)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Magistrado (Juiz de Circulo)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

26 - Ordene as seguintes profissões quanto ao grau de especialização (Formação), em que o 4 corresponde à necessidade de maior especialização. *

	1	2	3	4
Militar (Coronel)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Docente Universitário (Professor Associado)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Médico (Chefe de Serviço)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Magistrado (Juiz de Circulo)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

27 - Classifique as seguintes profissões quanto à exigência na selecção da admissão em que o 1 corresponderá à profissão em que a exigência é maior. *

	1	2	3	4	5
Militar (Coronel)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Docente Universitário (Professor Associado)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Médico (Chefe de Serviço)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Magistrado (Juiz de Circulo)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Evolução comparada do poder de compra

28 - No seu ponto de vista os funcionários da Função Publica têm perdido poder de compra ao logo dos últimos anos? *

☐ Sim

☐ Não

29 - Na sua opinião os militares têm perdido poder de compra ao logo dos últimos anos? *

☐ Sim

☐ Não

30 - “Comparativamente a outros países da União Europeia, acha que os militares Portugueses em termos relativos recebem o mesmo?” *

☐ Sim

☐ Não

O meu muito obrigado pela sua colaboração,

João Carlos Batista Ouro

ASP ADMIL

APÊNDICE H

ENTREVISTA 1.1

QUAL O SEU NOME COMPLETO? Jorge Manuel Novo Palma

QUAL O SEU POSTO? CMG

QUAL A SUA ARMA OU SERVIÇO? Ramo Marinha

QUAL A FUNÇÃO QUE DESEMPENHA? Comandante da Esquadilha de escoltas oceânicos

HÁ QUANTO TEMPO DESEMPENHA ESSA PROFISSÃO? Desde 11 fev 2011. Observação: a condição militar não se esgota na profissão.

1- QUAL É NA SUA OPINIÃO A SITUAÇÃO ACTUAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS RELATIVAMENTE Á REMUNERAÇÃO DOS MILITARES NO ACTIVO, TENDO EM CONTA A FORMAÇÃO ACADÉMICA?

Considero que é uma situação complexa, cuja descrição, caracterização e comparação numa resposta simples, directa ou sintética à questão resultaria sempre numa formulação inexacta. A própria situação de cada militar, em relação a outros, é também muito diversa.

2- COMO TEM VISTO A EVOLUÇÃO SALARIAL DOS MILITARES APÓS 1975, É ALGO DO QUAL QUE ESTÁ A PAR?

Não estou a par da evolução concreta após 1975, entrei para a Escola Naval em 1978 e tomei conhecimento no passado de algumas análises parciais ao problema. Não tomei conhecimento que até à data tenha sido efectuada uma análise detalhada do assunto, como por exemplo conheço de relatórios do Governo inglês, que instituiu para todos os servidores públicos comissões independentes que elaboram todos os anos relatórios muito completos e detalhados e formulam recomendações ao Governo. Também neste âmbito a evolução tem sido diferenciada quando se consideram oficiais, sargentos ou praças e se compara a situação com algumas carreiras públicas de referência. O ponto principal que deve ser sublinhado é que tanto quanto conheço o assunto não foi objecto duma análise própria, tem-se limitado a evoluir por comparação com outras carreiras públicas, hoje esta, amanhã aquela, de forma casuística, sem estar integrada num planeamento integrado de edificação de capacidades, de estruturação institucional e de operação.

3- No SEU ENTENDER OS MILITARES APÓS 1975, TÊM VINDO A PERDER PODER DE COMPRA? PORQUÊ?

Não tenho dados que permitam fundamentar esta afirmação.

4- TEM IDEIA SE OS VENCIMENTOS DOS NOSSOS MILITARES ESTÃO EQUIPARADOS AO DE MILITARES DA UNIÃO EUROPEIA? ACHARIA JUSTO QUE HOUVESSE IGUALDADE?

Interpreto “militares da União Europeia” como “militares dos Estados da União Europeia”. Tenho ideia que não estão, mas mais uma vez considero que a questão não deve ser analisada de forma parcial, restrita a algumas dimensões. A igualdade seria injusta, pois as condições de vida em sociedade não são iguais, variam imenso. A questão remuneratória seria um das questões mais difíceis de resolver na instituição e edificação de Forças Armadas da União Europeia.

5- ACHA QUE ESTÃO EQUIPARADAS, A CARREIRA MILITAR E AS CARREIRAS DA FUNÇÃO PÚBLICA EM TERMOS LEGAIS?

Tenho opinião que não estão, pois tem-se verificado, em regra, que os desenvolvimentos legais de maior impacto têm lugar por arrastamento, ou seja verificam-se grandes alterações nos regimes das carreiras públicas, gerais e especiais, e posteriormente, em regra sob pressões de vária ordem, alteram-se as dos militares por comparações restritas, sem integração com os estatutos próprios. É importante no entanto referir que a carreira militar é em minha opinião uma carreira de função pública, não eventualmente da função pública, parece-me importante que num trabalho académico os conceitos sejam exactamente fixados, especialmente quando o trabalho se desenvolve sobre a análise de algumas entrevistas semi-dirigidas. Neste âmbito, releva que o conjunto “carreiras da função pública” é um mundo, cuja caracterização para servir de comparação com outra carreira, neste caso a militar, é impossível. Pelas razões aduzidas em respostas anteriores, que as remunerações dos militares das Forças Armadas (há outros militares) carecem dum estudo completo e aprofundado, resulta a resposta, não estão equiparadas por não ser possível comparar.

6- E QUANTO ÀS REMUNERAÇÕES, FAZENDO UMA EQUIPARAÇÃO ENTRE A CARREIRA MILITAR E AS CARREIRAS DA FUNÇÃO PÚBLICA COMO ACHA QUE EVOLUÍRAM?

Como já referi, considero que não é possível comparar a evolução entre a carreira militar e as carreiras da função pública (como já referi, existem múltiplas carreiras).

7- TERÃO OS MILITARES DE HOJE UMA MAIOR CAPACIDADE DE PROGRESSÃO NA CARREIRA MILITAR, QUE OS FUNCIONÁRIOS DA FUNÇÃO PÚBLICA? PORQUÊ?

Duma forma geral, sim. A razão é estatutária. Os militares estão inseridos numa organização que é hierárquica por definição. Neste âmbito existem padrões internacionais que têm vindo a ser duma forma geral respeitados e aplicados na maioria dos países. O n.º de postos ao longo da carreira não varia muito, o que varia mais neste âmbito são as durações das carreiras militares. Há países em que a carreira é mais curta, cerca de 25 a 30

anos, desenvolvendo os militares outras carreiras quando terminam a militar, entre os 40 e os 45 anos (caso de Israel, tanto quanto sei) e há países em que o militar preenche, em regra, a sua vida activa somente com a carreira militar, como é o caso do nosso país, em que a carreira pode chegar aos 40 anos e até mais anos.

8- NO SEU PONTO DE VISTA, SERIA JUSTO OS ELEMENTOS DAS FORÇAS ARMADAS AUFERIREM O MESMO MONTANTE QUE OS ELEMENTOS DA FUNÇÃO PÚBLICA, TENDO COMO BASE DE COMPARAÇÃO, PROFISSÕES COM O MESMO GRAU ACADÉMICO E RESPONSABILIDADES QUE A MESMA EXIGE?

Penso que não, pois o exercício das profissões não se restringe às exigências de grau académico e responsabilidades. E como a atrás referi, restringir o serviço militar à profissão militar não está correcto e o serviço militar é o exercício duma função pública.

APÊNDICE I

ENTREVISTA 1.2

QUAL O SEU NOME COMPLETO? Jorge António Oliveira da Silva Rocha

QUAL O SEU POSTO? Capitão-de-fragata

QUAL A SUA ARMA OU SERVIÇO? Serviço Especial - Informática

QUAL A FUNÇÃO QUE DESEMPENHA? Consultor Interno SAP - Logística

HÁ QUANTO TEMPO DESEMPENHA ESSA PROFISSÃO? Informática – 27 anos e Consultor SAP á10 Anos

1- QUAL É NA SUA OPINIÃO A SITUAÇÃO ACTUAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS RELATIVAMENTE Á REMUNERAÇÃO DOS MILITARES NO ACTIVO, TENDO EM CONTA A FORMAÇÃO ACADÉMICA?

Tendo somente em conta a formação académica (o que considero muito redutor) é minha opinião que estávamos bem pagos, no entanto há que ter em conta outros factores. Constatando no entanto que este valor tem vindo a ser reduzido substancialmente quer por via da perda de poder de compra (aumentos inferiores à inflação) quer por redução efectiva dos abonos recebidos o que nos deixa numa situação de desigualdade com os que não se encontram fora da “Função Pública”. Não esquecer igualmente que tal diferencial mais do que se justifica quer por via das horas dispendidas nesta profissão (serviços, missões, etc) quer sobretudo pelos direitos que nos são retirados.

2- COMO TEM VISTO A EVOLUÇÃO SALARIAL DOS MILITARES APÓS 1975, É ALGO DO QUAL QUE ESTÁ A PAR?

Sim, efectivamente é uma questão pertinente, a evolução tem sido substancialmente negativa, sobretudo a partir do momento em que perdemos a indexação a Juiz, igualmente não podemos esquecer que ao longo destes anos temos perdido regalias que, não fazendo directamente parte do salário eram, sem duvida reflectidas em termos de ganhos como sendo os transportes entre as unidades militares e as nossas zonas de habitação, o fornecimento de combustíveis mais baratos, acesso a cooperativas militares para compras de diversos artigos e electrodomésticos, e outras regalias.

3- No SEU ENTENDER OS MILITARES APÓS 1975, TÊM VINDO A PERDER PODER DE COMPRA? PORQUÊ?

Sim, pelos motivos referidos no ponto anterior.

4- TEM IDEIA SE OS VENCIMENTOS DOS NOSSOS MILITARES ESTÃO EQUIPARADOS AO DE MILITARES DA UNIÃO EUROPEIA? ACHARIA JUSTO QUE HOUVESSE IGUALDADE?

Sei que não estão e por experiência própria de participação em missões no estrangeiro com outros militares. A questão da Igualdade iria levar-nos por caminhos de grande troca de impressões mas não, efectivamente discordo dessa igualdade na medida em que a mesma não seria de execução prática a não ser que um dia exista uma forças Armadas verdadeiramente europeias e integradas fazendo assim todo o sentido que os militares a executar as mesmas funções recebam o mesmo vencimento, até lá temos de viver com a máxima de “que, cada país tem as forças armadas que merece” e aí a nossa dimensão e os problemas estruturais existentes no país levam a que a realidade seja como é a actual.

5- ACHA QUE ESTÃO EQUIPARADAS, A CARREIRA MILITAR E AS CARREIRAS DA FUNÇÃO PÚBLICA EM TERMOS LEGAIS?

Não acho que estejam equiparadas, nem acho que exista a necessidade de estarem, considero que a estrutura militar tem de evoluir dando aos militares capacidades militares seja na condução de homens ou de meios militares e deixar para o “mundo civil” todas as funções que possam ser executadas por civis.

6- E QUANTO ÀS REMUNERAÇÕES, FAZENDO UMA EQUIPARAÇÃO ENTRE A CARREIRA MILITAR E AS CARREIRAS DA FUNÇÃO PÚBLICA COMO ACHA QUE EVOLUÍRAM?

Como já referi anteriormente a questão da indexação, que foi perdida, piorou significativamente toda a situação.

7- TERÃO OS MILITARES DE HOJE UMA MAIOR CAPACIDADE DE PROGRESSÃO NA CARREIRA MILITAR, QUE OS FUNCIONÁRIOS DA FUNÇÃO PÚBLICA? PORQUÊ?

Sim, até hoje é uma verdade, pois no momento em que as nossas promoções militares passem a estar sujeitas a aprovação financeira prévia (como a dos civis) que as condicionem, estaremos muito possivelmente na mesma situação. Para além desta questão é obvio que fixação de nºde anos de serviço em cada posto é também “persi”, determinante para o andamento destas promoções.

8- NO SEU PONTO DE VISTA, SERIA JUSTO OS ELEMENTOS DAS FORÇAS ARMADAS AUFERIREM O MESMO MONTANTE QUE OS ELEMENTOS DA FUNÇÃO PÚBLICA, TENDO COMO BASE DE COMPARAÇÃO, PROFISSÕES COM O MESMO GRAU ACADÉMICO E RESPONSABILIDADES QUE A MESMA EXIGE?

Sim, considerando no entanto, e como já referi anteriormente, que tal situação não deve ocorrer, um Militar por definição deverá possuir sempre algo que o leve para além de uma função civil, não sendo assim comparáveis.

APÊNDICE J

ENTREVISTA 1.3

QUAL O SEU NOME COMPLETO? Albano de Sousa Covas

QUAL O SEU POSTO? Major

QUAL A SUA ARMA OU SERVIÇO? Serviço Geral do exército

QUAL A FUNÇÃO QUE DESEMPENHA? Chefe da secção de abonos e descontos da ra/dsp

HÁ QUANTO TEMPO DESEMPENHA ESSA PROFISSÃO? Levando em linha de conta o tempo prestado na chat, desempenhei a função de chefe da repartição de vencimentos e agora a de chefe da sad/ra/dsp desde Março de 1998.

1- QUAL É NA SUA opinião A SITUAÇÃO ACTUAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS RELATIVAMENTE Á REMUNERAÇÃO DOS MILITARES NO ACTIVO, TENDO EM CONTA A FORMAÇÃO ACADÉMICA?

Tendo em atenção que as FA estão estruturadas de forma hierárquica a actual situação remuneratória é a que adequada, com um ligeiro senão, como é uma estrutura vincadamente hierárquica nenhum militar menos graduado deveria auferir remuneração superior que o mais graduado.

Dando como exemplo, um sargento-mor não deveria auferir remuneração superior a alferes.

2- COMO TEM VISTO A EVOLUÇÃO SALARIAL DOS MILITARES APÓS 1975, É ALGO DO QUAL QUE ESTÁ A PAR?

Após alguns ganhos salariais tem-se verificado que os salários dos militares se têm vindo a degradar desde 1989 por comparação com outras categorias profissionais que, em termos remuneratórios estavam em pé de igualdade ou que ganhavam sensivelmente menos que os militares.

3- NO SEU ENTENDER OS MILITARES APÓS 1975, TÊM VINDO A PERDER PODER DE COMPRA? PORQUÊ?

Por falta de poder reivindicativo (os militares não têm sindicatos).

4-TEM IDEIA SE OS VENCIMENTOS DOS NOSSOS MILITARES ESTÃO EQUIPARADOS AO DE MILITARES DA UNIÃO EUROPEIA? ACHARIA JUSTO QUE HOUVESSE IGUALDADE?

Os vencimentos dos militares portugueses são de longe diferentes, para menos, dos pares da união europeia, isto é, o salário de um coronel português é inferior ao de um coronel espanhol.

5- ACHA QUE ESTÃO EQUIPARADAS, A CARREIRA MILITAR E AS CARREIRAS DA FUNÇÃO PÚBLICA EM TERMOS LEGAIS?

A carreira militar não pode estar em pé de igualdade com as demais da administração pública. É nesta vertente que assenta a condição de militar.

6- E QUANTO ÀS REMUNERAÇÕES, FAZENDO UMA EQUIPARAÇÃO ENTRE A CARREIRA MILITAR E AS CARREIRAS DA FUNÇÃO PÚBLICA COMO ACHA QUE EVOLUÍRAM?

A carreira militar, apesar de alguma melhoria em termos remuneratórias pode dizer-se que estagnou em relação a algumas carreiras da administração pública, nomeadamente juízes, médicos, professores.

7-TERÃO OS MILITARES DE HOJE UMA MAIOR CAPACIDADE DE PROGRESSÃO NA CARREIRA MILITAR, QUE OS FUNCIONÁRIOS DA FUNÇÃO PÚBLICA? PORQUÊ?

A progressão dos militares assenta nas vertentes de escolha, onde está associado o mérito e tempo de permanência no posto. Não é comparável com as demais carreiras da administração pública que carecem de concurso público para progredirem.

8- NO SEU PONTO DE VISTA, SERIA JUSTO OS ELEMENTOS DAS FORÇAS ARMADAS AUFERIREM O MESMO MONTANTE QUE OS ELEMENTOS DA FUNÇÃO PÚBLICA, TENDO COMO BASE DE COMPARAÇÃO, PROFISSÕES COM O MESMO GRAU ACADÉMICO E RESPONSABILIDADES QUE A MESMA EXIGE?

Uma vez que não é possível comparar a carreira militar com as demais não se pode aquilatar da justeza da medida.

APÊNDICE L

ENTREVISTA 1.4

QUAL O SEU NOME COMPLETO? Paulo Sérgio Alves Vera-Cruz Pinto

QUAL O SEU POSTO? 1 Ten MED

QUAL A SUA ARMA OU SERVIÇO? Marinha

QUAL A FUNÇÃO QUE DESEMPENHA? Médico

HÁ QUANTO TEMPO DESEMPENHA ESSA PROFISSÃO? 17anos

1- QUAL É NA SUA OPINIÃO A SITUAÇÃO ACTUAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS RELATIVAMENTE À REMUNERAÇÃO DOS MILITARES NO ACTIVO, TENDO EM CONTA A FORMAÇÃO ACADÉMICA?

Inferior à graduação académica, funções e responsabilidade exigida.

2- COMO TEM VISTO A EVOLUÇÃO SALARIAL DOS MILITARES APÓS 1975, É ALGO DO QUAL QUE ESTÁ A PAR?

Evolução mais lenta e subvalorizada em relação aos regimes especiais da função pública.

3- No SEU ENTENDER OS MILITARES APÓS 1975, TÊM VINDO A PERDER PODER DE COMPRA? PORQUÊ?

Sim. porque a evolução salarial não tem acompanhado a dos outros corpos especiais da função pública por exemplo no que diz respeito aos magistrados.

4- TEM IDEIA SE OS VENCIMENTOS DOS NOSSOS MILITARES ESTÃO EQUIPARADOS AO DE MILITARES DA UNIÃO EUROPEIA?

Acharia justo que houvesse igualdade? Não são equiparados. Não concordo que sejam equiparados aos dos militares dos outros países pois isso exige a equiparação de todos os vencimentos, de toda a sociedade. isso não é possível no nosso país.

5- ACHA QUE ESTÃO EQUIPARADAS, A CARREIRA MILITAR E AS CARREIRAS DA FUNÇÃO PÚBLICA EM TERMOS LEGAIS?

Não

6- E QUANTO ÀS REMUNERAÇÕES, FAZENDO UMA EQUIPARAÇÃO ENTRE A CARREIRA MILITAR E AS CARREIRAS DA FUNÇÃO PÚBLICA COMO ACHA QUE EVOLUÍRAM?

A evolução dos militares tem sido mais lenta e menos robusta.

7- TERÃO OS MILITARES DE HOJE UMA MAIOR CAPACIDADE DE PROGRESSÃO NA CARREIRA MILITAR, QUE OS FUNCIONÁRIOS DA FUNÇÃO PÚBLICA? PORQUÊ?

Não, mas pelo menos têm uma carreira. Muitos funcionários públicos não têm carreira.

8- NO SEU PONTO DE VISTA, SERIA JUSTO OS ELEMENTOS DAS FORÇAS ARMADAS AUFERIREM O MESMO MONTANTE QUE OS ELEMENTOS DA FUNÇÃO PÚBLICA, TENDO COMO BASE DE COMPARAÇÃO, PROFISSÕES COM O MESMO GRAU ACADÊMICO E RESPONSABILIDADES QUE A MESMA EXIGE?

Depende de que carreira da função pública. as limitações que a sociedade impõe aos militares, o que exige principalmente em situações de crise, a expectativa que deposita e o juramento que não pede a mais nenhum funcionário público (“dar a vida pela pátria...”) deve ter uma correspondência económica ou de regalias (palavra poticamente incorrecta aos dias de hoje).

APÊNDICE M

ENTREVISTA 1.5

QUAL O SEU NOME COMPLETO? Elsa Maria Nobre da Silva Fontainha

QUAL A SUA PROFISSÃO? Professora Universitária (Universidade Pública)

QUAL A FUNÇÃO QUE DESEMPENHA? Professora Auxiliar (com nomeação definitiva; em dedicação exclusiva)

1- QUAL É NA SUA OPINIÃO A SITUAÇÃO ACTUAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS RELATIVAMENTE À REMUNERAÇÃO DOS MILITARES NO ACTIVO, TENDO EM CONTA A FORMAÇÃO ACADÉMICA?

É difícil formar opinião pois conheço pouco a situação. Contudo creio que tal como no sector público civil a remuneração será inferior em termos relativos quando comparada com a remuneração no sector privado (em particular ao nível de quadros).

2- COMO TEM VISTO A EVOLUÇÃO SALARIAL DOS MILITARES APÓS 1975, É ALGO DO QUAL QUE ESTÁ A PAR?

Não estou a par. Não tenho familiares na família ou círculo de amigos mais próximos.

3- No SEU ENTENDER OS MILITARES APÓS 1975, TÊM VINDO A PERDER PODER DE COMPRA? PORQUÊ?

Creio que de forma similar aos restantes funcionários público devem ter perdido poder de compra. Carreiras e salários congelados e recente corte de vencimentos são as principais razões.

4- TEM IDEIA SE OS VENCIMENTOS DOS NOSSOS MILITARES ESTÃO EQUIPARADOS AO DE MILITARES DA UNIÃO EUROPEIA? ACHARIA JUSTO QUE HOUVESSE IGUALDADE?

Os níveis deverão ter em conta os níveis de vida nos diversos países. Portanto uma equiparação absoluta poderia não ser uma situação de equilíbrio.

5- ACHA QUE ESTÃO EQUIPARADAS, A CARREIRA MILITAR E AS CARREIRAS DA FUNÇÃO PÚBLICA EM TERMOS LEGAIS?

Sei que possuem carreiras distintas mas desconheço as equivalências (que certamente existem).

6- E QUANTO ÀS REMUNERAÇÕES, FAZENDO UMA EQUIPARAÇÃO ENTRE A CARREIRA MILITAR E AS CARREIRAS DA FUNÇÃO PÚBLICA COMO ACHA QUE EVOLUÍRAM?

Devem ter evoluído de forma idêntica.

7- TERÃO OS MILITARES DE HOJE UMA MAIOR CAPACIDADE DE PROGRESSÃO NA CARREIRA MILITAR, QUE OS FUNCIONÁRIOS DA FUNÇÃO PÚBLICA? PORQUÊ?

Desconheço os factos. Contudo penso que existirá uma tendência para redução dos quadros militares o que não contribui para o aumento de progressão na carreira.

8- NO SEU PONTO DE VISTA, SERIA JUSTO OS ELEMENTOS DAS FORÇAS ARMADAS AUFERIREM O MESMO MONTANTE QUE OS ELEMENTOS DA FUNÇÃO PÚBLICA, TENDO COMO BASE DE COMPARAÇÃO, PROFISSÕES COM O MESMO GRAU ACADÉMICO E RESPONSABILIDADES QUE A MESMA EXIGE?

Sim certamente. Contudo, existe um factor adicional (em particular o risco em missões em teatros de guerra/conflito) que devem ser devidamente compensadas.

APÊNDICE N

ENTREVISTA 1.6

QUAL O SEU NOME COMPLETO? Ana Maria Correia Ferreira

QUAL A SUA PROFISSÃO? Professora de geografia do 3º CEB/Secundário (desde Setembro 1998)

QUAL A FUNÇÃO QUE DESEMPENHA? Função actual: Vereadora na Câmara Municipal de Azambuja (com os pelouros da Educação, Fundos Comunitários e Reabilitação Urbana, desde Novembro 2009).

1- QUAL É NA SUA OPINIÃO A SITUAÇÃO ACTUAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS RELATIVAMENTE À REMUNERAÇÃO DOS MILITARES NO ACTIVO, TENDO EM CONTA A FORMAÇÃO ACADÉMICA?

Não tenho conhecimento dos valores relativos à remuneração dos militares.

2- COMO TEM VISTO A EVOLUÇÃO SALARIAL DOS MILITARES APÓS 1975, É ALGO DO QUAL QUE ESTÁ A PAR?

Não tenho acompanhado essa evolução.

3- NO SEU ENTENDER OS MILITARES APÓS 1975, TÊM VINDO A PERDER PODER DE COMPRA? PORQUÊ?

Penso que, à semelhança de outras classes/categorias profissionais, a perda de poder de compra se deva ter acentuado mais nos últimos anos.

4- TEM IDEIA SE OS VENCIMENTOS DOS NOSSOS MILITARES ESTÃO EQUIPARADOS AO DE MILITARES DA UNIÃO EUROPEIA? ACHARIA JUSTO QUE HOUVESSE IGUALDADE?

Não tenho conhecimento sobre os vencimentos dos militares da UE. No entanto, imagino que, à semelhança do que acontece com outros profissionais, os vencimentos dos militares portugueses sejam inferiores. Naturalmente, que seria muito justa a igualdade de valores, uma vez tratarem-se de actividades profissionais que não deverão divergir muito em matéria de exigência, desempenho, missões, etc.

5- ACHA QUE ESTÃO EQUIPARADAS, A CARREIRA MILITAR E AS CARREIRAS DA FUNÇÃO PÚBLICA EM TERMOS LEGAIS?

Não tenho conhecimento sobre a matéria que me permita emitir uma opinião fundamentada.

6- E QUANTO ÀS REMUNERAÇÕES, FAZENDO UMA EQUIPARAÇÃO ENTRE A CARREIRA MILITAR E AS CARREIRAS DA FUNÇÃO PÚBLICA COMO ACHA QUE EVOLUÍRAM?

A mesma situação da pergunta anterior.

7- TERÃO OS MILITARES DE HOJE UMA MAIOR CAPACIDADE DE PROGRESSÃO NA CARREIRA MILITAR, QUE OS FUNCIONÁRIOS DA FUNÇÃO PÚBLICA? PORQUÊ?

Embora não tenha conhecimento sobre a progressão na carreira militar, imagino que, no contexto actual, as dificuldades não sejam muito diferentes das que enfrentam os trabalhadores da função pública.

8- NO SEU PONTO DE VISTA, SERIA JUSTO OS ELEMENTOS DAS FORÇAS ARMADAS AUFERIREM O MESMO MONTANTE QUE OS ELEMENTOS DA FUNÇÃO PÚBLICA, TENDO COMO BASE DE COMPARAÇÃO, PROFISSÕES COM O MESMO GRAU ACADÉMICO E RESPONSABILIDADES QUE A MESMA EXIGE?

A justiça aplicada a questões de remuneração é assunto de elevada subjectividade e dependente de um conjunto de condições, factores e circunstâncias que não permitem uma resposta objectiva e conclusiva. Por certo, existem profissões/cargos, no seio da função pública, que exigindo habilitações académicas idênticas a determinados cargos das Forças Armadas, implicam uma menor responsabilidade e, nessa medida, naturalmente não deveriam ser igualmente remuneradas, mas o contrário também acontece.

APÊNDICE O

SINOPSES DAS ENTREVISTAS

O.1 ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO 1

No quadro O.1 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º1 – Qual é na sua opinião a situação actual das Forças Armadas Portuguesas relativamente á remuneração dos militares no activo, tendo em conta a formação académica?

Quadro O.1: Análise de resultados da questão 1.

Entrevistado	Argumentação
Capitão Mar e Guerra Novo Palma	“Considero que é uma situação complexa, cuja descrição, caracterização e comparação numa resposta simples, directa ou sintética à questão resultaria sempre numa formulação inexacta”
Capitão-de-fragata Silva Rocha	“Tendo somente em conta a formação académica (o que considero muito redutor) é minha opinião que estávamos bem pagos (..)no entanto há que ter em conta outros factores.(...) constatando no entanto que este valor tem vindo a ser reduzido substancialmente quer por via da perda de poder de compra (aumentos inferiores à inflação) quer por redução efectiva dos abonos recebidos o que nos deixa numa situação de desigualdade com os que não se encontram fora da “Função Pública”. Não esquecer igualmente que tal diferencial mais do que se justifica quer por via das horas dispendidas nesta profissão (serviços, missões, etc.) quer sobretudo pelos direitos que nos são retirados.”
Major Covas	“ (...) a actual situação remuneratória é a que adequada, com um ligeiro senão, como é uma estrutura vincadamente hierárquica nenhum militar menos graduado deveria auferir remuneração superior que o mais graduado”
1º Tenente Vera Cruz	“Inferior à graduação académica, funções e responsabilidade exigida”
Dr.ª Elsa Fontainha	“ (...) creio que tal como no sector público civil a remuneração será inferior em termos relativos quando comparada com a remuneração no sector privado (em particular ao nível de quadros)”
Dr.ª Ana Ferreira	“Não tenho conhecimento dos valores relativos à remuneração dos militares”

O.2 ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO 2

No quadro O.2 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º2 - Como tem visto a evolução salarial dos militares após 1975, é algo do qual que está a par?

Quadro O.2: Análise de resultados da questão 2.

Entrevistado	Argumentação
Capitão Mar e Guerra Novo Palma	“(…) conheço de relatórios do Governo inglês, que instituiu para todos os servidores públicos comissões independentes que elaboram todos os anos relatórios muito completos e detalhados e formulam recomendações ao Governo (...) tem-se limitado a evoluir por comparação com outras carreiras públicas, hoje esta, amanhã aquela, de forma casuística, sem estar integrada num planeamento integrado de edificação de capacidades, de estruturação institucional e de operação”
Capitão-de-fragata Silva Rocha	“Sim (...) a evolução tem sido substancialmente negativa, sobretudo a partir do momento em que perdemos a indexação a Juiz”
Major Covas	“(…) os salários dos militares se têm vindo a degradar desde 1989 por comparação com outras categorias profissionais que, em termos remuneratórios estavam em pé de igualdade ou que ganhavam sensivelmente menos que os militares”
1º Tenente Vera Cruz	“Evolução mais lenta e subvalorizada em relação aos regimes especiais da função pública”
Dr.ª Elsa Fontainha	“Não estou a par. Não tenho familiares na família ou círculo de amigos mais próximos”
Dr.ª Ana Ferreira	“Não tenho acompanhado essa evolução”

O.3 ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO 3

No quadro O.3 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º3 - No seu entender os militares após 1975, têm vindo a perder poder de compra? Porquê?

Quadro O.3: Análise de resultados da questão 3.

Entrevistado	Argumentação
Capitão Mar e Guerra Novo Palma	“Não tenho dados que permitam fundamentar esta afirmação”
Capitão-de-fragata Silva Rocha	“Sim, motivos referidos no ponto anterior”

Major Covas	“Por falta de poder reivindicativo (os militares não têm sindicatos)”
1º Tenente Vera Cruz	“Sim (...) evolução salarial não tem acompanhado a dos outros corpos especiais da função pública”
Dr.ª Elsa Fontainha	“ (...) de forma similar aos restantes funcionários público devem ter perdido poder de compra. Carreiras e salários congelados e recente corte de vencimentos são as principais razões”
Dr.ª Ana Ferreira	“Penso que, à semelhança de outras classes/categorias profissionais, a perda de poder de compra se deva ter acentuado mais nos últimos anos”

O.4 ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO 4

No quadro O.4 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º4 - Tem ideia se os vencimentos dos nossos militares estão equiparados ao de militares da União Europeia? Acharia justo que houvesse igualdade?

Quadro O.4: Análise de resultados da questão 4.

Entrevistado	Argumentação
Capitão Mar e Guerra Novo Palma	“ (...) tenho ideia que não estão (...)A igualdade seria injusta, pois as condições de vida em sociedade não são iguais, variam imenso. A questão remuneratória seria um das questões mais difíceis de resolver na instituição e edificação de Forças Armadas da União Europeia”
Capitão-de-fragata Silva Rocha	“Sei que não estão (...) discordo dessa igualdade na medida em que a mesma não seria de execução prática a não ser que um dia exista uma forças Armadas verdadeiramente europeias”
Major Covas	“De longe diferentes, para menos, dos pares da união europeia”
1º Tenente Vera Cruz	“Não são equiparados. Não concordo que sejam equiparados aos dos militares dos outros países pois isso exige a equiparação de todos os vencimentos, de toda a sociedade”
Dr.ª Elsa Fontainha	“Os níveis deverão ter em conta os níveis de vida nos diversos países. Portanto uma equiparação absoluta poderia não ser uma situação de equilíbrio”
Dr.ª Ana Ferreira	“Não tenho conhecimento (...) seria muito justa a igualdade de valores”

O.5 ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO 5

No quadro O.5 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º5 – Acha que estão equiparadas, a carreira militar e as carreiras da função pública em termos legais?

Quadro O.5: Análise de resultados da questão 5.

Entrevistado	Argumentação
Capitão Mar e Guerra Novo Palma	“Tenho opinião que não estão (...) verificam-se grandes alterações nos regimes das carreiras públicas, gerais e especiais, e posteriormente, em regra sob pressões de vária ordem, alteram-se as dos militares por comparações restritas”
Capitão-de-fragata Silva Rocha	“Não acho que estejam equiparadas, acho que exista a necessidade de estarem”
Major Covas	“A carreira militar não pode estar em pé de igualdade com as demais da administração pública. É nesta vertente que assenta a condição de militar”
1º Tenente Vera Cruz	“Não”
Dr.ª Elsa Fontainha	“Sei que possuem carreiras distintas mas desconheço as equivalências”
Dr.ª Ana Ferreira	“Não tenho conhecimento”

O.6 ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO 6

No quadro O.6 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º6 - E quanto às remunerações, fazendo uma equiparação entre a carreira militar e as carreiras da função pública como acha que evoluíram?

Quadro O.6: Análise de resultados da questão 6.

Entrevistado	Argumentação
Capitão Mar e Guerra Novo Palma	“ (...) considero que não é possível comparar a evolução entre a carreira militar (...) e as carreiras da função pública”
Capitão-de-fragata Silva Rocha	“ (...) a questão da indexação, que foi perdida, piorou significativamente toda a situação”
Major Covas	“A carreira militar (...) dizer-se que estagnou em relação a algumas carreiras da administração pública, nomeadamente juizes, médicos, professores”
1º Tenente Vera Cruz	“A evolução dos militares tem sido mais lenta e menos robusta”
Dr.ª Elsa Fontainha	“ (...) devem ter evoluído de forma idêntica”
Dr.ª Ana Ferreira	“ (...) a mesma situação da pergunta anterior”

O.7 ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO 7

No quadro O.7 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º4 - Terão os militares de hoje uma maior capacidade de progressão na carreira militar, que os Funcionários da Função Pública? Porquê?

Quadro O.7: Análise de resultados da questão 7.

Entrevistado	Argumentação
Capitão Mar e Guerra Novo Palma	“(…) sim. Os militares estão inseridos numa organização que é hierárquica por definição (…) Neste âmbito existem padrões internacionais que têm vindo a ser duma forma geral respeitados e aplicados na maioria dos países”
Capitão-de-fragata Silva Rocha	“Sim, (…) pois no momento em que as nossas promoções militares passem a estar sujeitas a aprovação financeira prévia (como a dos civis) que as condicionem, estaremos muito possivelmente na mesma situação. (…) fixação de nº de anos de serviço em cada posto é também “persi”, determinante para o andamento destas promoções”
Major Covas	“A progressão dos militares assenta (…) o mérito e tempo de permanência no posto. Não é comparável com as demais carreiras da administração pública (…)”
1º Tenente Vera Cruz	“Não, mas pelo menos têm uma carreira. Muitos funcionários públicos não têm carreira”
Dr.ª Elsa Fontainha	“(…) penso que existirá uma tendência para redução dos quadros militares o que não contribui para o aumento de progressão na carreira”
Dr.ª Ana Ferreira	“(…)as dificuldades não sejam muito diferentes das que enfrentam os trabalhadores da função pública”

O.8 ANÁLISE DE RESULTADOS DA QUESTÃO 8

No quadro O.8 apresenta-se a análise de conteúdo à questão n.º8 - No seu ponto de vista, seria justo os elementos das forças armadas auferirem o mesmo montante que os elementos da Função Pública, tendo como base de comparação, profissões com o mesmo grau académico e responsabilidades que a mesma exige?

Quadro O.8: Análise de resultados da questão 8.

Entrevistado	Argumentação
Capitão Mar e Guerra Novo Palma	“Penso que não, pois o exercício das profissões não se restringe às exigências de grau académico e responsabilidades”
Capitão-de-fragata Silva Rocha	“Sim (...)um Militar por definição deverá possuir sempre algo que o leve para além de uma função civil, não sendo assim comparáveis”
Major Covas	“Uma vez que não é possível comparar a carreira militar com as demais não se pode aquilatar da justeza da medida”
1º Tenente Vera Cruz	“Depende de que carreira da função pública (...) o juramento que não pede a mais nenhum funcionário público (“dar a vida pela pátria...”) deve ter uma correspondência económica ou de regalias”
Dr.ª Elsa Fontainha	“Sim certamente. Contudo, existe um factor adicional (em particular o risco em missões em teatros de guerra/conflito) que devem ser devidamente compensadas”
Dr.ª Ana Ferreira	“ (...) por certo, existem profissões/cargos, no seio da função pública, que exigindo habilitações académicas idênticas a determinados cargos das Forças Armadas, implicam uma menor responsabilidade e, nessa medida, naturalmente não deveriam ser igualmente remuneradas, mas o contrário também acontece”

APÊNDICE P

EVOLUÇÃO DOS VENCIMENTOS

P.1 EVOLUÇÃO DOS VENCIMENTOS

Tabela P.1. Evolução dos vencimentos base (brutos) de 1979 a 2011 (Em Euros)

	Coronel	Professor Associado	Juiz Círculo	Chefe de Serviços
1979	113,23	112,23	124,70	112,23
1980	159,62	172,09	181,56	148,64
1981	184,06	198,02	209,00	184,06
1982	204,01	219,97	232,44	197,03
1983	238,92	257,38	339,18	238,92
1984	277,33	298,78	393,55	277,33
1985	336,19	364,12	447,42	336,19
1986	391,56	423,98	521,24	391,56
1987	436,95	474,36	581,60	436,95
1988	634,47	676,62	897,84	612,52
1989	859,93	892,85	1.939,33	827,51
1990	1.368,70	2.004,67	2.172,76	1157,21
1991	1.555,25	2.276,01	2.910,49	1550,26
1992	1.689,43	2.458,08	3.597,33	1915,38
1993	1.763,75	2.581,28	3.776,90	2011,15
1994	1.816,12	2.658,09	3.889,63	2071,51
1995	1.907,90	2.792,27	4.086,15	2175,76
1996	1.988,71	2.910,98	4.259,73	2268,53
1997	2.048,56	3.117,99	4.387,43	2336,37
1998	2.104,93	3.402,30	4.508,14	2400,71
1999	2.168,27	3.852,71	4.640,82	3019,22
2000	2.168,27	3.957,71	4.759,53	3183,83
2001	2.545,62	4.104,11	4.936,10	3304,04
2002	2.615,64	4.217,23	5.071,35	3394,67
2003	2.615,64	4.217,23	5.071,35	3394,67
2004	2.615,64	4.217,23	5.071,35	3394,67
2005	2.673,16	4.309,99	5.182,91	3469,35
2006	2.713,25	4.374,63	5.260,66	3521,42
2007	2.753,96	4.440,24	5.339,58	3574,24
2008	2.811,81	4.533,49	5.451,70	3649,29
2009	2.893,37	4.664,96	5.609,80	3755,12
2010	2.900,72	4.664,96	5.609,80	3755,12
2011	2.900,72	4.664,96	5.609,80	3755,12

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas tabelas salariais publicadas nos decretos-lei referidos na bibliografia

P.2 EVOLUÇÃO DA TAXA DE INFLAÇÃO E DA TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO VENCIMENTO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS ESTUDADAS

Tabela P2: Evolução Taxa Crescimento nominal dos vencimentos das categorias profissionais estudadas.

	Coronel	Cadetratico	Juíz Circulo	Director Serviços
1979				
1980	40,97	53,33	45,60	32,44
1981	15,31	15,07	15,11	23,83
1982	10,84	11,08	11,22	7,05
1983	17,11	17,01	45,92	21,27
1984	16,08	16,09	16,03	16,08
1985	21,22	21,87	13,69	21,22
1986	16,47	16,44	16,50	16,47
1987	11,59	11,88	11,58	11,59
1988	45,21	42,64	54,37	40,18
1989	35,53	31,96	116,00	35,10
1990	59,16	124,53	12,04	39,84
1991	13,63	13,54	33,95	33,97
1992	8,63	8,00	23,60	23,55
1993	4,40	5,01	4,99	5,00
1994	2,97	2,98	2,98	3,00
1995	5,05	5,05	5,05	5,03
1996	4,24	4,25	4,25	4,26
1997	3,01	7,11	3,00	2,99
1998	2,75	9,12	2,75	2,75
1999	3,01	13,24	2,94	25,76
2000	0,00	2,73	2,56	5,45
2001	17,40	3,70	3,71	3,78
2002	2,75	2,76	2,74	2,74
2003	0,00	0,00	0,00	0,00
2004	0,00	0,00	0,00	0,00
2005	2,20	2,20	2,20	2,20
2006	1,50	1,50	1,50	1,50
2007	1,50	1,50	1,50	1,50
2008	2,10	2,10	2,10	2,10
2009	2,90	2,90	2,90	2,90
2010	0,25	0,00	0,00	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas tabelas salariais publicadas nos decretos-lei referidos na bibliografia.

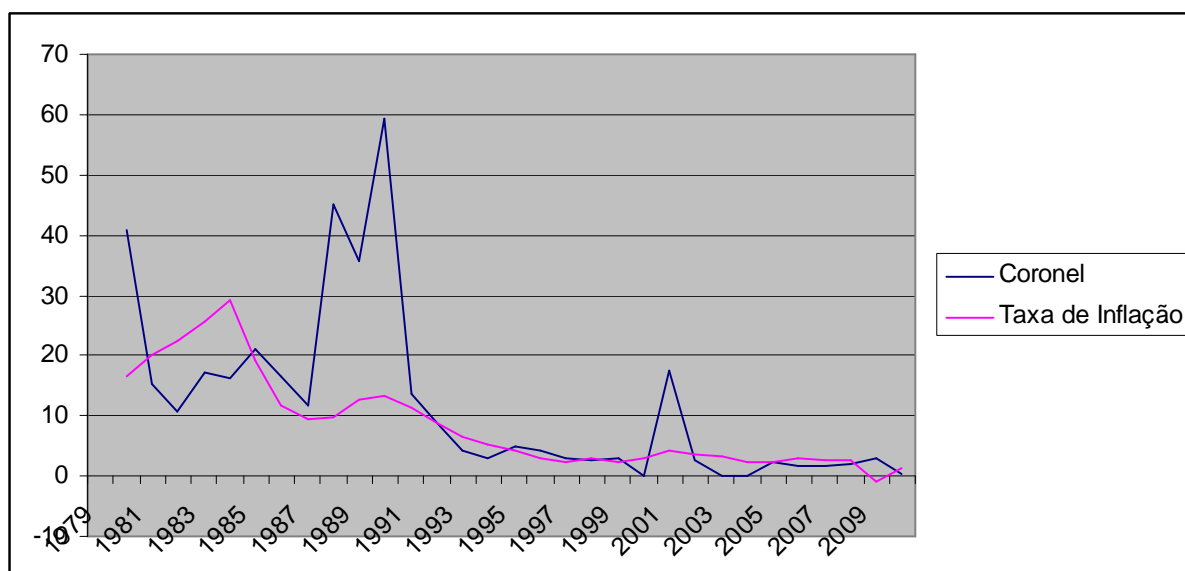


Gráfico P.1 – Evolução da Taxa de Inflação e da taxa de crescimento médio do salário de coronel.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na tabela P2.

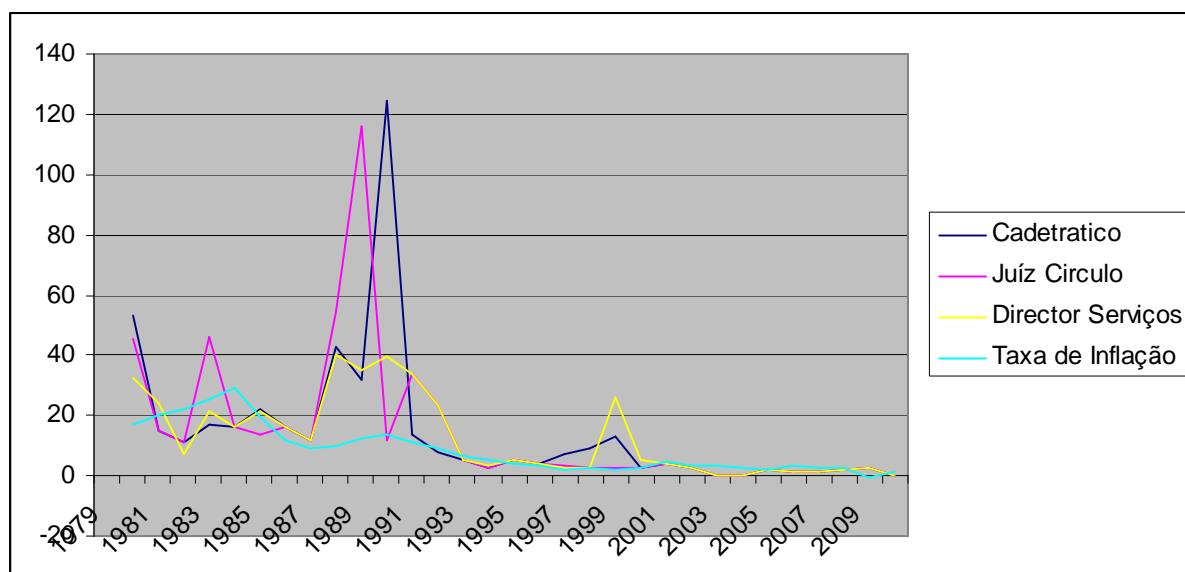


Gráfico P.2 – Evolução da Taxa de Inflação e da taxa de crescimento médio do salário do professor associado, juiz de círculo e chefe de serviço.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na tabela P2.

P.3 EVOLUÇÃO TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL REAL DOS VENCIMENTO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS ESTUDADAS

Tabela P3: Evolução dos vencimentos de forma deflacionados em termos reais.

	Coronel	Professor Associado	Juiz de Círculo	Chefe de Serviço
1979	0	0	0	0
1980	20,89672	31,50372	24,87136	13,58872
1981	-3,90625	-4,10628	-4,07509	3,187919
1982	-9,44436	-9,24581	-9,13629	-12,5441
1983	-6,68134	-6,76749	16,27311	-3,37385
1984	-10,228	-10,2202	-10,2634	-10,228
1985	1,611921	2,154051	-4,70393	1,611921
1986	4,269331	4,242038	4,296726	4,269331
1987	2,003982	2,269061	1,991725	2,003982
1988	32,36598	30,02673	40,72373	27,78728
1989	20,3682	17,19116	91,82948	19,98021
1990	40,35691	97,99395	-1,20191	23,31859
1991	2,00156	1,91715	20,24521	20,2563
1992	-0,25039	-0,82725	13,49768	13,45466
1993	-1,97261	-1,39702	-1,41626	-1,40845
1994	-2,12029	-2,11422	-2,10582	-2,09031
1995	0,916001	0,91052	0,91506	0,89578
1996	1,101158	1,116895	1,113528	1,129097
1997	0,79235	4,805318	0,780487	0,773313
1998	-0,04728	6,146441	-0,04742	-0,04469
1999	0,693528	10,6926	0,62867	22,93603
2000	-2,81827	-0,1698	-0,33231	2,479924
2001	12,45501	-0,67142	-0,66109	-0,59803
2002	-0,81988	-0,8144	-0,8301	-0,82713
2003	-3,19458	-3,19458	-3,19458	-3,19458
2004	-2,34375	-2,34375	-2,34375	-2,34375
2005	-0,09865	-0,09819	-0,09794	-0,09783
2006	-1,55216	-1,55211	-1,55177	-1,55106
2007	-0,97521	-0,97582	-0,97542	-0,97565
2008	-0,48673	-0,48722	-0,48753	-0,48758
2009	3,730466	3,729812	3,729852	3,729855
2010	-1,13015	-1,38067	-1,38067	-1,38067

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com as tabelas salariais dos decretos-lei mencionados na bibliografia.

Tabela P4: Evolução da Taxa da Variação Anual Real

	Coronel	Professor Associado	Juiz de Círculo	Chefe de Serviço
1979	0	0	0	0
1980	20,89672	31,50372	24,87136	13,58872
1981	-3,90625	-4,10628	-4,07509	3,187919
1982	-9,44436	-9,24581	-9,13629	-12,5441
1983	-6,68134	-6,76749	16,27311	-3,37385
1984	-10,228	-10,2202	-10,2634	-10,228
1985	1,611921	2,154051	-4,70393	1,611921
1986	4,269331	4,242038	4,296726	4,269331
1987	2,003982	2,269061	1,991725	2,003982
1988	32,36598	30,02673	40,72373	27,78728
1989	20,3682	17,19116	91,82948	19,98021
1990	40,35691	97,99395	-1,20191	23,31859
1991	2,00156	1,91715	20,24521	20,2563
1992	-0,25039	-0,82725	13,49768	13,45466
1993	-1,97261	-1,39702	-1,41626	-1,40845
1994	-2,12029	-2,11422	-2,10582	-2,09031
1995	0,916001	0,91052	0,91506	0,89578
1996	1,101158	1,116895	1,113528	1,129097
1997	0,79235	4,805318	0,780487	0,773313
1998	-0,04728	6,146441	-0,04742	-0,04469
1999	0,693528	10,6926	0,62867	22,93603
2000	-2,81827	-0,1698	-0,33231	2,479924
2001	12,45501	-0,67142	-0,66109	-0,59803
2002	-0,81988	-0,8144	-0,8301	-0,82713
2003	-3,19458	-3,19458	-3,19458	-3,19458
2004	-2,34375	-2,34375	-2,34375	-2,34375
2005	-0,09865	-0,09819	-0,09794	-0,09783
2006	-1,55216	-1,55211	-1,55177	-1,55106
2007	-0,97521	-0,97582	-0,97542	-0,97565
2008	-0,48673	-0,48722	-0,48753	-0,48758
2009	3,730466	3,729812	3,729852	3,729855
2010	-1,13015	-1,38067	-1,38067	-1,38067

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com as tabelas salariais dos decretos-lei mencionados na bibliografia

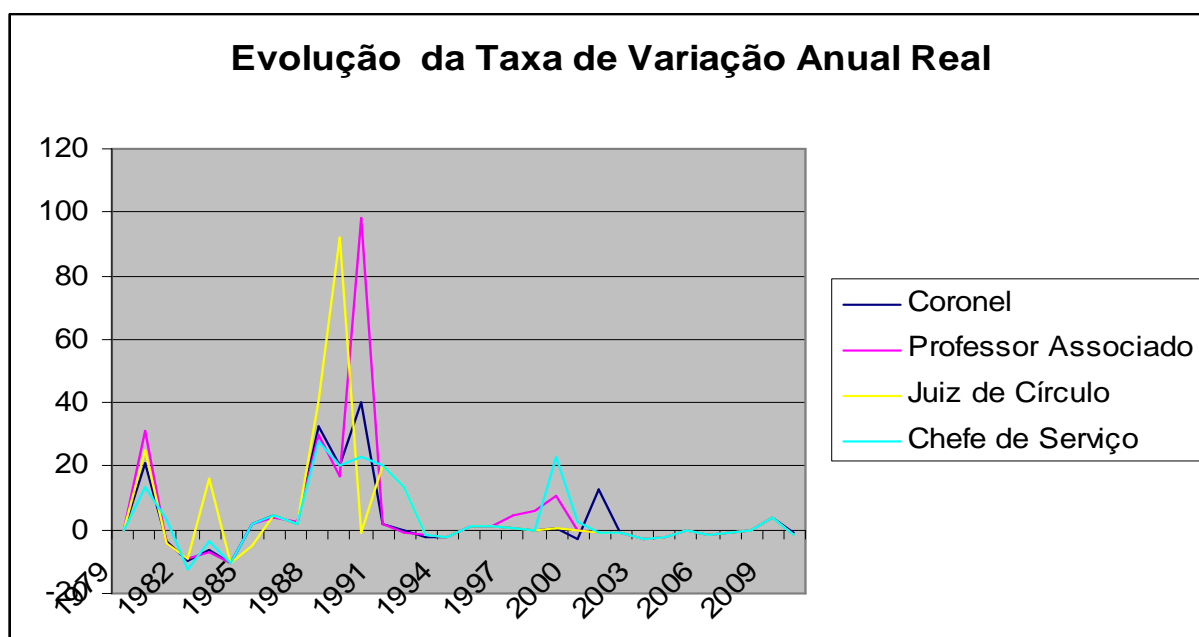


Gráfico P3: Evolução dos vencimentos de forma deflacionados com o IPC (Base 1979=100) em termos reais.

(Evolução da Taxa da Variação Anual Real)

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com a tabela P3.

APÊNDICE Q

RESULTADOS DO INQUÉRITO

Q.1 COEFICIENTE ALPHA CRONBACH

Na tabela Q.1 apresenta-se o Coeficiente *Alpha de Cronbach* efectuado às 22 questões de resposta fechada.

Tabela Q.1: Coeficiente de Alpha de Cronbach

Alpha de Cronbach	Número de Questões
0,730	22

Q.2 OUTPUTS DO SPSS

- **Questão N.º 1 – SEXO**

Tabela Q.2 – Frequência das respostas da questão 1

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Feminino	88	33,6	33,6
Masculino	174	66,4	100,0
Total	262	100,0	

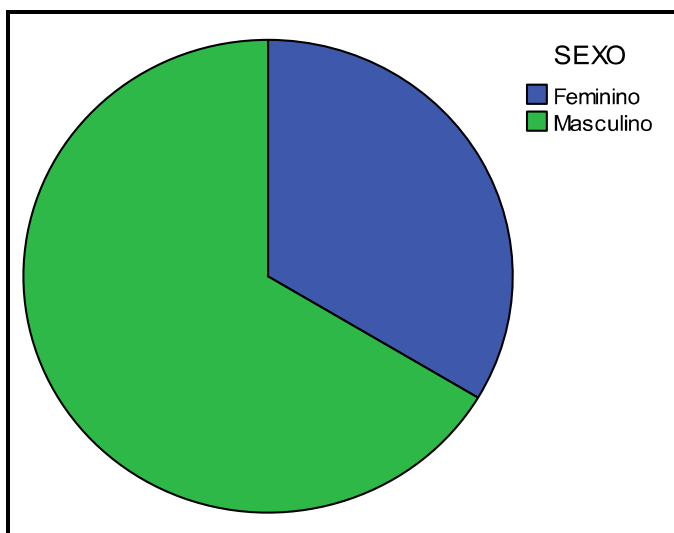


Gráfico Q.1 – Distribuição das respostas à questão n.º 2

• **Questão N.º 2 - IDADE**

Tabela Q.3 - Frequência das respostas da questão 2

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
18 a 24	93	35,5	35,5
25 a 29	42	16,0	51,5
30 a 34	15	5,7	57,3
35 a 39	12	4,6	61,8
40 a 44	13	5,0	66,8
45 a 49	28	10,7	77,5
50 a 54	19	7,3	84,7
55 a 59	11	4,2	88,9
60 a 64	12	4,6	93,5
65 a 69	10	3,8	97,3
70 ou +	7	2,7	100,0
Total	262	100,0	

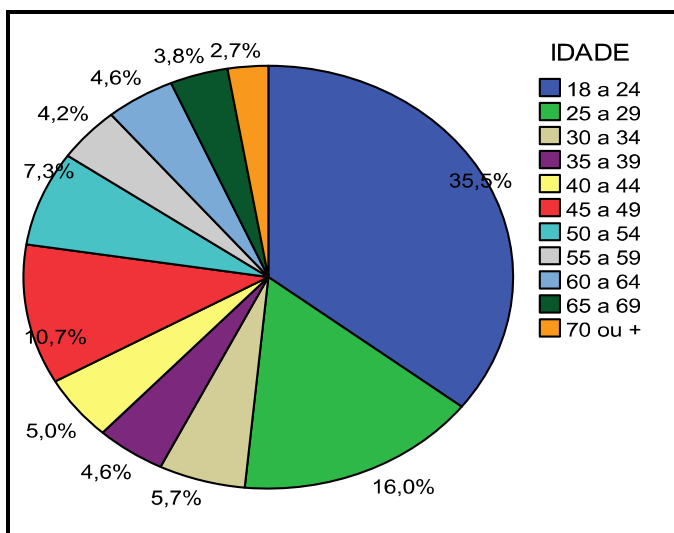


Gráfico Q.2 – Distribuição das respostas à questão n.º 2

• **Questão N.º 3 – PROFISSÃO**

Tabela Q.4 - Frequência das respostas da questão 3

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Docente Universitário	49	18,7	18,7
Magistrado	16	6,1	24,8
Médico	32	12,2	37,0
Militar	121	46,2	83,2
Outra	44	16,8	100,0
Total	262	100,0	

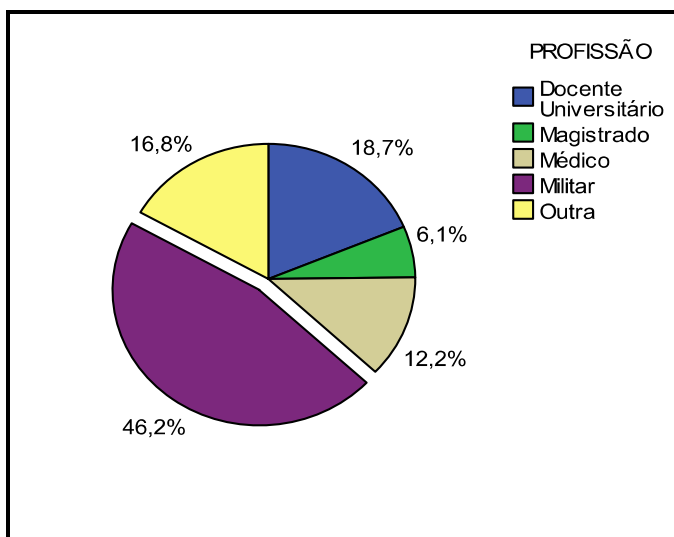


Gráfico Q.3 – Distribuição das respostas à questão n.º 3

- **Questão N.º 3 - Está a par da evolução do vencimento da Função Pública nos últimos anos?**

Tabela Q.5 - Frequência das respostas da questão 4

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Não	72	27,5	27,5
Sim	190	72,5	100,0
Total	262	100,0	

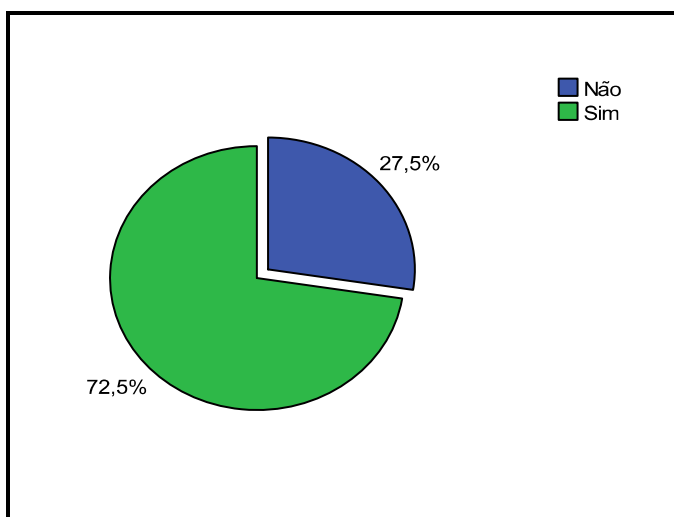


Gráfico Q.4 – Distribuição das respostas à questão n.º 4

- **Questão N.º 5 - Está a par da evolução do vencimento dos militares nos últimos anos?**

Tabela Q.6 - Frequência das respostas da questão 5

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Não	104	39,7	39,7
Sim	158	60,3	100,0
Total	262	100,0	

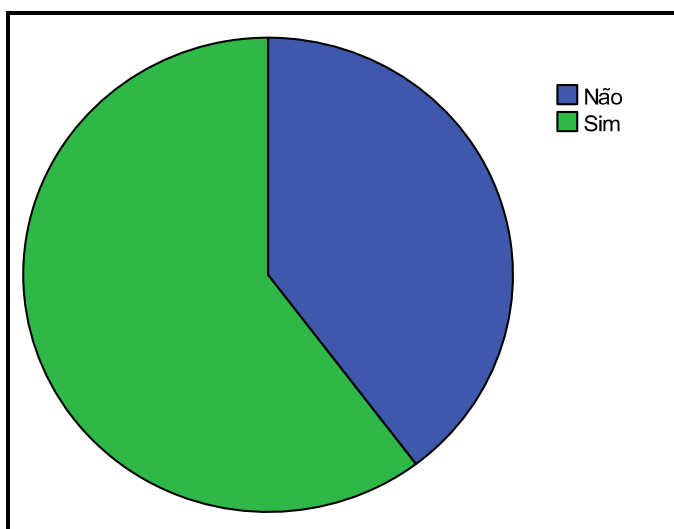


Gráfico Q.5 – Distribuição das respostas à questão n.º 5

- **Questão N.º 6 - Está a par da evolução das carreiras da Função Pública nos últimos anos?**

Tabela Q.7 - Frequência das respostas da questão 6

	Frequency	Percent	Cumulative Percent
Não	81	30,9	30,9
Sim	181	69,1	100,0
Total	262	100,0	

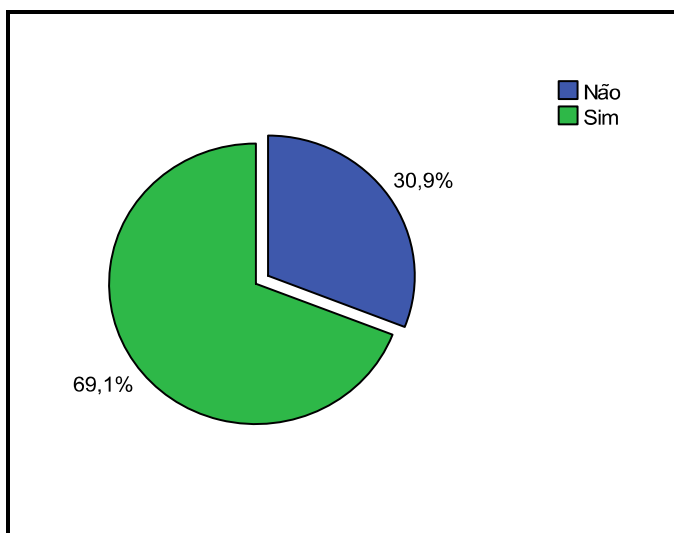


Gráfico Q.6 – Distribuição das respostas à questão n.º 6

- **Questão N.º 7 - Está a par da evolução da carreira militar nos últimos anos anos?**

Tabela Q.8 - Frequência das respostas da questão 7

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Não	90	34,4	34,4
Sim	172	65,6	100,0
Total	262	100,0	

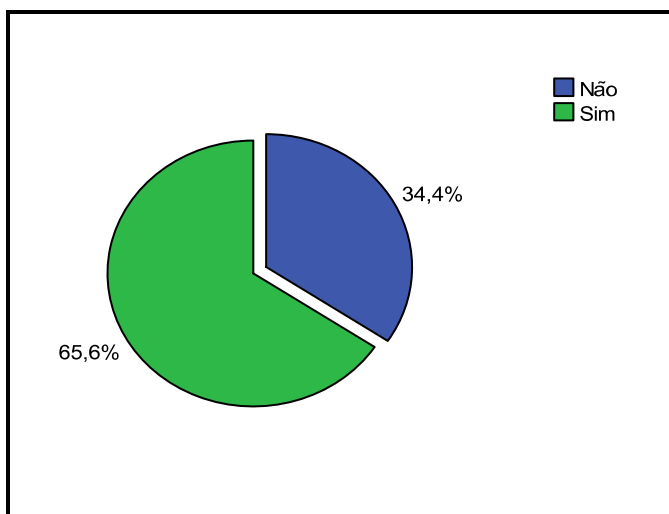


Gráfico Q.7 – Distribuição das respostas à questão n.º 7

- **Questão N.º 8 - Na sua opinião os funcionários públicos estão satisfeitos com a sua progressão na carreira?**

Tabela Q.9 - Frequência das respostas da questão 8

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Sem Opinião	3	1,1	1,1
Não	249	95,0	96,2
Sim	10	3,8	100,0
Total	262	100,0	

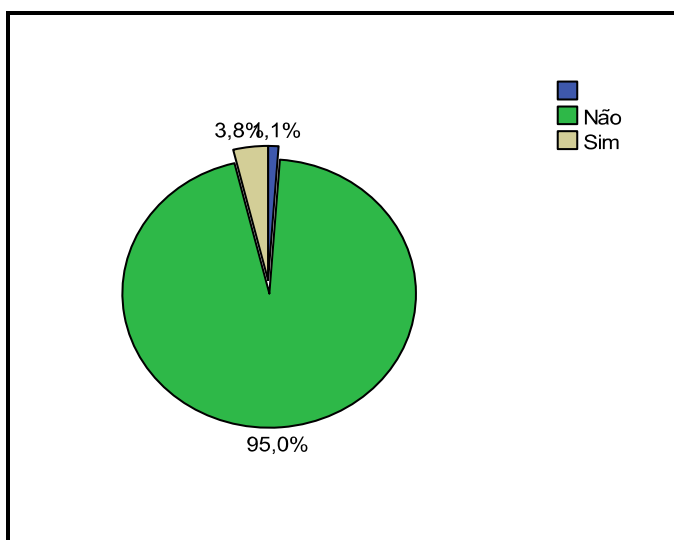


Gráfico Q.8 – Distribuição das respostas à questão n.º 8

- **Questão N.º 9 - Na sua opinião seria mais fácil progredir nas carreiras da Função Pública há uns anos atrás?**

Tabela Q.10 - Frequência das respostas da questão 9

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Sem opinião	2	,8	,8
Não	32	12,2	13,0
Sim	228	87,0	100,0
Total	262	100,0	

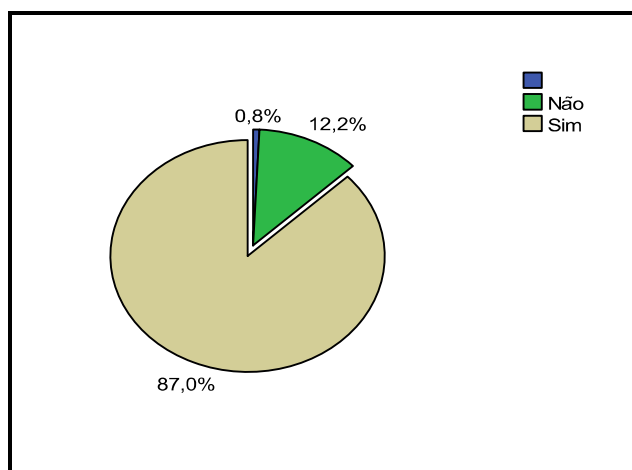


Gráfico Q.9 – Distribuição das respostas à questão n.º 9

- **Questão N.º 10 - Na sua opinião os militares estão satisfeitos com a sua progressão na carreira?**

Tabela Q.11 - Frequência das respostas da questão 10

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Sem opinião	2	,8	,8
Não	234	89,3	90,1
Sim	26	9,9	100,0
Total	262	100,0	

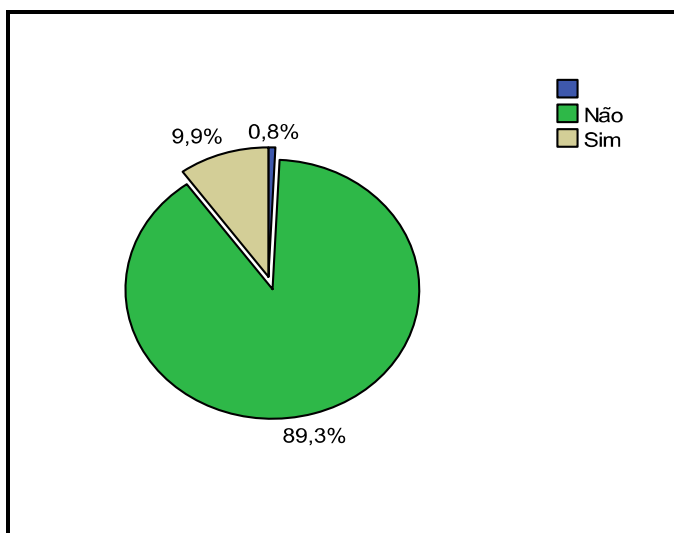


Gráfico Q.10 – Distribuição das respostas à questão n.º10

• **Questão N.º 11 – Onde obteve essa percepção?**

Tabela Q.12 - Frequência das respostas da questão 11

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Imprensa escrita	21	8,0	8,0
Imprensa escrita, Outra	12	4,6	12,6
Outra	85	32,4	45,0
TV	35	13,4	58,4
TV, Imprensa escrita	76	29,0	87,4
TV, Imprensa escrita, Outra	29	11,1	98,5
TV, Outra	4	1,5	100,0
Total	262	100,0	

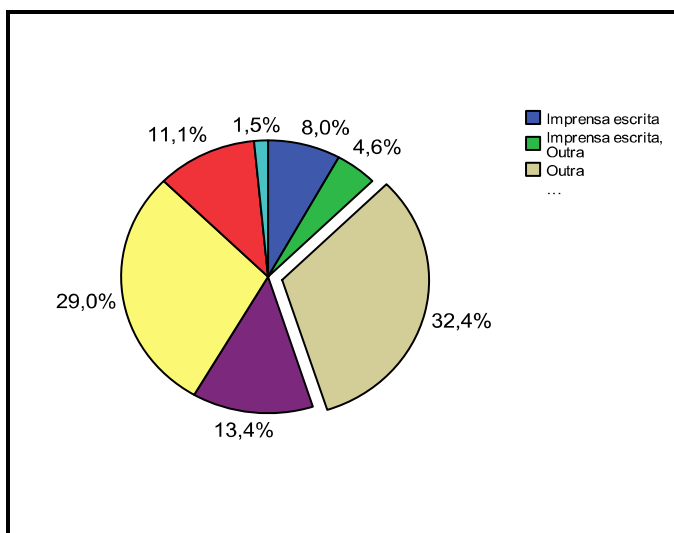


Gráfico Q.11 – Distribuição das respostas à questão n.º 11

- **Questão N.º 12 - Na sua opinião seria mais fácil progredir na carreira militar há uns anos atrás?**

Tabela Q.13 - Frequência das respostas da questão 12

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Sem opinião	2	,8	,8
Não	33	12,6	13,4
Sim	227	86,6	100,0
Total	262	100,0	

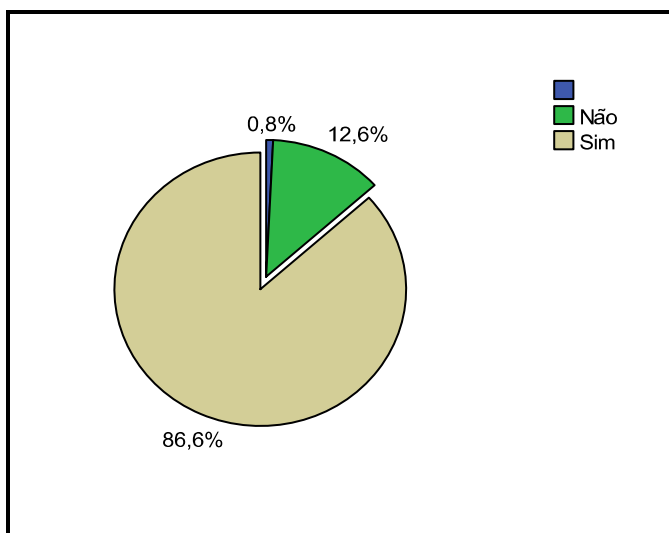


Gráfico Q.12 – Distribuição das respostas à questão n.º 12

- **Questão N.º 13 - Qual das seguintes profissões acha que está melhor renumerada, tendo em conta a sua formação, função e responsabilidade?**

Tabela Q.14 - Frequência das respostas da questão 13

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Professor associado	41	15,6	20,9
Juiz de Circulo	120	45,8	87,8
Director de Serviços	68	26,0	87,4
Coronel	33	12,6	100,0
Total	262	100,0	

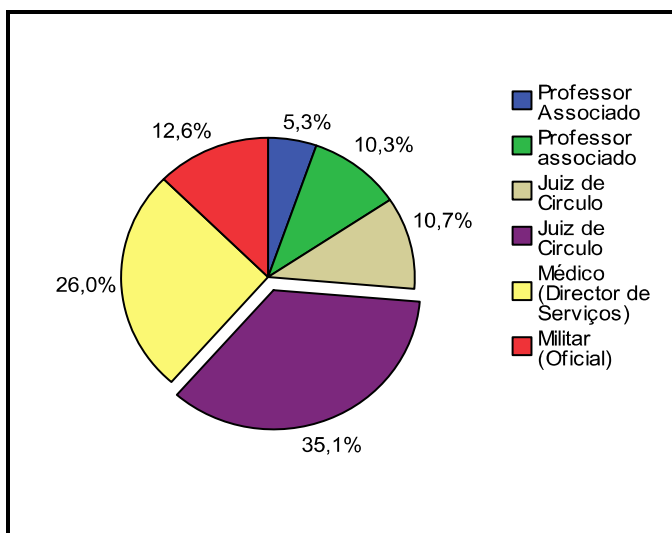


Gráfico Q.13 – Distribuição das respostas à questão n.º13

- **Questão N.º 14 - Qual das seguintes profissões acha que evolui mais rapidamente na carreira?**

Tabela Q.15 - Frequência das respostas da questão 14

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Professor Associado	17	6,5	6,5
Professor Associado	43	16,4	22,9
Juiz de Circulo	23	8,8	31,7
Juiz de Circulo	58	22,1	53,8
Médico (Chefe de Serviço)	68	26,0	79,8
Militar (Coronel)	53	20,2	100,0
Total	262	100,0	

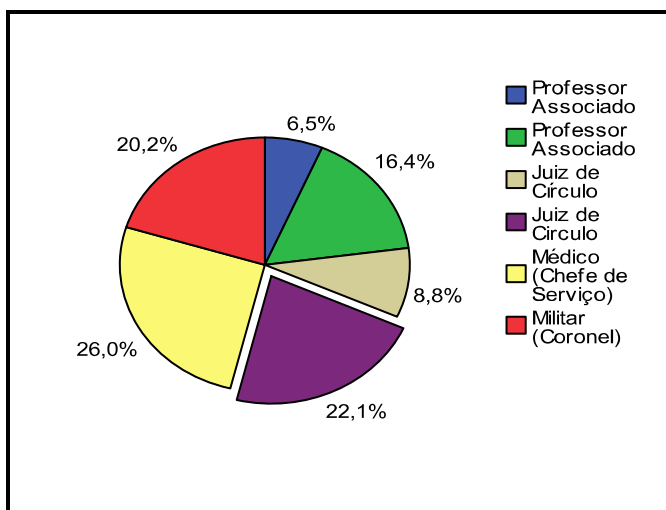


Gráfico Q.14 – Distribuição das respostas à questão n.º 14

- **Questão N.º 15 - Concorda que dentro da Função Pública, funcionários com o mesmo grau académico, e postos equivalentes possam auferir diferentes vencimentos-base?**

Tabela Q.16 - Frequência das respostas da questão 15

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Não	154	58,8	58,8
Sim	108	41,2	100,0
Total	262	100,0	

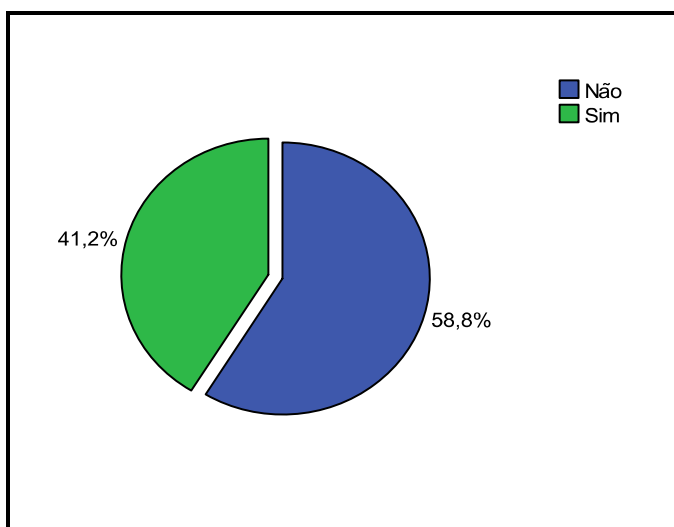


Gráfico Q.15 – Distribuição das respostas à questão n.º 15

- **Questão N.º 16 - Concorda que um coronel deveria auferir o mesmo que um médico, tendo em conta o nível de habilitações literárias, função e responsabilidade?**

Tabela Q.17 - Frequência das respostas da questão 16

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
NÃO concordo, deveria receber mais	20	7,6	7,6
NÃO concordo, deveria receber menos	95	36,3	43,9
SIM, concordo	147	56,1	100,0
Total	262	100,0	

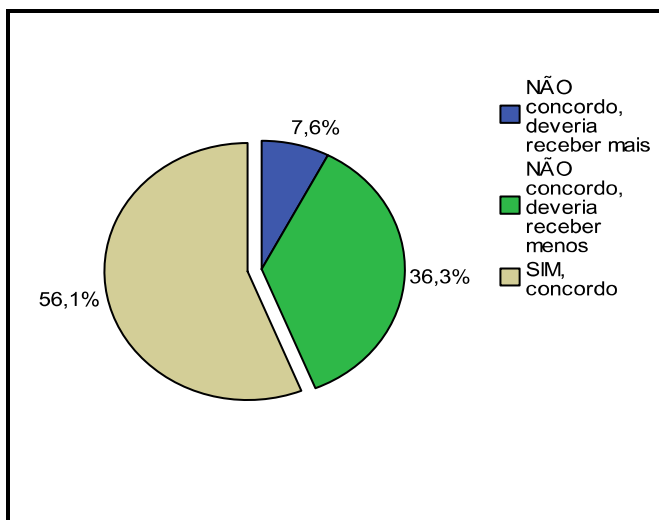


Gráfico Q.16 – Distribuição das respostas à questão n.º 16

- **Questão N.º 17 - Concorda que um coronel deveria auferir o mesmo que um docente universitário, tendo em conta o nível de habilitações literárias, função e responsabilidade?**

Tabela Q.18 - Frequência das respostas da questão 17

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
NÃO concordo, deveria receber menos	54	20,6	20,6
NÃO concordo, deveria receber mais	48	18,3	38,9
SIM, concordo	160	61,1	100,0
Total	262	100,0	

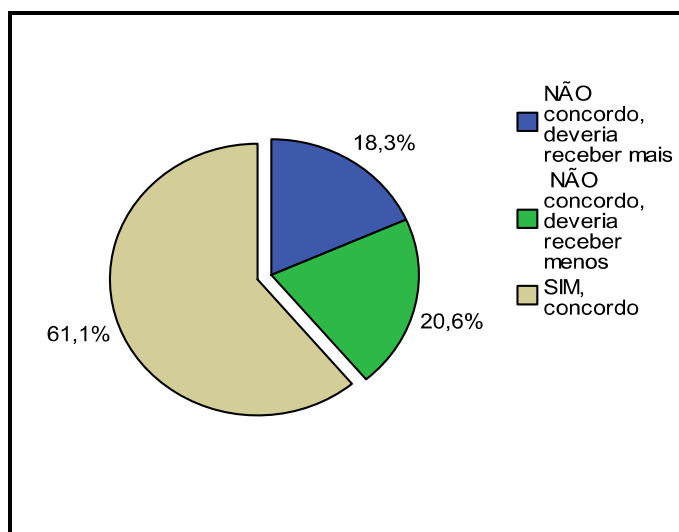


Gráfico Q.17 – Distribuição das respostas à questão n.º 17

- **Questão N.º 18 - Concorda que um coronel deveria auferir o mesmo que um magistrado, tendo em conta o nível de habilitações literárias, função e responsabilidade?**

Tabela Q.19 - Frequência das respostas da questão 18

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
NÃO concordo, deveria receber mais	28	10,7	10,7
NÃO concordo, deveria receber menos	76	29,0	39,7
SIM, concordo	158	60,3	100,0
Total	262	100,0	

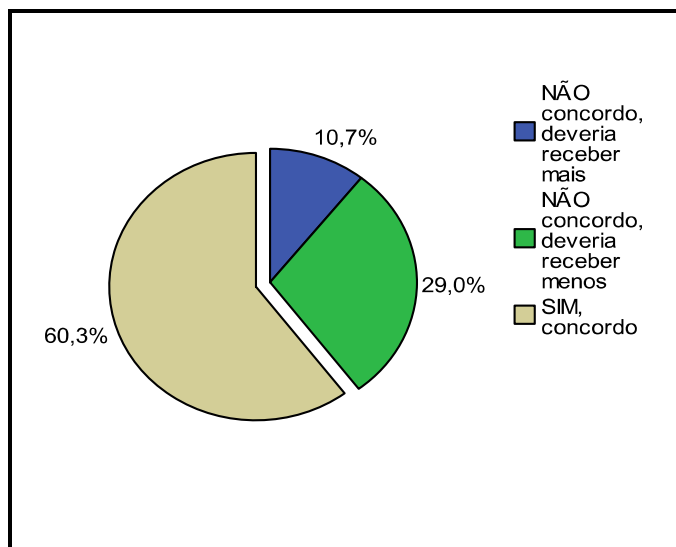


Gráfico Q.18 – Distribuição das respostas à questão n.º18

- **Questão N.º 19 - Concorda que um médico deveria auferir o mesmo que um magistrado, tendo em conta o nível de habilitações literárias, função e responsabilidade?**

Tabela Q.20 - Frequência das respostas da questão 19

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
NÃO concordo, deveria receber mais	64	24,4	24,4
NÃO concordo, deveria receber menos	34	13,0	37,4
SIM, concordo	164	62,6	100,0
Total	262	100,0	

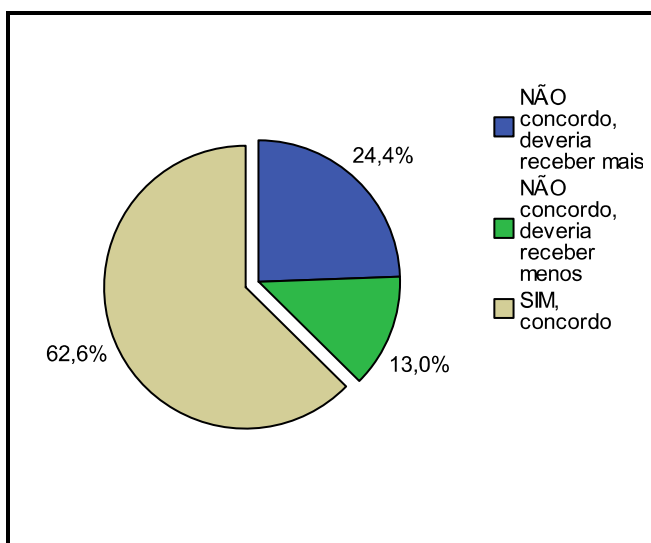


Gráfico Q.19 – Distribuição das respostas à questão n.º19

- **Questão N.º 20 - Concorda que um médico deveria auferir o mesmo que um docente universitário, tendo em conta o grau académico, função e responsabilidade?**

Tabela Q.21 - Frequência das respostas da questão 20

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
NÃO concordo, deveria receber mais	94	35,9	35,9
NÃO concordo, deveria receber menos	11	4,2	40,1
SIM, concordo	157	59,9	100,0
Total	262	100,0	

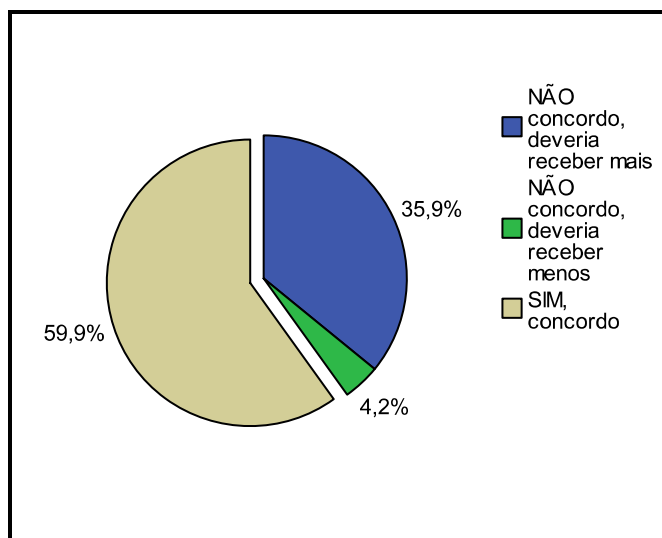


Gráfico Q.20 – Distribuição das repostas à questão n.º20

- **Questão N.º 21 - Concorda que um magistrado deveria auferir o mesmo que um docente universitário, tendo em conta o nível de habilitações literárias , função e responsabilidade?**

Tabela Q.22 - Frequência das respostas da questão 21

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
NÃO concordo, deveria receber mais	75	28,6	28,6
NÃO concordo, deveria receber menos	24	9,2	37,8
SIM, concordo	163	62,2	100,0
Total	262	100,0	

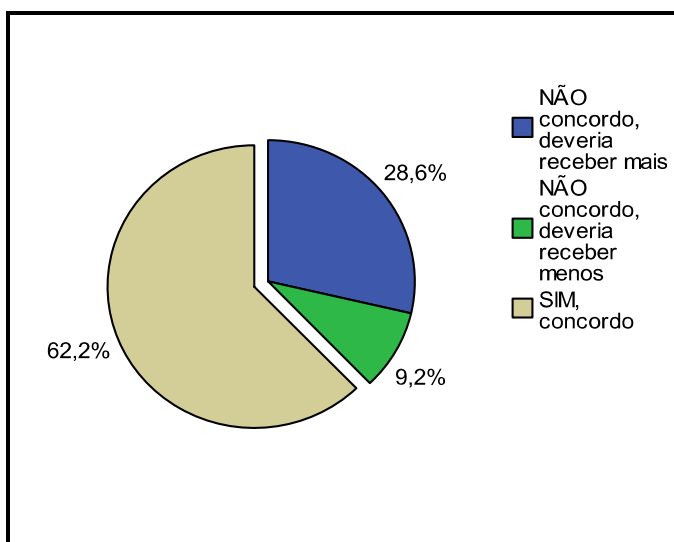


Gráfico Q.21 – Distribuição das respostas à questão n.º21

- **Questão N.º 22 - Acha que os vencimentos dos militares têm evoluído paralelamente aos da Função Pública?**

Tabela Q.23 - Frequência das respostas da questão 22

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Sem opinião	4	1,5	1,5
Não	229	87,4	88,9
Sim	29	11,1	100,0
Total	262	100,0	

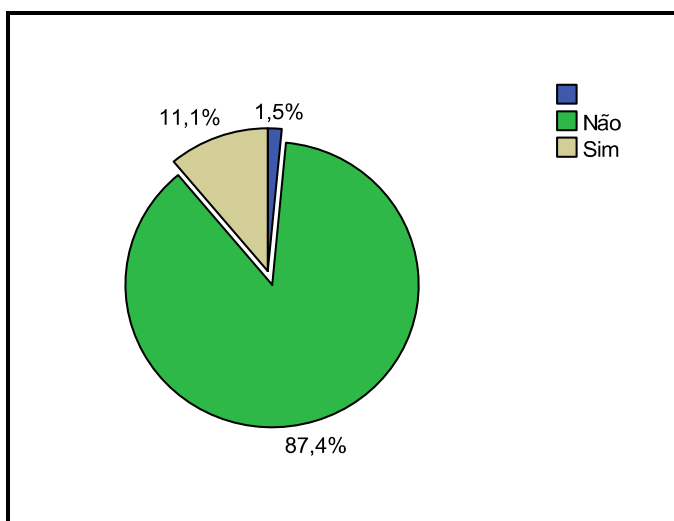


Gráfico Q.22 – Distribuição das respostas à questão n.º 22

- **Questão N.º 23 – Quais as razões que indicaria para uma distinta evolução?**

Tabela Q.24 - Frequência das respostas da questão 23

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
A afirmação das Profissões na Sociedade	91	20,4	20,4
Actividade Sindical	122	27,3	47,7
Motivos Políticos	120	26,8	74,5
Ordens Profissionais	76	17,0	91,5
Outra	38	8,5	100,0
Total	447	100,0	

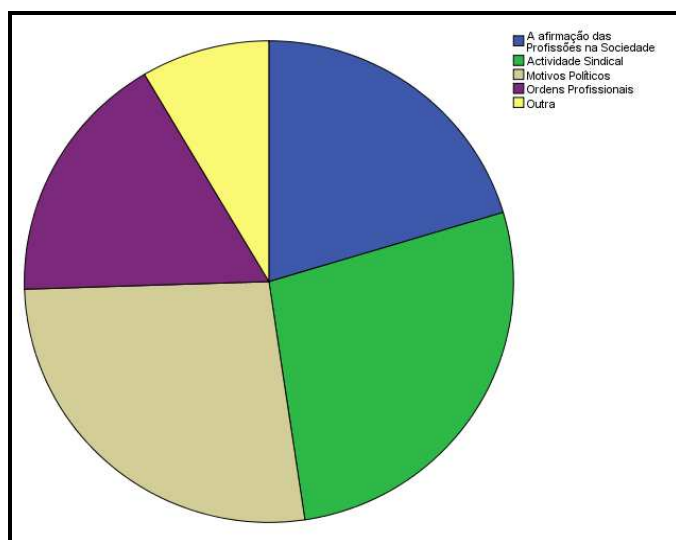


Gráfico Q.23 – Distribuição das respostas à questão n.º 23

- **Questão N.º 24 – Concorda que os militares portugueses deveriam auferir o mesmo que outros militares da União Europeia, tendo em conta o rendimento médio do país?**

Tabela Q.25 - Frequência das respostas da questão 24

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Não	53	20,2	20,2
Sim	209	79,8	100,0
Total	262	100,0	

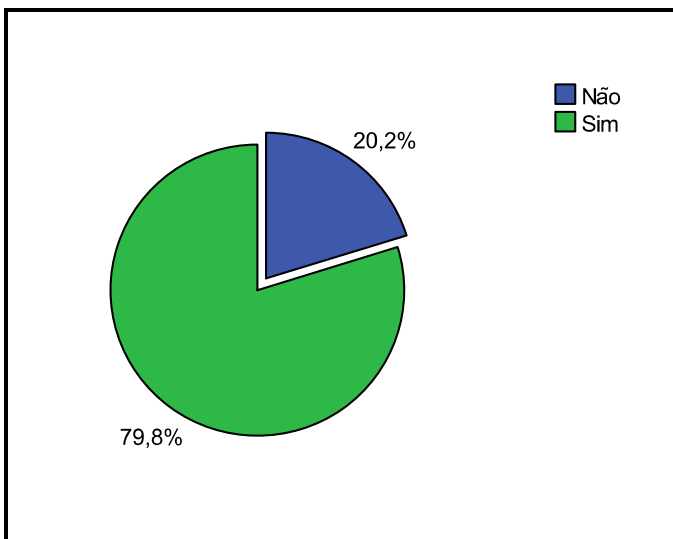


Gráfico Q.24 – Distribuição das respostas à questão n.º24

- **Questão N.º 25.1 – Atribua no seu ponto de vista, maior ou menor importância em termos de estatuto e utilidade social para as seguintes profissões, em que o 1 é mais importante e o 4 menos importante. (Coronel)**

Tabela Q.26.1 - Frequência das respostas da questão 25.1

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
1,00	28	10,7	10,7
2,00	118	45,0	55,7
3,00	78	29,8	85,5
4,00	38	14,5	100,0
Total	262	100,0	

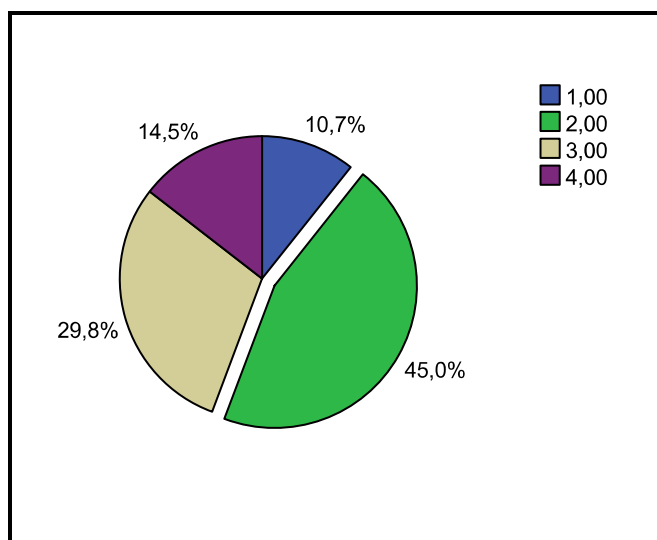


Gráfico Q.25.1 – Distribuição das respostas à questão n.º 25.1

- **Questão N.º 25.2 – Atribua no seu ponto de vista, maior ou menor importância em termos de estatuto e utilidade social para as seguintes profissões, em que o 1 é mais importante e o 4 menos importante. (Docente Universitário)**

Tabela Q.26.2 - Frequência das respostas da questão 25.2

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
1,00	81	30,9	30,9
2,00	77	29,4	60,3
3,00	76	29,0	89,3
4,00	28	10,7	100,0
Total	262	100,0	

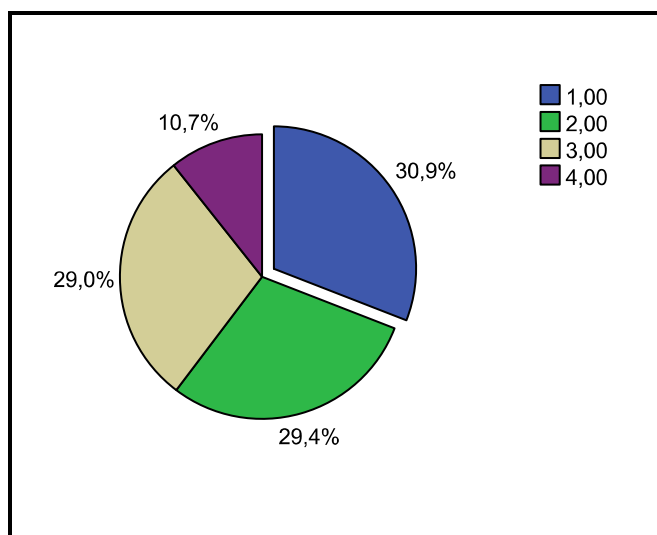


Gráfico Q.25.2 – Distribuição das respostas à questão n.º 25.2

- **Questão N.º 25.3 – Atribua no seu ponto de vista, maior ou menor importância em termos de estatuto e utilidade social para as seguintes profissões, em que o 1 é mais importante e o 4 menos importante. (Médico)**

Tabela Q.26.3 - Frequência das respostas da questão 25.3

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
1,00	133	50,8	50,8
2,00	74	28,2	79,0
3,00	12	4,6	83,6
4,00	43	16,4	100,0
Total	262	100,0	

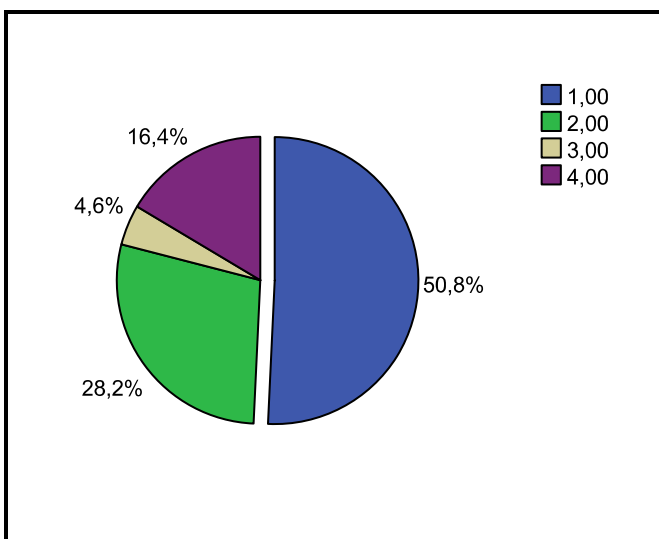


Gráfico Q.25.3 – Distribuição das respostas à questão n.º 25.3

- **Questão N.º 25.4 – Atribua no seu ponto de vista, maior ou menor importância em termos de estatuto e utilidade social para as seguintes profissões, em que o 1 é mais importante e o 4 menos importante. (Magistrado)**

Tabela Q.26.4 - Frequência das respostas da questão 25.4

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
1,00	68	26,0	26,0
2,00	100	38,2	64,1
3,00	65	24,8	88,9
4,00	29	11,1	100,0
Total	262	100,0	

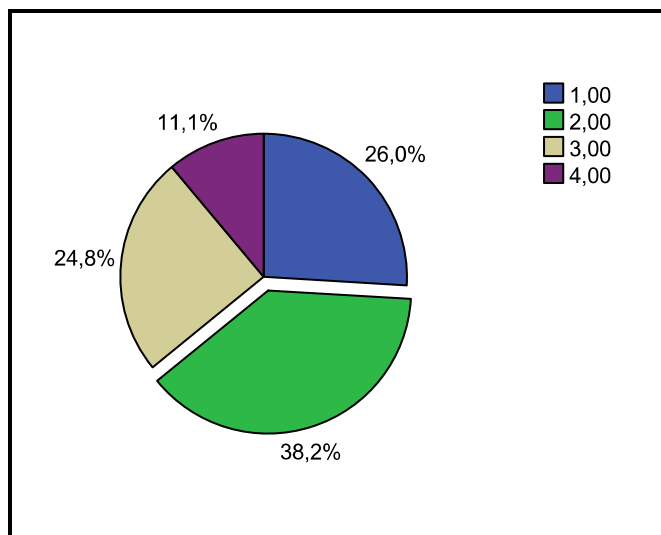


Gráfico Q.25.4 – Distribuição das respostas à questão n.º 25.4

- **Questão N.º 26.1 – Ordene as seguintes profissões quanto ao grau de especialização (Formação), em que o 4 corresponde à necessidade de maior especialização. (Coronel)**

Tabela Q.27.1 - Frequência das respostas da questão 26.1

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
1,00	74	28,2	28,2
2,00	72	27,5	55,7
3,00	80	30,5	86,3
4,00	36	13,7	100,0
Total	262	100,0	

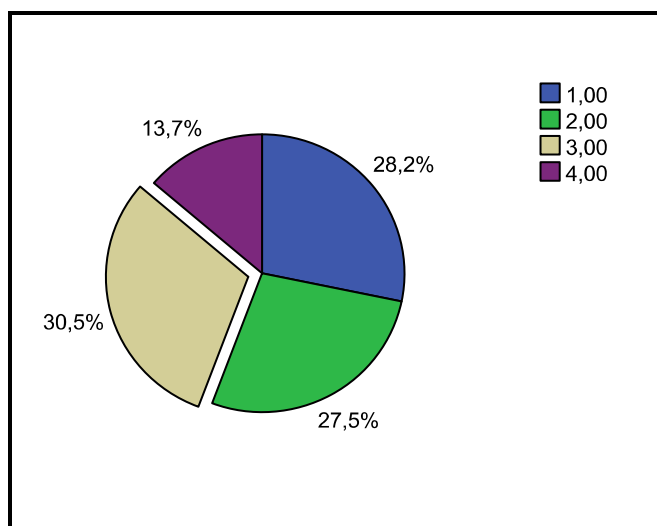


Gráfico Q.26.1 – Distribuição das respostas à questão n.º 26.1

- **Questão N.º 26.2 – Ordene as seguintes profissões quanto ao grau de especialização (Formação), em que o 4 corresponde à necessidade de maior especialização. (Docente Universitário)**

Tabela Q.27.2 - Frequência das respostas da questão 26.2

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
1,00	44	16,8	16,8
2,00	65	24,8	41,6
3,00	60	22,9	64,5
4,00	93	35,5	100,0
Total	262	100,0	

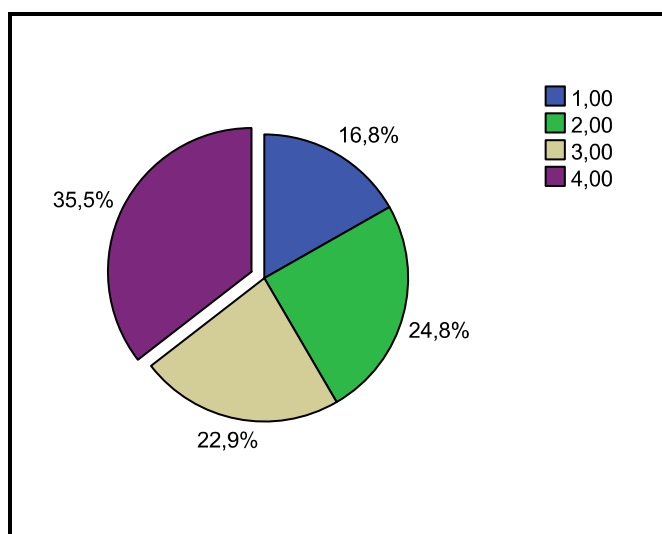


Gráfico Q.26.2 – Distribuição das respostas à questão n.º 26.2

- **Questão N.º 26.3 – Ordene as seguintes profissões quanto ao grau de especialização (Formação), em que o 4 corresponde à necessidade de maior especialização. (Médico)**

Tabela Q.27.3 - Frequência das respostas da questão 26.3

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
1,00	39	14,9	14,9
2,00	21	8,0	22,9
3,00	70	26,7	49,6
4,00	132	50,4	100,0
Total	262	100,0	

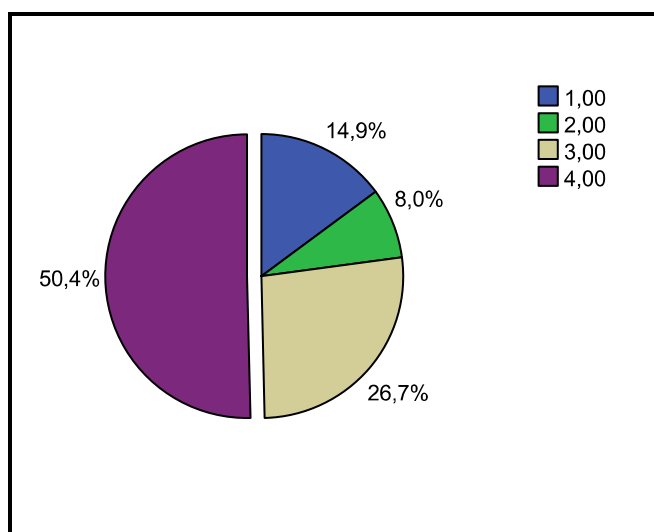


Gráfico Q.26.3- Distribuição das respostas à questão n.º 26.3

- **Questão N.º 26.4 – Ordene as seguintes profissões quanto ao grau de especialização (Formação), em que o 4 corresponde à necessidade de maior especialização. (Magistrado)**

Tabela Q.27.4 - Frequência das respostas da questão 26.4

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
1,00	49	18,7	18,7
2,00	60	22,9	41,6
3,00	89	34,0	75,6
4,00	64	24,4	100,0
Total	262	100,0	

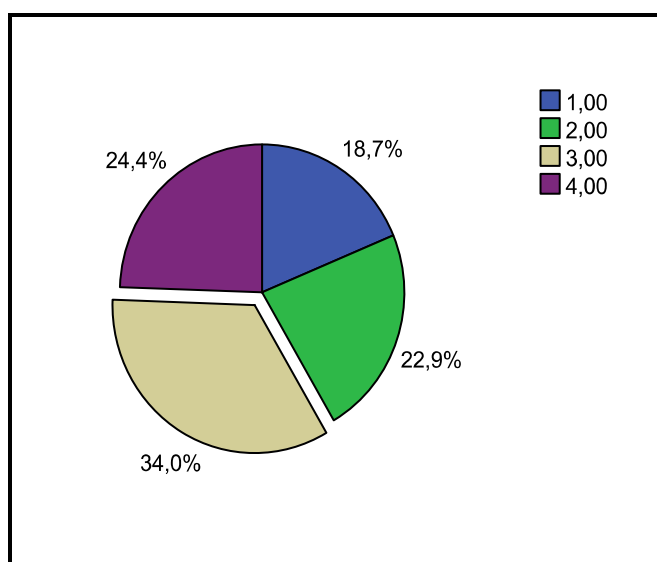


Gráfico Q.26.4 – Distribuição das respostas à questão n.º 26.4

- **Questão N.º 27.1 – Classifique as seguintes profissões quanto à exigência na selecção da admissão em que o 1 corresponderá à profissão em que a exigência é maior. (Coronel)**

Tabela Q.28.1 - Frequência das respostas da questão 27.1

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
1,00	100	38,2	38,2
2,00	73	27,9	66,0
3,00	37	14,1	80,2
4,00	28	10,7	90,8
5,00	24	9,2	100,0
Total	262	100,0	

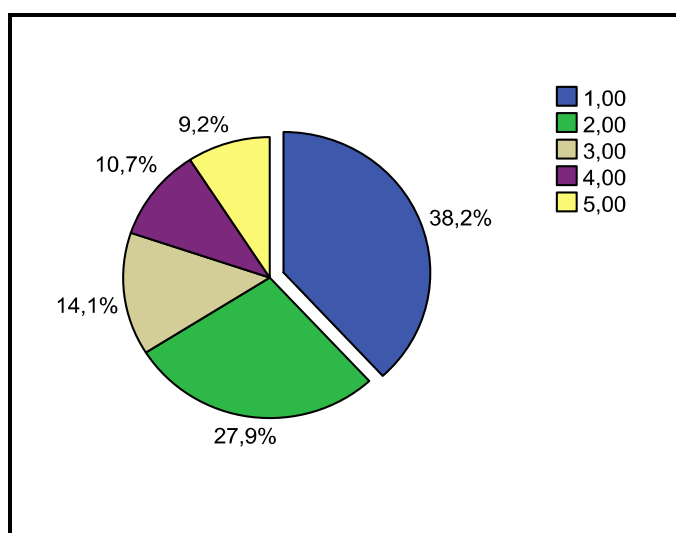


Gráfico Q.27.1 – Distribuição das respostas à questão n.º 27.1

- **Questão N.º 27.2 – Classifique as seguintes profissões quanto à exigência na selecção da admissão em que o 1 corresponderá à profissão em que a exigência é maior. (Docente Universitário)**

Tabela Q.28.2 - Frequência das respostas da questão 27.2

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
1,00	69	26,3	26,3
2,00	78	29,8	56,1
3,00	66	25,2	81,3
4,00	41	15,6	96,9
5,00	8	3,1	100,0
Total	262	100,0	

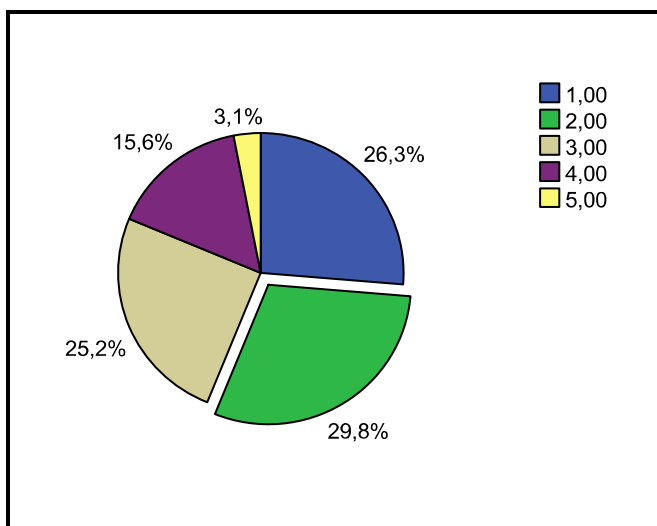


Gráfico Q.27.2 – Distribuição das respostas à questão n.º 27.2

- **Questão N.º 27.3 – Classifique as seguintes profissões quanto à exigência na selecção da admissão em que o 1 corresponderá à profissão em que a exigência é maior. (Médico)**

Tabela Q.28.3 - Frequência das respostas da questão 27.3

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
1,00	133	50,8	50,8
2,00	81	30,9	81,7
3,00	18	6,9	88,5
4,00	11	4,2	92,7
5,00	19	7,3	100,0
Total	262	100,0	

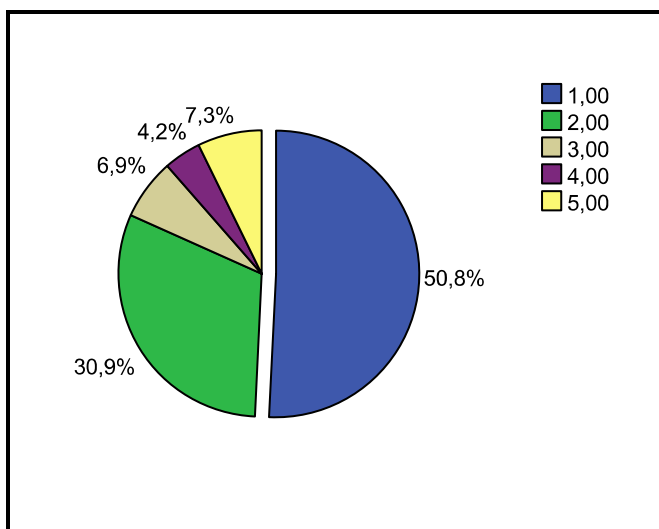


Gráfico Q.27.3 – Distribuição das respostas à questão n.º 27.3

- **Questão N.º 27.4 – Classifique as seguintes profissões quanto à exigência na selecção da admissão em que o 1 corresponderá à profissão em que a exigência é maior. (Magistrado)**

Tabela Q28.4 - Frequência das respostas da questão 27.4

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
1,00	62	23,7	23,7
2,00	86	32,8	56,5
3,00	66	25,2	81,7
4,00	33	12,6	94,3
5,00	15	5,7	100,0
Total	262	100,0	

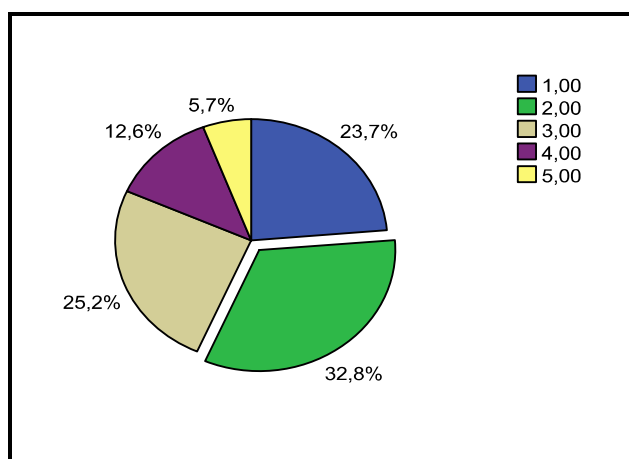


Gráfico 27.4 – Distribuição das respostas à questão n.º 27.4

- **Questão N.º 28 – No seu ponto de vista os funcionários da Função Pública têm perdido poder de compra ao longo dos últimos anos?**

Tabela Q.29 - Frequência das respostas da questão 28

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Não	17	6,5	6,5
Sim	245	93,5	100,0
Total	262	100,0	

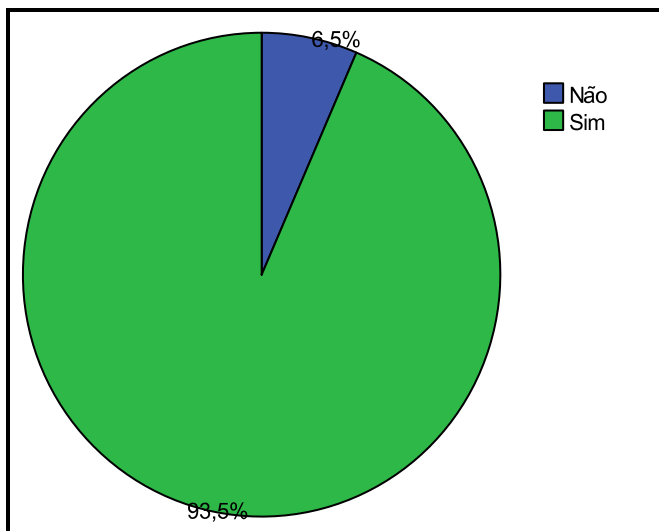


Gráfico Q.28 – Distribuição das respostas à questão n.º 2

- **Questão N.º 29 – Na sua opinião os militares têm perdido poder de compra ao longo dos últimos anos?**

Tabela Q.30 - Frequência das respostas da questão 29

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Não	24	9,2	9,2
Sim	238	90,8	100,0
Total	262	100,0	

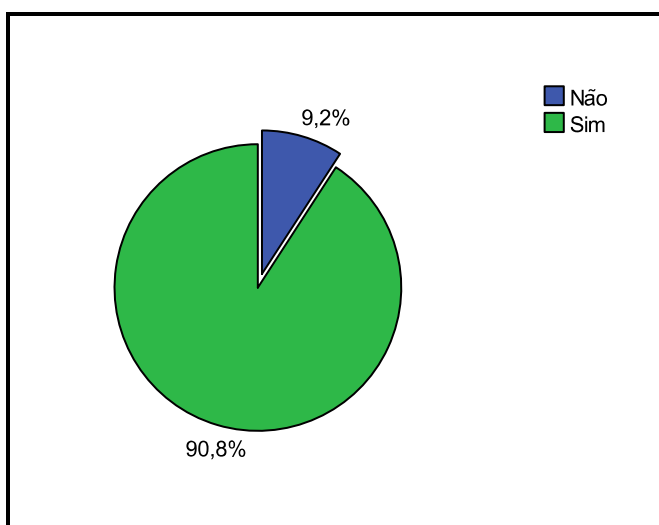


Gráfico Q.29 – Distribuição das respostas à questão n.º 29

- **Questão N.º 30 – “Comparativamente a outros países da União Europeia, acha que os militares Portugueses em termos relativos recebem o mesmo?”**

Tabela Q.31 - Frequência das respostas da questão 30

	Frequência	Percentagem	Percentagem Acumulada
Não	235	89,7	89,7
Sim	27	10,3	100,0
Total	262	100,0	

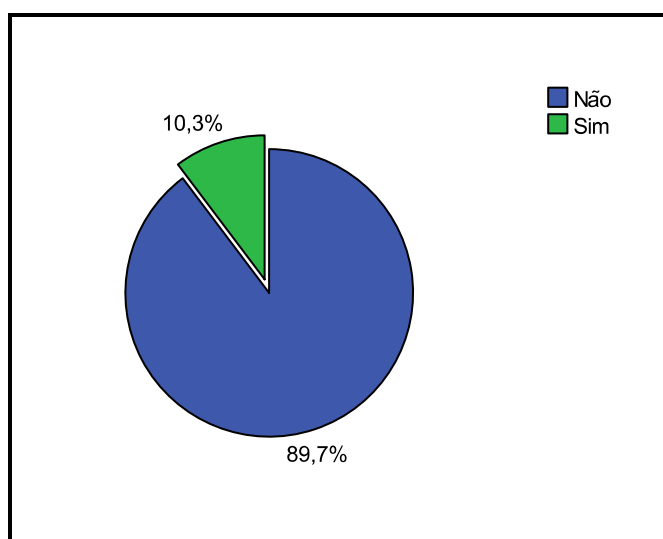


Gráfico Q.30 – Distribuição das respostas à questão n.º 30

Q.3 DISTRIBUIÇÃO ESTATÍSTICA

Tabela Q.32: Distribuição estatística das respostas.

	Questão 25.1	Questão 25.2	Questão 25.3	Questão 25.4	Questão 26.1	Questão 26.2	Questão 26.3
Média	2,4809	2,1947	1,8664	2,2099	2,2977	2,771	3,126
Mediana	2	2	1	2	2	3	4
Moda	2	1	1	2	3	4	4
Desvio Padrão	0,86968	0,9963	1,09391	0,95383	1,02606	1,10772	1,08073
Variância	0,756	0,993	1,197	0,91	1,053	1,227	1,168
Distância	3	3	3	3	3	3	3
Mínimo	1	1	1	1	1	1	1
Máximo	4	4	4	4	4	4	4

	Questão 26.4	Questão 27.1	Questão 27.2	Questão 27.3	Questão 27.4
Média	2,6412	2,2481	2,3931	1,8626	2,4389
Mediana	3	2	2	1	2
Moda	3	1	2	1	2
Desvio Padrão	1,0473	1,31142	1,12531	1,17616	1,14892
Variância	1,097	1,72	1,266	1,383	1,32
Distância	3	4	4	4	4
Mínimo	1	1	1	1	1
Máximo	4	5	5	5	5

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados estatísticos tratados em SPSS

Q.4 CORRELAÇÕES ENTRE RESPOSTAS

Tabela Q.33: Correlação da questão n.º 3 com a questão n.º 13.

PROFISSÃO	Professor associado	Juiz de Círculo	Chefe de Serviço	Militar (Coronel)	Total
Docente Universitário	0	37	6	6	49
Magistrado	4	0	4	8	16
Médico	7	22	1	2	32
Militar	26	41	47	7	121
Outra	1	20	10	10	44
Total	41	120	68	33	262

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados estatísticos tratados em SPSS

Tabela Q.34: Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 14.

PROFISSÃO	Professor Associado	Juiz de Círculo	Chefe de Serviço	Militar (Coronel)	Total
Docente Universitário	0	20	16	13	49
Magistrado	7	0	1	8	16
Médico	17	10	0	5	32
Militar	26	40	41	14	121
Outra	19	11	10	13	44
Total	60	81	68	53	262

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados estatísticos tratados em SPSS

Tabela Q.35: Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 15.

PROFISSÃO	Não	Sim	Total
Docente Universitário	38	11	49
Magistrado	3	13	16
Médico	16	16	32
Militar	71	50	121
Outra	26	18	44
Total	154	108	262

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados estatísticos tratados em SPSS

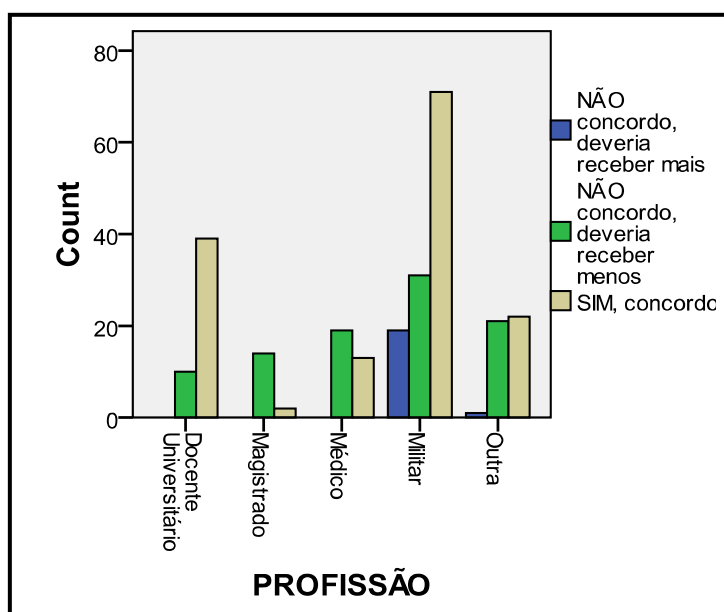


Gráfico Q.31: Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 16.

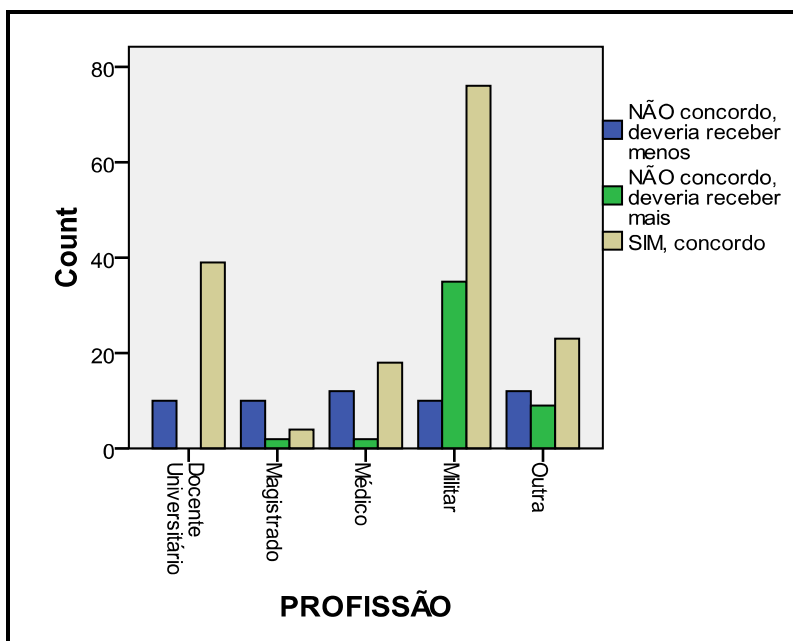


Gráfico Q.32: Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 17.

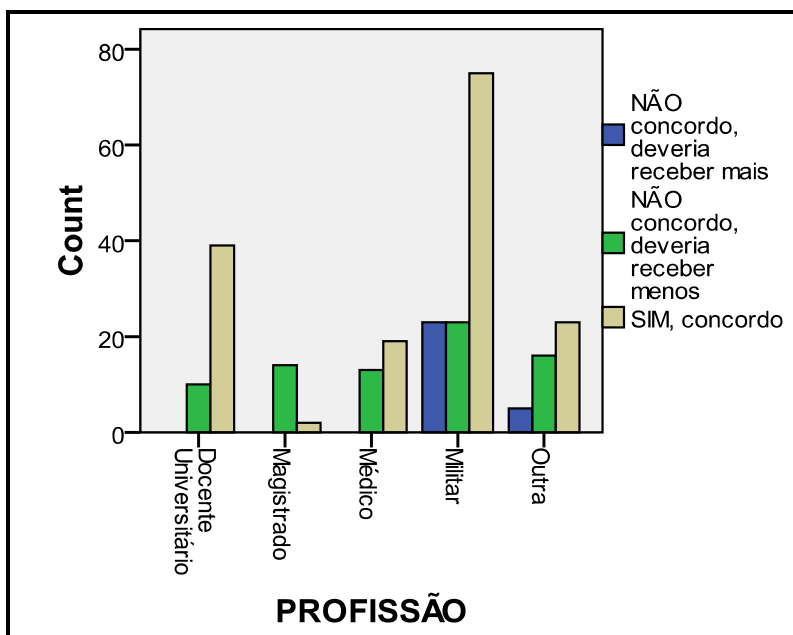


Gráfico Q.33: Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 18.

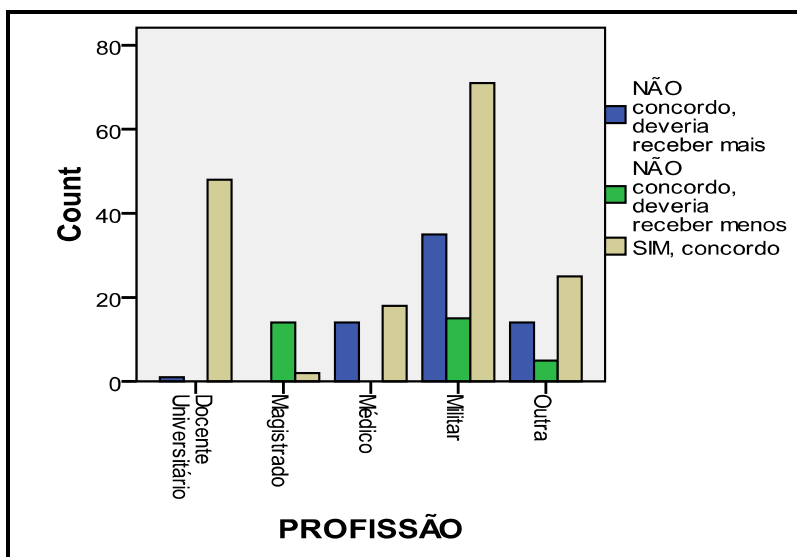


Gráfico Q.34: Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 19.

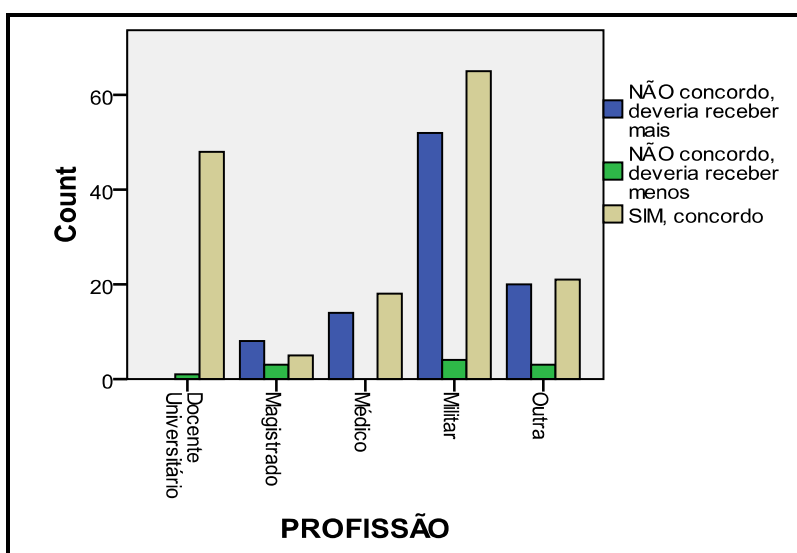


Gráfico Q.35: Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 20.

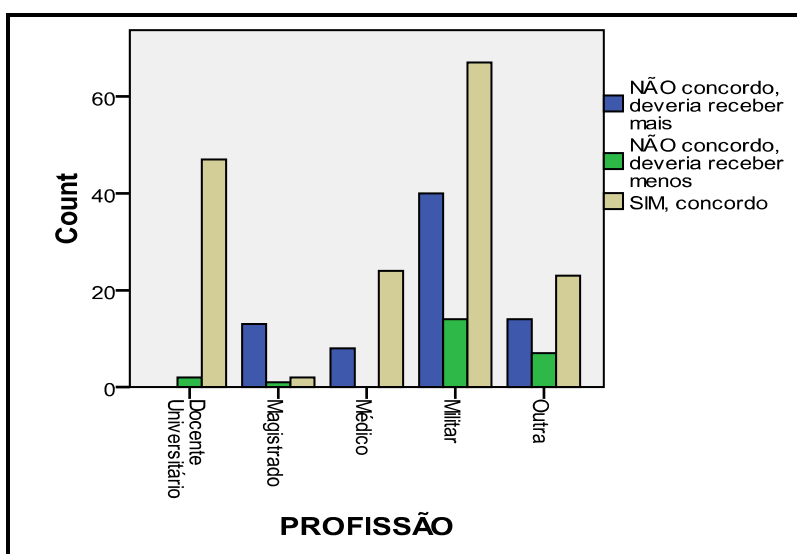


Gráfico Q.36: Correlação da Questão n.º 3 com a questão n.º 21.

ANEXOS

ANEXO A

EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS DA FUNÇÃO PÚBLICA

Tabela A.1 - Evolução dos efectivos na AP

1979	1983	1986	1988	1991	1996	1999	2005
372 086	435 795	464 321	485 368	509 732	619 399*	716 418	747 880

*Não incluídos efectivos da Região Autónoma da Madeira

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Tabela A.2 – Evolução do emprego por ministérios, segundo a orgânica do XVIII Governo Constitucional

Ministérios	Emprego na administração central (N.º)				Variação face a 2005 (em percentagem)		
	31-Dez-05	31-Dez-07	31-Dez-09	31-Dez-10 (prov.)	Dez-07/ Dez-05	Dez-09/ Dez-05	Dez-10/ Dez-05
Org. de Soberania e Independentes (*)	13 727	14 128	13 626	13 550	2,9	-0,7	-1,3
Pres. Conselho Ministros	2 537	2 259	2 352	2 063	-11,0	-7,3	-18,7
Min. Negócios Estrangeiros (**)	3 091	3 182	3 054	3 370	2,9	-1,2	9,0
Min. Finanças Administração Pública	16 293	15 569	14 536	13 806	-4,4	-10,8	-15,3
Min. Defesa Nacional	49 555	46 421	44 870	45 325	-6,3	-9,5	-8,5
Min. Administração Interna	53 788	50 761	49 934	49 833	-5,6	-7,2	-7,4
Min. Justiça	19 746	17 133	16 870	16 714	-13,2	-14,6	-15,4
Min. Ambiente Ordenamento Território	4 640	4 164	3 761	3 541	-10,3	-18,9	-23,7
Min. Economia, Inovação e Desenvolv.	4 764	3 647	3 475	3 448	-23,4	-27,1	-27,6
Min. Agricultura Des. Rural e Pescas	11 165	8 687	7 356	7 465	-22,2	-34,1	-33,1
Min. Obras Pub. Transp. Comunicações	4 023	3 120	2 966	2 869	-22,4	-26,3	-28,7
Min. Trabalho Solidariedade Social	25 897	21 681	20 530	19 418	-16,3	-20,7	-25,0
Min. Saúde	113 033	100 364	94 099	90 102	-11,2	-16,8	-20,3
Min. Educação (***)	200 770	197 082	203 478	197 624	-1,8	1,3	-1,6
Min. Ciência Tec. Ensino Sup.	39 816	38 689	39 519	40 692	-2,8	-0,7	2,2
Min. Cultura	3 484	2 419	2 499	2 535	-30,6	-28,3	-27,2
Total	566 329	529 306	522 925	512 355	-6,5	-7,7	-9,5
Outras variações (N.º)							
Variação em relação ao ano anterior		-	-	-10 570			
Variação em relação a 2005		-37 023	-43 404	-53 974			

Fonte: DGAEP – BDAP 2005, SIOE (2007-2010 provisório: dados disponíveis em 30-04-2011)
segundo a orgânica do XVIII Governo Constitucional

Tabela A.3 – Evolução do emprego por categorias profissionais, segundo a orgânica do XVIII Governo Constitucional

CARGOS	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		ADMINISTRAÇÃO LOCAL	
	2008	% Total	2007	% Total
Dirigente superior	1.369	0,3%		
Dirigente intermédio	4.518	0,9%	2.749	2,3%
Técnico superior	22.621	4,3%	13.561	11,4%
Técnico	3.435	0,7%	1.873	1,6%
Informático	3.216	0,6%	1.288	1,1%
Pessoal investigação	1.474	0,3%		
Pessoal de inspecção	1.358	0,3%		
Magistrado	3.398	0,6%		
Pessoal de justiça	14.137	2,7%		
Diplomata	354	0,1%		
Médico	21.071	4,0%		
Enfermeiro	29.777	5,7%		
Técnico Diagnóstico/Terapêutica	6.376	1,2%		
Docentes Ensino Universitário	13.633	2,6%		
Docentes Ensino Superior Técnico	7.942	1,5%		
Educação Infância e documento Ensino básico e secundário	143.536	27,4%		
Administração Tributária	10.619	2,0%		
Forças armadas	37.038	7,1%		
Forças segurança	53.805	10,3%		
Técnico-profissional	11.764	2,2%	9.759	8,2%
Administrativo	49.106	9,4%	14.707	12,4%
Pessoal apoio educativo			3.478	2,9%
Auxiliar	74.491	14,2%	41.922	35,2%
Operário	4.974	1,0%	24.520	20,6%
Bombeiro municipal			2.266	1,9%
Outro pessoal	3.316	0,6%	2.947	2,5%
TOTAL (AC:2008; AL:2007)	523.328	100,0%	119.070	100,0%
Nº Trabalhadores em 2009 (Previsão)	511.097		124.070	

Fonte: DGAEP – BDAP 2005, SIOE (2007-2010 provisório: dados disponíveis em 30-04-2011)
segundo a orgânica do XVIII Governo Constitucional

ANEXO B

MEDIDAS INTRODUZIDAS PELO ECDU

As carreiras constituem factores importantes, embora não os únicos, que concorrem para um bom desempenho dos profissionais a que se destinam, pois nelas se encontram os mecanismos destinados a facultar às instituições os trabalhadores com os níveis de qualificação e de desempenho necessários à consecução dos seus objectivos com eficiência e eficácia.

Quando se pretende que os trabalhadores venham a atingir os mais elevados níveis de qualificação e de desempenho, é necessário que as carreiras sejam organizadas de modo a estimularem em cada um uma permanente procura de formação acrescida e de actualização e aperfeiçoamento profissionais, formulando exigências e criando as condições necessárias para o seu cumprimento, bem como facultando o número adequado de oportunidades de progressão salarial e de carreira, destinadas a premiar o mérito individual da contribuição de cada um para as finalidades colegial e colectivamente definidas e prosseguidas por cada instituição.

No caso das carreiras docentes do ensino superior, uma vez que se destinam a regular o exercício de uma profissão visando objectivos sociais de grande relevo que exigem o desenvolvimento e o exercício de elevadas capacidades de crítica, de criatividade, de iniciativa e de inovação, os estatutos das carreiras têm, para além disso, de garantir o mais possível as liberdades académicas, no ensino, na investigação e na extensão, incluindo a liberdade de opinião e da sua expressão pública, que assegurem a autonomia e a independência indispensáveis ao desenvolvimento de uma diversidade de abordagens e de metodologias.

Por outro lado, e pelas mesmas razões, estas carreiras têm que ser salarialmente suficientemente atractivas de forma a possibilitar a contratação e a manutenção no corpo docente dos mais capazes, com os mais elevados níveis de dedicação à consecução dos objectivos das respectivas instituições.

O actual ECDU. Resultado da sua aplicação

O actual Estatuto de Carreira Docente Universitária (ECDU), aprovado pela Assembleia da República em 1980, representou, naquele momento, um extraordinário avanço na direcção destes desideratos.

A criação do regime de dedicação exclusiva, que veio representar um acréscimo salarial de 50% relativamente ao simples tempo integral; as exigências do

doutoramento, para o acesso às categorias de professor, e de uma avaliação positiva posterior para a obtenção de vínculo estável à carreira, acompanhadas da consagração do direito dos assistentes a uma dispensa de serviço docente de 3 anos, para a obtenção desse grau, das garantias de manutenção na carreira, apenas dependente de aprovação no mestrado, ou nas provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, e no doutoramento, e de emprego assegurado na função pública para os assistentes que não obtivessem o doutoramento, nos prazos estipulados, e para os professores que vissem recusada a nomeação definitiva na carreira, foram medidas muito positivas que permitiram:

- Uma rápida qualificação dos docentes universitários, num ambiente bastante aberto, em grande medida respeitador das liberdades académicas, que só a tardia expansão do sistema, não acompanhada das medidas necessárias, verificada a partir do final da década de 80, impediu que pudesse ser hoje mais significativa;
- Um aumento extraordinário da dedicação dos docentes às suas instituições;
- Um forte acréscimo da actividade de investigação.

A equiparação salarial à magistratura, aprovada pela Assembleia da República em 1987, com a introdução de um sistema de acréscimos salariais significativos, de acordo com a antiguidade, veio, posteriormente, contribuir para uma maior dignificação da carreira.

ANEXO C

ACORDO ENTRE O GOVERNO E A FENPROF



Uma assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no lado direito do documento, consistindo de várias letras entrelaçadas e um pequeno símbolo no final.

Em resultado de negociação realizada com vista à correcção de assimetrias de natureza salarial identificadas no desenvolvimento das carreiras docentes do ensino superior, é estabelecido entre o Governo e as Organizações Sindicais que constituem a Plataforma Reivindicativa Comum (Federação Nacional dos Professores, Sindicato Nacional do Ensino Superior e Sindicato Nacional e Democrático dos Professores) na referida matéria, o seguinte

Acordo

- 1 - As carreiras docentes do ensino superior são inegavelmente caracterizadas por níveis de exigência crescente, traduzidos na obrigatoriedade de submissão a avaliações nos diferentes momentos do seu desenvolvimento, exigindo nalguns casos a obtenção prévia de graus académicos de pósgraduação, pelo que, no quadro da Administração Pública devem ser entendidas e consideradas como carreiras de referência no âmbito dos corpos especiais.
- 2 - Ciente da desvalorização das referidas carreiras, e no sentido de contribuir para a sua dignificação, o Governo assume como objectivo, a atingir até finais de 1999, colocar, em termos remuneratórios, as carreiras docentes do ensino superior em posição cimeira entre as carreiras mais valorizadas, tanto no topo como na base, dos corpos especiais da Administração Pública, com iguais qualificações e regime idêntico ou similar de prestação de serviços, de tal forma que a remuneração da base das carreiras do ensino superior em tempo integral não seja nunca inferior à da base da carreira do ensino básico e secundário com licenciatura, em idêntico regime de prestação de serviços.
- 3 - Em sede de revisão dos estatutos das carreiras docentes do ensino superior, o Governo promoverá a correcção de assimetrias de natureza salarial que actualmente se verificam entre diferentes categorias destas carreiras e em especial, as que respeitam à desvalorização entre categorias com o mesmo nível de exigência académica, ponderados que sejam os conteúdos e responsabilidades funcionais das categorias em confronto. Neste contexto, será considerada a situação relativa dos actuais assistentes universitários em comparação com outras categorias do ensino superior, o que não se realiza no ano de 1996 por indisponibilidade orçamental.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GABINETE DO MINISTRO

4 - Em conformidade com o referido anteriormente, no quadro do Orçamento de 1996, o Governo fará já publicar um dispositivo legal em que, após o aumento geral da Administração Pública, se procede a um aumento extraordinário, nos termos que se discriminam:

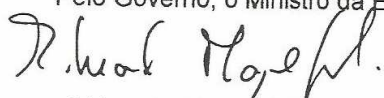
- a) Aumento geral de 4% sobre o índice 100 da escala salarial da tabela retributiva das carreiras docentes do ensino superior;
- b) Acréscimo especial de 1,5% a atribuir aos professores auxiliares sem agregação, passando aos escalões 1 a 4 da respectiva escala salarial a corresponder os índices 195, 210, 230 e 245, respectivamente;
- c) Criação do 4º escalão na categoria de professor catedrático, com o índice 330;
- d) Criação do 4º escalão na categoria de professor adjunto, com o índice 225.

5 - O aumento extraordinário produz efeitos desde 1 de Janeiro de 1996.

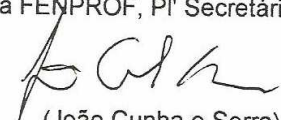
As Partes entendem, enfim, dever realçar e saudar o assinalável contributo que para a instauração de um clima de autêntico diálogo e de crescente respeito mútuo representa o Acordo que ora se formaliza.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 1996

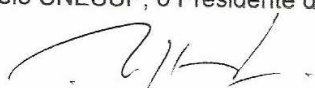
Pelo Governo, o Ministro da Educação:


(Eduardo Marçal Grilo)

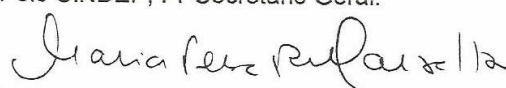
Pela FENPROF, PI' Secretário Geral:


(João Cunha e Serra)

Pelo SNESUP, o Presidente da Direcção:


(Pedro Lourtie)

Pelo SINDEP, PI' Secretário Geral:


(Teresa Rio de Carvalho)